UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EULA DA CONCEIÇÃO CARVALHO

A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, OS ESPAÇOS PÚBLICOS E O LAZER EM TERESINA/PI, NO PERÍODO DE 2019 A 2024

FORTALEZA
2025

EULA DA CONCEIÇÃO CARVALHO

A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, OS ESPAÇOS PÚBLICOS E O LAZER EM TERESINA/PI, NO PERÍODO DE 2019 A 2024

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), *Campus* Pici, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para a obtenção de título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C322f Carvalho, Eula da Conceição.
A fragmentação socioespacial, os espaços públicos e o lazer em Teresina/PI, no período de 2019 a 2024 / Eula da Conceição Carvalho. – 2025.
129 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.

1. lazer. 2. espaços públicos. 3. fragmentação socioespacial. I. Título.

CDD 910

EULA DA CONCEIÇÃO CARVALHO

A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, OS ESPAÇOS PÚBLICOS E O LAZER EM TERESINA/PI, NO PERÍODO DE 2019 A 2024

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), *Campus* Pici, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para a obtenção de título de mestre.

Aprovada em: 23/07/2025.

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Profa. Dra. Beatriz Helena Nogueira Diógenes

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele eu nada seria e com certeza não teria chegado até aqui, por diversos motivos. Mas “Até aqui o Senhor nos ajudou”, e Ele é bom!

Agradeço à minha família: em especial à minha mãe, Maria de Assunção da Conceição, por ter segurado as pontas em casa enquanto eu viajava para Fortaleza; às minhas irmãs, Elida da Conceição Carvalho e Elizama da Conceição Carvalho, por sempre estarem ao meu lado; e ao meu pai, Antonio Carvalho Cardoso. Sou imensamente grata ao Jonathas Cardoso, meu primo, que me acompanhou nas observações e aplicação de fichas nas praças e em alguns parques de Teresina − a ajuda dele foi primordial para o resultado desta dissertação. Também sou grata à minha assistente de pesquisa, Jamille Calaça, minha prima e irmã, que me acompanhou nos parques e, para além do trabalho, foi um suporte e tanto nos momentos difíceis. Agradeço a toda a minha família, sobretudo à minha família materna.

Da mesma forma, agradeço às minhas amigas do ensino médio que sempre acreditaram nos meus sonhos e que carrego sempre no coração: Jaqueline Bezerra, Ilana Ferreira e Roberta Solange. Agradeço aos meus amigos da graduação, os quais sonham comigo, me apoiam e me permitem cair quando estou frágil, mas me levantam depois do choro. Obrigada, Garabídian Guendel Cavalvante e Silva, Antonia Caroline Lemos de Oliveira e Maria Isabel Gomes de Oliveira, mais que especiais na minha vida, verdadeiros presentes de Deus. Amo vocês.

Sempre falam que a caminhada de uma pós-graduação é solitária, mas não foi o meu caso. Ainda no processo seletivo, conheci uma pessoa incrível, Rosilene de Melo França. Parecia que já éramos amigas há anos, um verdadeiro encontro. Lembro da gente acompanhando cada etapa, e eu torcia para sermos aprovadas juntas. Graças a Deus, deu tudo certo! Obrigada, Rosi. Obrigada por ser meu porto seguro numa cidade que eu não conhecia, obrigada por estar comigo nas minhas muitas primeiras vezes, pelos passeios por Fortaleza, por me contar a história dos lugares, por acreditar que eu conseguiria concluir o mestrado, por sua companhia, por me aceitar na sua casa, muito obrigada.

Agradeço imensamente a Anne Catherine Ferreira dos Santos. Lembro da nossa primeira disciplina juntas: você perto da porta e eu no fundo da sala, eu achava você tão incrível, e logo a gente estava nos corredores, na lanchonete e no WhatsApp falando “Amiga, se tu for eu vou”. Uma conexão incrível e profunda. Obrigada por todo o seu apoio, pelos *memes* no Instagram, pelos passeios, por me ouvir, por ser uma família, juntamente com Rosi,

que construí em Fortaleza. Obrigada pelos almoços na sua casa, pela vista da sua janela (que adoro), pelas tardes que passamos juntas, obrigada por tudo. Sem você e Rosi, essa jornada teria sido muito mais árdua. Vocês foram um porto, no qual eu pude descansar.

Aos meus amigos Álida Santos de Sousa, Douglas Ribeiro de Oliveira e Talisson Reis Pinto, agradeço por me acolheram, apoiarem e acreditarem em mim. Obrigada por cada momento, cada conversa, cada mensagem, obrigada por tudo. Aqui também deixo meu agradecimento aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) pela rica oportunidade de vivências e aprendizagens ao longo de dois anos.

Igualmente, agradeço ao meu orientador, professor doutor Alexandre Queiroz Pereira, pelos ensinamentos e orientações e, principalmente, por ser humano no mundo acadêmico, por ter compreendido minha situação no início do mestrado, quando meu pai sofreu um AVC. Tanto o professor quanto a coordenação do Programa de Pós-Graduação foram compreensíveis com meu momento delicado. Agradeço à banca, professora doutora Beatriz Helena Nogueira Diógenes e professor doutor Antonio Cardoso Façanha, pelo tempo dedicado à leitura do meu trabalho, além da professora doutora Glauciana Teles, pelos direcionamentos na qualificação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, o qual foi essencial para a conclusão do trabalho e o custeio das minhas despesas durante os períodos que precisei ficar em Fortaleza. Agradeço aos meus professores da graduação na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Clóvis Moura. Em especial, agradeço ao professor doutor Carlos Rerisson Rocha da Costa, grande docente e amigo que sempre acreditou na minha capacidade de chegar aonde cheguei e a quem devo muito da profissional que sou hoje.

Por fim, agradeço a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para este momento.

“Seja forte e corajoso” (Josué 1:9)

“Ainda sou estudante da vida que eu quero dar...” (Belchior, *Tudo Outra Vez*)

RESUMO

No artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988, o lazer é apresentado como um dos direitos sociais indispensáveis, contudo pode ser problematizado em relação ao contexto das cidades brasileiras. Nosso trabalho parte dessa perspectiva, com foco na cidade de Teresina e em seus espaços públicos de lazer. A capital piauiense, constituída e planejada no ano de 1852, apresenta, desde sua fundação, uma dinâmica social que exclui os mais pobres dos espaços públicos e das atividades de lazer desenvolvidas no centro urbano, condicionando essa parcela da sociedade a desenvolver suas próprias formas e estruturas para ter acesso ao lazer, através de brincadeiras na rua, conversas entre vizinhos e construções improvisadas de barracões para realização de festas. Diante disso, nossa pesquisa buscou analisar a fragmentação socioespacial e os espaços públicos de lazer em Teresina, dentro do período de 2019 a 2024, com foco nos parques e praças da cidade. Para tanto, é necessário compreender o planejamento urbano, a forma como os documentos elaborados pela prefeitura, pelo governo estadual e por suas secretarias pensam o lazer, bem como analisar o cenário atual de Teresina, a partir das questões socioeconômicas e dos aspectos de mobilidade. A metodologia adotada para este trabalho contempla: pesquisa bibliográfica, incluindo revistas, livros, artigos, dissertações e teses; pesquisa documental referente a materiais elaborados pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), pelo governo do estado e pelas secretarias; além de pesquisa de campo e observações em parques e praças selecionados conforme os critérios estabelecidos. Os parques foram escolhidos com base em seu área e sua importância histórico-social; e as praças, através da seleção primária dos bairros, os quais seguiram o padrão de maior e menor quantitativo populacional, ou seja, selecionamos dois bairros de cada zona (leste, norte, centro, sul e sudeste). A análise desses espaços se deu a partir da observação e do preenchimento de fichas adaptadas à realidade de Teresina. Dentro das nossas verificações, foi possível constatar que muitos dos parques públicos de Teresina não são acessíveis a toda a população: alguns, como o Bioparque Zoobotânico, cobram taxas para entrada e participação em algumas atividades; e outros, como o Parque Ambiental Encontro dos Rios, implicam um deslocamento dificultoso para residentes de outras zonas que utilizam o transporte coletivo como único meio de acessar esses espaços. Em relação às praças, observamos que há uma distinção quanto aos mobiliários e equipamentos, a depender da zona e do bairro onde estão inseridas, e que alguns dos bairros analisados não possuem esse tipo de espaço público.

Palavras-chave: lazer; espaços públicos; fragmentação socioespacial.

ABSTRACT

In Article 6 of the Brazilian Constitution of 1988, leisure is presented as one of the indispensable social rights. However, it can be problematized in the context of Brazilian cities. In particular, in this paper, we will discuss the city of Teresina. Our work is based on this question, focusing on the city of Teresina and its public leisure spaces. The capital of Piauí, established and planned in 1852, has excluded the poorest population from its spaces and from the leisure activities developed in the urban center, conditioning this segment of society to develop its own forms and structures to access leisure, through street games, conversations between neighbors, and improvised constructions of shacks for parties. In view of this, our research sought to analyze the socio-spatial fragmentation and public leisure spaces in Teresina, within the period from 2019 to 2024, focusing on the city's parks and squares. To this end, it is also necessary to understand urban planning, how the documents prepared by the City Hall, State Government, and their departments view leisure, as well as to analyze the current scenario in Teresina, based on economic, social, and mobility issues. The methodology adopted for this work was bibliographic research, carried out in magazines, books, articles, dissertations, and theses; documentary research based on documents prepared by the Teresina City Hall (PMT), State Government, and secretariats; as well as field research and observations in parks and squares selected according to established criteria, taking into account the area and historical and social importance of these spaces and the squares through the primary selection of neighborhoods, which followed the pattern of larger and smaller population sizes, that is, we selected two neighborhoods from each zone (east, north, center, south, and southeast). The analysis of these spaces was carried out through observation and the completion of forms adapted to the reality of Teresina. Our findings showed that many of Teresina's public parks are not accessible to the entire population. Some, such as the Zoobotanical Biopark, charge fees for admission and participation in some activities, while others are too far away, considering the distance that residents of other zones must travel and their reliance on public transportation as the only means of accessing these spaces, such as the Encounter dos Rios Environmental Park. In relation to squares, we observed that there is a distinction in terms of real estate and equipment depending on the area and neighborhood in which they are located, and that some of the neighborhoods analyzed do not have this type of public space.

Keywords: leisure; public spaces; socio-spatial fragmentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro traçado urbano de Teresina 27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento populacional de Teresina entre 1991 e 2022, por zona 46
Gráfico 2 – Taxa de crescimento populacional de Teresina em 2022, por zona 47
Gráfico 3 – Motivos de deslocamento em Teresina 50
Gráfico 4 – Escolha do modal de acordo com as atividades 51
Gráfico 5 – Escolha dos modais segundo as atividades nos finais de semana 52
Gráfico 6 – Motivo das viagens realizadas durante a semana segundo a classe de renda 53
Gráfico 7 – Participação de Teresina no PIB (2019-2020) 57
Gráfico 8 – Implantação de equipamentos de lazer, por zona, no ano de 2019 63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Teresina e seu perímetro urbano 20
Mapa 2 – Evolução urbana de Teresina (1985-2023) 44
Mapa 3 – Densidade demográfica de Teresina 45
Mapa 4 – Distribuição das linhas radiais do transporte público, por zona 54
Mapa 5 – Renda média de Teresina 60
Mapa 6 – Distribuição dos parques de Teresina 66
Mapa 7 – Localização do Bioparque Zoobotânico 67
Mapa 8 – Localização do Bioparque Zoobotânico e acesso via transporte coletivo 70
Mapa 9 – Localização do Parque Ambiental Encontro dos Rios 71
Mapa 10 – Localização do Parque Ambiental Encontro dos Rios e acesso via transporte coletivo 74
Mapa 11 – Localização do Parque Potycabana 75
Mapa 12 – Localização do Parque Potycabana e acesso via transporte coletivo 77
Mapa 13 – Localização do Parque da Cidadania 78
Mapa 14 – Localização do Parque da Cidadania e acesso via transporte coletivo 80
Mapa 15 – Distribuição das praças em Teresina 84
Mapa 16 – Localização do bairro Saci, zona sul 85
Mapa 17 – Localização da Praça das Palmeiras e acesso via transporte coletivo 86
Mapa 18 – Localização do bairro Angelim, zona sul 88
Mapa 19 – Localização da Praça da Dignidade e acesso via transporte coletivo 89
Mapa 20 – Localização do bairro Itararé, zona sudeste 90
Mapa 21 – Localização da Praça do 8º DP e acesso via transporte coletivo 91
Mapa 22 – Localização do bairro São Raimundo, zona sudeste 92
Mapa 23 – Localização do bairro Vale Quem Tem, zona leste 93
Mapa 24 – Localização da Praça Professor Roberto Farias e acesso via transporte coletivo 94
Mapa 25 – Localização do bairro Zoobotânico, zona leste 95
Mapa 26 – Localização do bairro Mocambinho, zona norte 96
Mapa 27 – Localização da Praça Santa Sofia e acesso via transporte coletivo 97
Mapa 28 – Localização do bairro Santa Rosa, zona norte 99
Mapa 29 – Localização da Praça Raimunda Gomes da Silva e acesso via transporte coletivo 100
Mapa 30 – Localização do bairro Mafuá, zona central 101

Mapa 31 – Localização da Praça Pedro Silveira e acesso via transporte coletivo 102
Mapa 32 – Localização do bairro Centro, zona central 103
Mapa 33 – Localização da Praça Marechal Deodoro da Fonseca e acesso via transporte coletivo 104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Embasamento teórico 21
Quadro 2 – Síntese sobre o lazer nos planos urbanos de Teresina (1969-2006) 30
Quadro 3 – Síntese das ações presentes no Produto 4 do PAC que se destinam ao lazer de Teresina 38
Quadro 4 – Direcionamentos do PDOT para os espaços públicos e o lazer em Teresina 40
Quadro 5 – Modais e tempo médio de viagem 52
Quadro 6 – Consórcios e composição das linhas de ônibus 54
Quadro 7 – PIBs municipais e principais atividades 56
Quadro 8 – Principais temas e notícias sobre o Bioparque Zoobotânico 68
Quadro 9 – Temas e notícias sobre o Parque Ambiental Encontro dos Rios 71
Quadro 10 – Temas e notícias sobre o Parque Potycabana 75
Quadro 11 – Temas e notícias sobre o Parque da Cidadania 78
Quadro 12 – Síntese acerca dos parques analisados 81
Quadro 13 – Notícias sobre a Praça das Palmeiras, bairro Saci 87
Quadro 14 – Notícias sobre a Praça da Dignidade, bairro Angelim 89
Quadro 15 – Notícias sobre a Praça do 8º DP, bairro Itararé 91
Quadro 16 – Notícias sobre a Praça Professor Roberto Farias, bairro Vale Quem Tem 94
Quadro 17 – Notícias sobre a Praça Santa Sofia, bairro Mocambinho 97
Quadro 18 – Notícias sobre a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, bairro Centro 105
Quadro 19 – Síntese acerca das praças analisadas 106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contribuição de cada setor para o PIB 57
Tabela 2 – Principais atividades de trabalho dos teresinenses 58
Tabela 3 – Número de famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, por zonas 59
Tabela 4 – Quantitativo de pessoas e famílias que recebem Bolsa Família em Teresina 59
Tabela 5 – Tipologia e quantitativo dos espaços de lazer em Teresina.....62
Tabela 6 – Equipamentos de lazer em Teresina, de 2022 a 2023.....63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 A CIDADE PLANEJADA: DA CONSTITUIÇÃO AOS PRIMEIROS PLANOS URBANOS, ONDE FICA O LAZER EM TERESINA? 25

2.1 Espaços públicos de lazer nos primeiros planos urbanos de Teresina 25

2.2 O que temos de novo? Documentos urbanos de 2019 a 2024 e suas implicações no lazer teresinense 36

3 ASPECTOS URBANOS DA CIDADE DE TERESINA 42

3.1 Crescimento populacional e expansão urbana 43

3.2 Mobilidade urbana 48

3.3 Dinâmica econômica, renda e trabalho 55

4 DIREITO AO LAZER: FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM TERESINA 62

4.1 A "cidade verde": os parques ambientais de Teresina 64

4.2 As praças de Teresina: entre usos e abandono 82

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

REFERÊNCIAS 114

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES (ADAPTADO) 127

APÊNDICE B – AVALIAÇÃO QUALITATIVA (ADAPTADA) 128

1 INTRODUÇÃO

Para compreender as cidades e o processo de fragmentação, faz-se necessário analisar como ocorre a relação entre a produção e a apropriação dos espaços públicos, entendendo de que forma acontecem as práticas socioespaciais, as quais constroem e modificam o espaço a partir das ações cotidianas. Carlos (2001) elenca três níveis de análises para a produção do espaço: dominação política, acumulação de capital e realização da vida humana.

A dominação política se configura nas ações de poder das gestões municipais e das elites. Essas instâncias sociais agem a partir dos interesses públicos ou particulares e atuam na construção ou transformação do espaço público. A acumulação de capital impulsiona o surgimento dos novos empreendimentos imobiliários, movimentando, assim, a reprodução e circulação do capital, determinando o abandono de velhos conteúdos e formas e apresentando o novo produto que deve ser consumido. A realização da vida humana é a materialização dos espaços públicos, que oportunizam as práticas cotidianas de consumo, lazer, circulação, entre outras. Para Carlos (2001), as discussões sobre os espaços públicos, atualmente, englobam o debate da fragmentação, haja vista muitos deles, na verdade, configurarem-se como semipúblicos ou pseudopúblicos, pois a lógica crescente é a implantação de espaços fechados e controlados que acentuam as práticas de exclusão e fragmentação socioespacial.

Segundo Sposito e Sposito (2020), a fragmentação é um conceito polissêmico, posto que abrange diversos conteúdos e vem sendo adotado para referir-se às dinâmicas contemporâneas. É também multiescalar, pois abarca diferentes níveis, do mundial ao local.

Guzmán Ramírez e Hernández Sainz (2013) sustentam que a fragmentação, na cidade pós-moderna, é utilizada para contrastar as desigualdades econômicas, sociais, étnicas e culturais. Elas se manifestam no espaço e se efetivam nas cidades, a partir do morar, trabalhar, circular, consumir, divertir, em todas as esferas da vida social.

A fragmentação socioespacial está associada com a questão da desigualdade no acesso às diversas dimensões sociais, bem como ao espaço urbano e a seus serviços; associa-se, ainda, com a diferenciação no que se refere ao poder de atuação nas tomadas de decisões na produção e reprodução da cidade (Sposito; Sposito, 2020). E é nessa vertente de desigualdades que Harvey (2014) e Lefebvre (2001) apontam a necessidade de um movimento de busca pelo direito à cidade e por uma vida urbana renovada, diferente da cidade tradicional.

Sposito e Sposito (2020) caracterizam a fragmentação socioespacial como um processo que repercute como resultado e condição. Para esses autores, a cidade fragmentada revela o privilégio de determinados grupos em relação a outros, resultando, assim, numa cidade formada por fragmentos exclusivos, privados ou de acesso restrito, em sua maioria, com características exclusivas dentro do território urbano.

De acordo com Salgueiro (2001), uma cidade "fragmentada em construção" apresenta alguns aspectos específicos. Entre eles, destacam-se a perda da hegemonia do centro e o aparecimento de novas centralidades, a maior relevância da atuação dos agentes imobiliários na criação de áreas mistas e o surgimento de territórios diferentes que, apesar de estarem próximos, não possuem comunicação.

Segundo Sposito e Sposito (2020) e Sposito e Góes (2013), a fragmentação, de acordo com suas concepções, sempre está associada ao caráter socioespacial. A dualidade dos elementos espacial e social, tanto na dimensão do material como do simbólico, revela as práticas de separação da cidade.

Davis (1993) aponta essa fragmentação socioespacial nos espaços públicos ao lançar luz sobre o conflito nos interesses das classes pobres e das que possuem capital. Como resultado desse embate, a cidade se divide/fragmenta, tornando o espaço público um espaço de consumo destinado à parcela da população de alto poder aquisitivo.

Conforme Arendt (1972), o espaço público é um lugar de atuação política e difere dos ambientes familiares e comunitários. Habermas (1984) afirma que o espaço público deveria ser constituído como lugar de comunicação, sem uso restrito e com livre expressão pública da razão. Porém, o mesmo autor entende que, com o avanço do capitalismo e o desenvolvimento do liberalismo, o espaço público perde sua essência, pois passa a ser dissociado da sua função política e do uso da razão, para se tornar apenas espaço de reunião de pessoas, que, no seu cerne, visam ao consumo.

Sob a ótica de Lefebvre (2001), diante do mundo contemporâneo, a morfologia das cidades e dos seus espaços públicos se mostra um "copia e cola", uma repetição que busca a construção de áreas urbanas cada vez mais homogêneas. Isso as transforma em um produto/mercadoria e faz o público se encaminhar progressivamente para o privado (Serpa, 2004).

Na visão de Corbin (2001), o crescimento das cidades através do processo de urbanização possui relação direta com o desenvolvimento do lazer. O lazer, em sua etimologia, tem origem no latim *licere*, que significa ser lícito ou permitido. De acordo com Dumazedier (2008), o lazer está relacionado às atividades exercidas no tempo livre, com a

finalidade de divertir-se, descansar, entreter-se, sem ligação direta com as obrigações profissionais, sociais e familiares.

Viana (2014) aponta que o lazer sofre alterações com o passar do tempo, adquirindo novas formas. O autor declara que, desde os primórdios, as atividades de lazer eram, de alguma maneira, mais restritas a pessoas mais abastadas economicamente, detentoras de determinado privilégio. O declínio do lazer, em relação ao seu sentido e usufruto do tempo livre, dá-se com o desenvolvimento do capitalismo e a monetização exacerbada das atividades tidas como divertimento, recreação, entretenimento, etc. A partir disso, o lazer ganha novos sentidos e passa a ser visto como um objeto, uma mercadoria (Lefebvre, 1991).

Segundo Maffesoli (2001), as tecnologias de comunicação, internet e TV têm o poder de moldar o imaginário coletivo e individual; com isso, determinadas atividades e culturas são supervalorizadas, enquanto outras são marginalizadas. De fato, em nossa sociedade, a mídia desempenha grande influência no que é tido como lazer ou não.

Desde os primórdios, as atividades de lazer são realizadas em determinados espaços. Obviamente, muitas ações consideradas lazer não ocorrem apenas em áreas específicas, podem ocorrer em lugares mais pessoais. Entretanto, como seres sociáveis, constituímos, ao longo dos anos, espaços que podem ser usados para a prática do lazer coletivo ou individual.

No livro *A cidade de muros*, Teresa Caldeira (2000) apresenta o caso da cidade de São Paulo como um exemplo da fragmentação socioespacial, sobretudo nos espaços públicos de lazer. Segundo a autora, há um novo padrão na configuração da cidade, bem como no uso que cada classe social faz dos espaços públicos. As classes média e alta têm desenvolvido uma preferência pelos espaços fechados, com características únicas na cidade e uma maior sensação de segurança. Espaços como as praças, que anteriormente eram de uso frequente desse grupo, vêm cada vez mais sendo “deixados” para as pessoas mais pobres, além de se tornarem territórios de uso/venda de drogas, prostituição e abrigo para os sem-teto (Caldeira, 2000).

Salcedo Hansen (2002) aponta que o espaço público nunca foi genuinamente livre e disponível para o acesso de todos; pelo contrário, sempre foi marcado por exclusão, colocando minorias e grupos com baixo poder aquisitivo em condição subalterna em relação às classes média e alta. O mesmo autor indica que, atualmente, o acesso aos espaços públicos pelas pessoas com histórico de exclusão tem apresentado índice bem maior do que em tempos pretéritos, principalmente pelo movimento de resistência delas.

Nessa vertente, um estudo realizado por Andrade, Jayme e Almeida (2009) destaca uma praça localizada entre uma favela e um bairro de luxo na cidade de Belo Horizonte. Segundo as autoras, os moradores dos dois espaços frequentam a praça, mas não há interações entre eles. Quando ocorrem, são superficiais ou comerciais. No entanto, nota-se o esforço dos grupos social e economicamente excluídos em resistir e apropriar-se de espaços públicos de lazer.

Freitas (2024), por sua vez, apresenta o caso da cidade de Rio Claro. Em sua pesquisa, constatou a fragmentação dos espaços públicos de lazer, parques e praças, bem como a diferenciação na infraestrutura desses equipamentos a depender de sua localização. Segundo a autora, muitas praças, nas áreas mais vulneráveis social e economicamente, não possuem nenhum tipo de estrutura, sendo apenas um terreno coberto por vegetação.

Em um trabalho realizado por Teixeira e Santos (2019) na cidade de Aracaju, também foi perceptível a fragmentação dos espaços públicos destinados ao lazer. De acordo com as autoras, para além da fragmentação, o que mais chamou a atenção foi a grande distinção entre os espaços periféricos e de alto padrão: enquanto as áreas mais pobres detinham praças deterioradas, depredadas, sem manutenção pública, os espaços de lazer nos bairros onde residiam as pessoas ricas da cidade eram dotados de maiores equipamentos de qualidade, com limpeza e manutenção frequentes. O cuidado com as áreas as torna convidativas ao uso, ao passo que o abandono cria insegurança, medo e não identificação da sociedade, comprometendo a atratividade para o uso popular.

Teresina, onde nossa pesquisa foi desenvolvida, é palco da fragmentação dos espaços públicos de lazer desde a fundação da cidade. A capital do estado do Piauí foi constituída e planejada em 1852, pelo Conselheiro Saraiva. É cortada pelos Rios Poti e Parnaíba e está localizada ao norte, bem próxima à cidade de Timon, no Maranhão. Lima, Lopes e Façanha (2017) apontam que o município, nos anos iniciais de sua constituição, teve seu perímetro urbano traçado na zona central, com pequenas fragmentações na zona norte. Em meados da década de 1950, Teresina vivenciou um rápido crescimento populacional, processo decorrente dos fluxos migratórios de pessoas do interior do Piauí e dos estados do Maranhão e Ceará (Lima; Lopes; Façanha, 2017).

A chegada intensa de pessoas à capital do Piauí também revelou diversos problemas, como a forte exclusão da camada mais pobre de vários espaços da cidade, seja para moradia, seja para o lazer. Segundo Nascimento (2002), Teresina tinha como característica a “higienização”, processo de expulsão da população de baixo poder aquisitivo

para as bordas da cidade e para longe dos serviços ofertados no núcleo urbano, tais como saúde, educação e lazer.

De acordo com Santos e Ortigoza (2016), a cidade de Teresina, durante os anos 1860, oferecia um lazer atrelado às matrizes católicas, tendo como ponto de encontro as praças construídas nos arredores das igrejas. Segundo Ferreira (2021), o Teatro Santa Teresa, localizado no centro da cidade, próximo de prédios importantes do governo, casarões da elite e da Igreja Nossa Senhora do Amparo, era um espaço importante de diversão e lazer da classe mais abastada da sociedade teresinense. Enquanto isso, os pobres se divertiam em barracos armados para realizar danças e bumba meu boi (Santos; Ortigoza, 2016).

No final do século XIX, a capital do Piauí adquiriu uma nova estrutura voltada para o lazer, o Teatro 4 de Setembro, situado no centro da cidade. O acesso ao local era restrito à classe de alto poder aquisitivo, haja vista que os ingressos para participar das atividades tinham valor elevado. Segundo Araújo (1995), nesse contexto, Teresina possuía uma população pobre muito expressiva, a qual era excluída dos momentos de lazer tanto pela falta de recursos financeiros quanto pelas condições de trabalho, que tomavam quase todas as horas diárias dessa parcela da sociedade. O lazer dela, então, limitava-se às relações e conversas com vizinhos.

No início do século XX, Teresina passou por grandes transformações no seu espaço urbano, principalmente com a chegada de energia elétrica, linhas telefônicas, água encanada e novos meios de transporte, como carros e bondes (Castelo Branco, 1994). Segundo Lima (2002), essa nova configuração implicou a mudança de comportamento da população em relação ao lazer. Diante da onda progressista, o lazer adquiriu um novo formato na cidade, vinculando-se a praças, cinemas, teatros, passeios públicos, cafés, bares, clubes, etc. Nesse cenário, duas praças ganharam destaque, a Praça Uruguaiana (atual Praça Rio Branco) e a Praça Pedro II, que viraram os principais pontos de encontro daquela época. Contudo, embora atraíssem pessoas de variadas classes sociais, esses espaços eram fortemente segregados, com áreas destinadas a pessoas ricas e outras a pessoas pobres.

De acordo com Santos e Ortigoza (2016), o lazer, no século XXI, adotou uma nova dinâmica, atrelando-se mais a espaços privados, como os *shoppings*. Com a mudança de perspectiva, os espaços públicos de lazer, como as praças, passaram a ser vistos como lugares de perigo e de abandono pelo poder público.

Para além dessas novas configurações do lazer em Teresina, a questão latente desde a constituição da cidade se refere à exclusão socioespacial da população mais pobre. Inicialmente, a segregação aconteceu de forma escancarada, por meio da política de

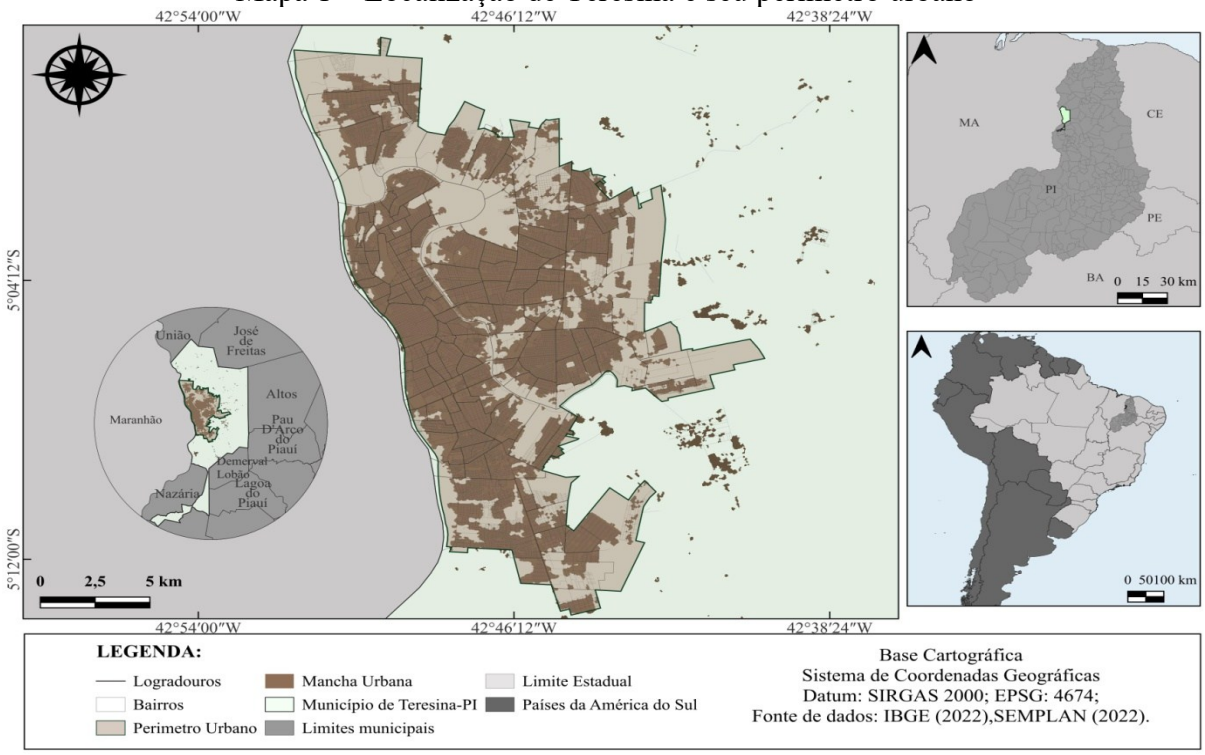
“higienização” do perímetro urbano e limitação ao acesso e uso dos espaços públicos; atualmente, realiza-se a partir da fragmentação socioespacial dos ambientes coletivos.

Diante disso, nossa pesquisa tem como objetivo analisar a fragmentação socioespacial dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina. Para tanto, elaboramos os objetivos específicos, primeiramente, visando compreender como os planos urbanos da cidade apresentam esse setor e quais são as propostas de cada documento para o lazer teresinense. Dessa forma, procuraremos entender como o lazer e seus espaços são pensados, além de analisar a distribuição desses locais em Teresina, relacionando-os a outras dinâmicas sociais, como mobilidade, expansão urbana, crescimento populacional e dados econômicos.

Nesse sentido, pretendemos responder às seguintes questões: Quais áreas/zonas de Teresina possuem mais estruturas para a atividade de lazer? As áreas/zonas mais periféricas da cidade possuem estruturas voltadas para o lazer? Como é o acesso das comunidades/pessoas mais pobres às áreas de lazer em Teresina? De que maneira o Estado tem pensado e planejado as áreas de lazer? Quais são as políticas públicas direcionadas ao lazer na cidade? De que forma esse setor aparece no Plano Diretor e nos demais documentos de planejamento da prefeitura?

Para este trabalho, selecionamos o período de 2019 a 2024. A escolha temporal se justifica porque o Plano Diretor vigente foi elaborado em 2019, e consideramos importante analisar as propostas e mudanças que ocorreram em Teresina, principalmente no lazer, a partir desse documento. No que se refere aos espaços públicos de lazer, nós priorizamos aqueles situados no perímetro urbano da capital piauiense (Mapa 1). Apesar da grande variedade de opções, tanto públicas como privadas, nosso trabalho está limitado às praças e aos parques públicos da cidade. Com vistas a uma análise geral, mas também seletiva, escolhemos algumas áreas com os maiores e melhores índices econômicos e sociais, bem como áreas com os piores e menores índices, de modo a construirmos um quadro comparativo acerca dos tipos de espaços públicos de lazer em cada uma delas.

Mapa 1 – Localização de Teresina e seu perímetro urbano



Fonte: Dados extraídos da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPLAN, 2022)[1].

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram selecionados alguns procedimentos técnicos. O primeiro deles foi a pesquisa bibliográfica, presente em praticamente todas as investigações e um dos passos mais importantes para uma maior aproximação com o objeto estudado, haja vista a necessidade de conhecer previamente os estudos e constatações acerca do tema que desejamos analisar (Gil, 2022). Nossa pesquisa bibliográfica pautou-se numa revisão de literatura de autores que abordam espaços públicos, lazer, constituição e urbanização de Teresina, fragmentação socioespacial, entre outros assuntos. Além de nos aproximar do tema, esse procedimento permitiu o delineamento teórico dos conceitos que foram utilizados na pesquisa (Quadro 1).

[1] Dados fornecidos para a autora diretamente pela Secretária Municipal de Planejamento de Teresina, via *e-mail*.

Quadro 1 – Embasamento teórico

Tema/Conceito	**Autores**
Lazer	Dumazedier (2008); Gonçalves e Melo (2009); Viana (2014)
Espaço público	Arendt (1972); Habermas (1984); Nascimento, Saldanha e Fidalgo (2019)
Espaço urbano	Carlos (2005); Corrêa (2012); Costa (2023); Maricato (2015); Pereira *et al.* (2023)
Fragmentação socioespacial	Legroux (2021); Morcuende (2021); Sposito e Sposito (2020)
Constituição e urbanização de Teresina	Andrade e Castelo Branco (2016); Façanha (1998); Nascimento (2002)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Outro procedimento adotado foi a pesquisa documental, mais vinculada aos documentos produzidos pelo Governo Estadual do Piauí, pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e por secretarias municipais. O foco foram documentos em vigência elaborados entre 2019 e 2024, principalmente o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) (Teresina, 2019), além de outros auxiliares, como a Agenda 2030, o ClimaThe e o Guia Turístico de Teresina, que possibilitam compreender os atuais encaminhamentos dados aos espaços e atividades de lazer. Também foram utilizados documentos elaborados fora do marco temporal da pesquisa, como os primeiros planos urbanos da capital, que serviram de base para o entendimento do que era considerado lazer anteriormente e de como isso afeta o cenário atual. Dessa forma, será possível compreender o impacto dos planos urbanos no que se refere ao lazer em Teresina, quais atividades foram privilegiadas em cada plano, quais implicações isso teve na vida real das pessoas e quais estruturas e atividades foram desenvolvidas a partir dos documentos que regem as configurações da cidade.

Também foi feita a pesquisa de campo, já que visamos compreender a organização dos espaços públicos de lazer em Teresina atrelada às variáveis econômicas e sociais. Esse procedimento, segundo Gil (2022), busca fornecer explicações sobre as possíveis causas dos fenômenos e suas relações. Para tanto, o campo de investigação desta pesquisa consiste no perímetro urbano da cidade, conforme a divisão dos subdistritos, zonas e bairros da capital, relacionando a espacialização dos espaços públicos de lazer com as questões socioeconômicas.

Em um primeiro momento, foram coletados dados econômicos, sociais e demográficos da capital piauiense, a fim de viabilizar um quadro-síntese da atual situação de Teresina. Essa análise foi importante para proporcionar uma visão do espaço urbano e dos espaços públicos de lazer e sua relação com as dinâmicas que envolvem a vida da população,

como renda, crescimento populacional, nível de alfabetização, mobilidade urbana e acessibilidade.

Para o desenvolvimento do trabalho, também foi produzido um diário de campo, pautado, primeiramente, na observação de alguns espaços públicos de lazer. No caso dos parques, priorizamos a análise daqueles com maiores áreas e maior impacto histórico, social e cultural em Teresina. Quanto às praças, a seleção foi mais específica, visto que a cidade possui muito mais praças do que qualquer outro tipo de dispositivo de lazer. Essa escolha levou em consideração os índices socioeconômicos dos bairros, bem como o impacto histórico e social, privilegiando a praça considerada principal em cada localidade. Essa metodologia foi muito próxima da desenvolvida por Santos (2015) em sua tese, mas com algumas particularidades.

Os bairros selecionados para análise das praças foram: Itararé e São Raimundo, zona sudeste; Angelim e Saci, zona sul; Mocambinho e Santa Rosa, zona norte; Centro e Mafuá, zona central; Vale Quem Tem e Zoobotânico, zona leste. Alguns deles já foram analisados em pesquisas que tratam sobre lazer, espaços públicos e vulnerabilidade socioeconômica, como os trabalhos de Chaves *et al*. (2022), Santana (2017) e Santos (2015). Esses serão utilizados como comparativo para identificar como esses espaços eram há 10 ou 3 anos, contribuindo para nossa pesquisa.

A observação será pautada em aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como base a metodologia de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), que apresentam duas fichas para avaliação e diagnóstico de praças no Brasil. Para esta pesquisa, foram adotadas algumas adaptações, de modo que a realidade seja contemplada de maneira satisfatória.

Na primeira ficha (Apêndice A), intitulada *Levantamento quantitativo dos equipamentos existentes*, busca-se analisar o quantitativo de equipamentos presentes em determinado espaço. Como os autores a desenvolveram para trabalhos em construção civil e arquitetura, foi necessário fazer alterações, a fim de que a análise *in loco* não perdesse detalhes importantes para nossa temática.

Na segunda ficha, *Avaliação Qualitativa*, apresentada por De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), os equipamentos e as estruturas são avaliados a partir do seu estado de conservação e recebem notas que variam entre 0 e 4, considerando: 0 –⎪ 0,5 √ péssimo; 0,5 –⎪ 1,5 √ ruim; 1,5 –⎪ 2,5 √ regular; 2,5 – ⎪3,5 √ bom; 3,5 –⎪ 4 √ ótimo. Essa avaliação é realizada nos dispositivos encontrados, nos espaços públicos, apresentados na primeira ficha, além de aspectos que fogem do material/concreto/palpável.

Além da adição e subtração de alguns aspectos na segunda ficha (Apêndice B), foi inserido, em nossa adaptação, o campo de observações, utilizado para explicar melhor a atribuição das notas, possibilitando detalhar e descrever cada um dos pontos avaliados. Afora a aplicação das duas fichas de observação quantitativa e qualitativa, também foram realizadas, quando possível, conversas com pessoas-chave dos espaços analisados que puderam contribuir para a pesquisa, tais como vendedores, moradores ou usuários assíduos.

Esta pesquisa terá caráter qualitativo-quantitativo. De acordo com Triviños (2012), trata-se de uma abordagem que procura explicar a origem, as relações, as mudanças e as consequências de um determinado fenômeno. Diante disso, analisaremos dados numéricos e não numéricos, coletados através do Governo Estadual do Piauí, da Prefeitura Municipal de Teresina e das secretarias municipais e estaduais, como a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL), a Secretaria Municipal de Planejamento, a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina (SEMEST), a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (STRANS), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC), entre outras. Por meio desses dados, será construída a cartografia da realidade que eles representam, bem como a análise de suas dimensões no espaço. Além dos mapas, também serão desenvolvidos gráficos, tabelas e quadros para melhor compreensão dos dados. Nos casos em que julgarmos necessário, será realizada observação *in loco*, especialmente diante da exigência de entender dados inconsistentes ou insuficientes.

O alicerce metodológico desta pesquisa está relacionado à dialética, uma vez que busca compreender as dinâmicas e os processos pertinentes à distribuição dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina, focando as questões sociais e econômicas. Considera-se que essa distribuição é social, composta e resultante da ação de diversos agentes — imobiliários, fundiários, estatais e comunitários —, todos responsáveis pela produção do espaço urbano. Independentemente do poder de que dispõem, todos impactam a configuração da cidade e de seus espaços (Antonio Filho; Dezan, 2009; Corrêa, 2012).

Segundo Antonio Filho e Dezan (2009), é através da dialética que podemos entender a relação entre os fenômenos e a realidade na qual estão inseridos, pois nada se dá de forma descolada do real, do espaço e do tempo. Toda ação, seja ela pautada no planejamento ou não, gera efeitos na sociedade — positivos ou negativos —, que podem ou não resultar em conflitos de interesse ou de classes.

Esta pesquisa se classifica como explicativa, pois visa verificar os fatores que favorecem ou determinam o processo de distribuição dos espaços públicos de lazer em

Teresina. Segundo Gil (2022), esse é o tipo de pesquisa que mais se aproxima do real, ao buscar compreender e explicar o motivo ou a razão das coisas.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, além da *Introdução* e das *Considerações finais*. No primeiro capítulo, *A cidade planejada: da constituição aos primeiros planos urbanos, onde fica o lazer em Teresina?*, foi desenvolvida uma discussão acerca do processo de constituição da cidade de Teresina e da elaboração dos primeiros planos urbanos da capital. A seção foi subdividida em dois tópicos: *Espaços públicos de lazer nos primeiros planos urbanos de Teresina* e *O que temos de novo? Documentos urbanos de 2019 a 2024 e suas implicações no lazer teresinense*, nos quais analisamos os últimos planos urbanos da cidade e o que cada um deles propõe sobre o lazer, suas concepções e suas propostas para o setor.

No segundo capítulo, *Aspectos urbanos da cidade de Teresina*, a discussão pauta-se na análise de segmentos que impactam o lazer da cidade. Esse segmento está dividido em três tópicos: *Crescimento populacional e expansão urbana*, no qual discutimos brevemente o impacto do crescimento populacional na expansão urbana de Teresina; *Mobilidade urbana*, onde analisamos a capacidade atual de movimentação na cidade, com foco no transporte público; e *Dinâmica econômica, renda e trabalho*, em que averiguamos o desenvolvimento econômico de Teresina e seu quadro atual.

No terceiro capítulo, *Direito ao lazer: fragmentação socioespacial dos espaços públicos de lazer em Teresina*, apresentamos uma análise da segregação populacional nos ambientes comunitários a partir do estudo de algumas dinâmicas. Ressaltamos que a pesquisa teve como foco os espaços públicos — parques ambientais e praças. Os subtópicos são: *A "cidade verde": os parques ambientais de Teresina* e *As praças de Teresina: entre usos e abandono*. Em ambos, intencionamos analisar os equipamentos de lazer selecionados, observando sua localização, seu uso e sua acessibilidade, bem como o processo de fragmentação que os atravessa.

Por fim, nas *Considerações finais*, apresentamos a "conclusão" de nossas análises. Nesse último capítulo, procuramos responder às perguntas norteadoras do trabalho e levantar outras questões.

2 A CIDADE PLANEJADA: DA CONSTITUIÇÃO AOS PRIMEIROS PLANOS URBANOS, ONDE FICA O LAZER EM TERESINA?

Neste capítulo, vamos abordar os processos de constituição de Teresina como capital do estado do Piauí, por meio de pesquisa bibliográfica/revisão de literatura e pesquisa documental. Para além da criação da cidade, nosso objetivo é tratar do desenvolvimento dos primeiros planos urbanos de Teresina, de como esses primeiros documentos se referiam ao lazer e das implicações que tiveram nas atividades de lazer desenvolvidas em cada momento histórico.

Diante do nosso entendimento, realizar o estudo sobre os primeiros planos urbanos de Teresina se apresenta como passo importante para a pesquisa, pois o que temos na atualidade é reflexo das ações do passado. Assim, esse movimento de análise histórica se configura como necessário para a compreensão do que temos hoje como lazer, dos espaços públicos de lazer e de como a população tem desenvolvido essa atividade na capital piauiense.

Ainda neste capítulo, analisamos os atuais planos urbanos de Teresina, buscando compreender as propostas vigentes para o lazer na cidade, com foco no PDOT (Teresina, 2019), mas também a partir de outros documentos elaborados nas esferas estadual e municipal que, de alguma forma, versam sobre o lazer, seja em relação à criação de novos espaços, seja quanto à reconfiguração de atividades recreativas, descanso e lazer.

2.1 Espaços públicos de lazer nos primeiros planos urbanos de Teresina

Pensar a cidade vai além de refletir sobre a organização das casas, da edificação de condomínios fechados, da pavimentação das ruas, etc. A questão urbana, há alguns anos, tem negligenciado o debate acerca do lazer e da importância de políticas públicas para o desenvolvimento de áreas destinadas a essa atividade.

No Brasil, já nos anos 1930, a industrialização se apresentava como algo consolidado, mas foi no governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, que o crescimento da indústria adquiriu maior destaque. Nesse período, havia um forte discurso "desenvolvimentista", ainda resquício do governo anterior, o de Getúlio Vargas. Segundo Oliveira (1982), os governos de Vargas e Kubitschek foram responsáveis por uma série de obras em todo o território nacional, voltadas à integração e ao desenvolvimento do Brasil, como a construção de ferrovias, rodovias, investimentos na geração de energia e redes de comunicação.

O resultado dessas ações foram mudanças profundas no espaço urbano das cidades, bem como no comportamento das pessoas que lá viviam. De acordo com Carlos (2005), o avanço da urbanização escancarou inúmeras insuficiências e desigualdades das cidades: o não acesso a terras urbanas e a falta de infraestrutura básica (como água e energia elétrica), de saneamento básico, de pavimentação nas ruas, de saúde, de educação e de lazer.

A cidade é de todos, mas não para todos, e determinados espaços e atividades se mostram particulares a alguns grupos, que possuem o privilégio de desfrutar o território municipal em sua totalidade. No que se refere ao lazer, a desigualdade no espaço urbano não se manifesta apenas pelo não acesso, mas também pelo uso restrito.

Gonçalves e Melo (2009) apontam que o lazer está relacionado ao uso do tempo livre/ócio para desempenhar atividades de recreação, diversão, entretenimento e descanso. Entretanto, com as novas configurações advindas da globalização e modernização, o lazer passa a ser vinculado ao consumo e a um momento de fuga da realidade, do "pesadelo" das cidades marcadas por poluição, trânsito caótico, estresse burocrático e infindáveis demandas.

Dentro dessa lógica, cresce nas cidades o discurso do "natural" como atrativo para consumidores. Estar próximo da natureza encanta as pessoas e é um recurso muito utilizado na venda de casas/apartamentos e também em opções de lazer, como parques ao ar livre e estabelecimentos que aproximam o cliente de ambientes naturais. Assim, o lazer na urbanização ganha novo rumo. De acordo com Melo e Peres (2005) e Veblen (1987), lazer e consumo possuem ligação desde os primórdios, mas essa relação se intensifica ao longo dos anos, sobretudo na modernidade, em que há uma necessidade de consumo visível.

Nesse contexto, emerge nas agendas governamentais a necessidade de discutir o lazer e os espaços urbanos. Com efeito, várias ações foram realizadas em todo o Brasil. Segundo Gonçalves e Melo (2009), entre as iniciativas tomadas, está a valorização de áreas verdes, que também tinham finalidade de lazer.

Porém, usufruir dessas áreas não está ao alcance de todos, pois muitas, apesar de situadas em espaços públicos, demandam um poder aquisitivo que grande parte da população não possui. Consoante Nascimento, Saldanha e Fidalgo (2019), há um movimento de transformação de espaços públicos, como praças e parques, em áreas de uso e acesso "limitado", excluindo grande parte da população. No espaço urbano, atrelado ao capital e produzido conforme demandas lucrativas, o lazer não se manifesta de maneira plena e igualitária, mas como mercadoria, um privilégio.

Em Teresina, o planejamento se deu desde sua constituição como capital do Piauí, em 1852, quando o Conselheiro Saraiva elaborou os primeiros traçados do perímetro urbano

da cidade (Figura 1). Com isso, foram instituídas normativas para a construção das casas e avenidas e a centralização das áreas de serviços, bem como dos espaços destinados ao lazer.

Figura 1 – Primeiro traçado urbano de Teresina

Fonte: Arquivo Público (2024)[2].

Andrade e Castelo Branco (2016) pontuam que as primeiras décadas de Teresina foram marcadas por fortes condicionamentos e pelas regras do chamado Código de Posturas. Ele objetivava moldar a sociedade para um viver civilizado segundo o modelo urbano, ditando desde vestimentas e comportamentos até a limitação de uso dos espaços da cidade por diferentes grupos sociais.

Na década de 1950, a cidade passou por acelerado processo de urbanização e significativo crescimento populacional. Nesse contexto, emergiram várias problemáticas em Teresina no que tange à desigualdade social, expressa na falta de moradias dignas para a população mais pobre, na carência de acesso à água, energia, educação, saúde e na ausência de espaços públicos de lazer. Lima (2011) aponta que essa desigualdade é resultado da formação histórica da cidade, o que acentuou a dependência da população mais carente em relação a ações/políticas do poder público.

[2] Imagem coletada em pesquisa direta no Arquivo Público de Teresina.

Segundo Nascimento (2002), é nessa conjuntura que a capital revela de forma escancarada sua característica excludente por meio da "higienização", processo de expulsão da população de baixo poder aquisitivo para as bordas da cidade, afastando-a dos serviços ofertados no núcleo urbano, como saúde, educação e lazer. Costa (2023) observa que esse processo ocorre quando os espaços tornam-se mercadoria, e o direito à cidade é negado às populações mais pobres.

Após 117 anos da constituição da capital piauiense, foi elaborado o primeiro plano urbano da cidade em 1969, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), que tinha por objetivo identificar as características locais, apontar e descrever entraves ao desenvolvimento e traçar maneiras de superar as dificuldades que atrapalhavam o progresso de Teresina. Esse documento apresentava a seguinte estrutura: *Teresina: entraves e impulsos no seu desenvolvimento*; *Estratégia para o desenvolvimento local*; *Programas de ação* (seção subdividida em duas: a primeira de execução da prefeitura e a segunda de execução de outros órgãos); *Implementação do processo de planejamento*; *Apêndice metodológico*; e *Bibliografia* (Teresina, 1969).

Em relação aos espaços públicos de lazer, o PDLI diagnosticou que a principal ocupação era a prática de desportos, tendo como destaque o Estádio Lindolfo Monteiro. Ressaltou, portanto, a falta de espaços públicos de lazer. Além do diagnóstico, o plano apresentou propostas para superar essa deficiência, como a reforma do Estádio Lindolfo Monteiro, a construção de praças voltadas a atividades esportivas nos bairros e a restauração de áreas com equipamentos culturais do município (Teresina, 1969).

No ano de 1977, foi desenvolvido o I Plano Estrutural de Teresina (I PET), ordenado em três volumes. O primeiro, continha duas partes: *Avaliação (físico-sócio-econômica) e diagnóstico socioeconômico*, baseada nos dados do PDLI; e *Estrutura físico-espacial (análises e diretrizes)* − subdividida em quatro itens: *Definição do perímetro urbano e da área de expansão proposta*, *Estudo das potencialidades das infraestruturas e equipamentos urbanos*, *Distribuição das atividades na área urbana* e *Estrutura urbana atual e proposta*. O segundo volume correspondia à *Identificação dos problemas das várias áreas urbanas*, incluindo um Plano de Ação e o Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo. O terceiro e último volume expunha os mapas que retratavam os dados apresentados nos volumes anteriores (Teresina, 1977).

Relativamente ao lazer e aos espaços públicos destinados a essa atividade, o I PET é superficial e não compreende discussões ou tópicos específicos sobre o assunto, apenas menciona de maneira simplista projetos de praças e jardins.

Após o I PET, foi desenvolvido o terceiro plano urbano da capital piauiense, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU), em 1983. De acordo com Melo *et al*. (2002), o PDDU não foi concluído. Em sua proposta inicial, contaria com quatro relatórios: *Alternativas de desenvolvimento*; *Formulação de políticas públicas e estratégias*; *Consolidação das políticas e estratégias*; e *Consolidação do PDDU*. Rodrigues e Veloso Filho (2016) frisam que essa foi a primeira vez que um plano utilizou a nomenclatura "diretor", o que só ocorreria novamente em 2006.

Esse plano teve importância significativa, pois apontou o lazer como aspecto essencial para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, apresentou diagnóstico acerca dos espaços públicos destinados a essa atividade, concentrados na zona central da cidade e administrados, em sua maioria, pelo setor privado (Melo *et al*., 2002; Teresina, 1983).

No ano de 1988, Teresina adquiriu um novo plano, o II Plano Estrutural de Teresina (II PET). Esse documento diferencia-se dos anteriores, pois seu conteúdo é mais politizado e lança mão dos extensos estudos e diagnósticos presentes nos planos anteriores (Villaça, 1999). O II PET era composto por dez leis, que, em síntese, visavam ao desenvolvimento urbano da cidade em distintos setores (Teresina, 1988). O foco do II PET, em relação ao lazer, era a proposta de implantação de praças nos bairros da cidade, com o objetivo de descentralizar as atividades de lazer na capital e construir um campo esportivo em cada bairro (Teresina, 1988).

Com a virada do século, mudanças advieram do âmbito nacional para o municipal, fruto da efervescência dos movimentos sociais urbanos nos anos 1990. A nova era, nos anos 2000, deu luz aos planos urbanos com novas configurações e objetivos. É nesse contexto que nasce o Estatuto da Cidade, em 2001, por meio da Lei n. 10.257 (Brasil, 2001). Através dele, foram instituídos os planos diretores, documentos obrigatórios para os municípios que dispõem de populações iguais ou superiores a 20 mil habitantes e para os municípios situados em regiões metropolitanas e/ou aglomerados urbanos.

Diante disso, várias cidades brasileiras se viram na obrigação de traçar seus planos diretores, e com Teresina não foi diferente. Após cinco anos da aprovação do Estatuto da Cidade, dentro do prazo-limite para os municípios desenvolverem seus planos, a capital piauiense, no ano de 2006, elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 (Teresina, 2006).

Segundo Campos (2011), a Agenda 2015 é composta por onze leis, seguindo o modelo estrutural do II PET. Sua metodologia apresenta duas categorias: Grupos Temáticos,

responsáveis por realizar diagnósticos, expor propostas e arquitetar cenários, sendo compostos por especialistas nessas áreas; e Grupos Consultivos, encarregados de acompanhar e coordenar os Grupos Temáticos, além de produzir e discutir documentos encaminhados ao Conselho Estratégico (Teresina, 2006).

Santos, Chaves e Vieira (2021) apontam que a Agenda 2015 foi um importante documento para a cidade. Esse plano, em comparação com os anteriores, como pode ser visto no Quadro 2, foi o que mais abordou de forma detalhada o lazer em Teresina. Contudo, mesmo anunciando projetos para o lazer e os esportes, apresentava várias lacunas em relação à estrutura e à segurança dos espaços públicos destinados a essas atividades.

Quadro 2 – Síntese sobre o lazer nos planos urbanos de Teresina (1969-2006)

Plano	**Ano**	**Diagnóstico e proposta**
Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)	1969	O principal diagnóstico foi a importância dos espaços públicos de lazer vinculados ao esporte, bem como a escassez desses locais na cidade. Como proposta de enfrentamento à situação diagnosticada, o PDLI, salientou a necessidade de ampliação e restauração do Estádio Lindolfo Monteiro, além da construção de praças com estruturas esportivas nos bairros.
I Plano Estrutural de Teresina (I PET)	1977	Esse plano não discutiu amplamente o lazer em Teresina, apenas abordou o tema de forma superficial e apontou a centralização dos equipamentos de lazer. Entre as propostas vinculadas aos espaços públicos, o I PET definiu como prioridade a criação de praças e jardins na cidade.
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU)	1983	Em seu diagnóstico, o PDDU citou a relevância dos espaços públicos de lazer para uma melhor qualidade de vida, mas ressaltou que em Teresina eles eram insatisfatórios, pois a maioria dos respectivos equipamentos e atividades se encontrava no centro da cidade e grande parte pertencia ao setor privado. O plano propunha medidas para contornar a situação diagnosticada, entre elas: apoio às feiras de lazer nos bairros de baixa renda; uso de áreas próximas a rios e lagoas, como balneários, a partir da instalação de infraestruturas para desenvolver atividades de pesca esportiva e navegação fluvial; aparelhamento para modalidades esportivas e descanso.

Plano	Ano	Diagnóstico e proposta
II Plano Estrutural de Teresina (II PET)	1988	O II PET, igualmente ao I PET, não apresentou um diagnóstico expressivo acerca dos espaços públicos de lazer em Teresina, apenas apontou o que já havia sido mencionado nos planos anteriores: a negatividade da concentração e centralização desses locais na zona central da cidade. Em relação às propostas, o plano também foi bem limitado, citando apenas a criação de praças e campos nos bairros.
Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015	2006	Esse plano, em relação aos anteriores, foi o que melhor diagnosticou os espaços públicos e o lazer da capital piauiense. Pontuou a fragilidade no que se refere à quantidade e à conservação, bem como as infraestruturas inadequadas, além de reconhecer a falta de segurança, principalmente nas praças. Como proposta, lançou seis programas para o lazer e o esporte, desde a construção à animação dos novos espaços. Apesar disso, a Agenda 2015 falhou no quesito segurança.

Fonte: Dados extraídos de Teresina (1969, 1977, 1983, 1988, 2006).

Em uma análise dos planos urbanos de Teresina, foi possível identificar que, em alguns momentos históricos, determinada modalidade de atividade e área de lazer adquire relevância. Por exemplo, a questão do esporte vinculado ao lazer aparece pela primeira vez em 1969, no PDLI, e depois na Agenda 2015, de 2006. Ambos os planos priorizam a adequação de espaços públicos de lazer ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte. Segundo Isayama *et al*. (2014), no Brasil, essa ligação entre os dois campos está relacionada à forte identidade nacional com os esportes, além de ser um comportamento muito influenciado pelos norte-americanos, que sempre tiveram esse elo entre esporte e lazer.

Melo (2008), Melo e Fortes (2010) e Starepravo (2006) pontuam a necessidade de compreensão desses campos dentro das dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, pois, como se configuram como direito constitucional, ambos são muitas vezes utilizados como ferramenta política e também como mercadoria. Em muitos casos, esses setores são colocados apenas no plano do discurso, para manipular ou explorar problemáticas relativas ao desenvolvimento e ao acesso ao lazer, tendo em vista o apoio das comunidades, bem como afirmar, de maneira não fundamentada, que o esporte "salva" as comunidades do cenário das drogas ou da criminalidade.

Ungheri e Isayama (2019) compreendem a inserção do lazer e do esporte nos planejamentos das cidades como algo positivo para esses campos, já que oportuniza debates acerca da importância deles e, a partir daí, cria, ainda que a passos lentos, avanços para esses

setores dentro das agendas e políticas públicas. Segundo os autores, a questão do lazer necessita de um olhar múltiplo, que vá além da instalação da estrutura, considerando segurança pública, mobilidade, limpeza, iluminação, acessibilidade, etc., pois isso influencia o uso e a apropriação dos espaços públicos pela sociedade.

Em âmbito nacional, no ano de 2003, foi aprovado o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que possibilitou interação entre os governos federal e municipal, além de proporcionar maior independência na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do esporte e do lazer recreativo (Sturmer; Castro; Mezzadri, 2020). Através do programa, diversas ações foram realizadas nos municípios brasileiros, principalmente naqueles de maior vulnerabilidade econômica e social, atendendo, dessa forma, a um dos objetivos centrais do PELC: abranger a população mais carente, com redução da desigualdade no acesso a espaços de lazer e oportunidade de participação em atividades esportivas. Outrossim, várias outras políticas públicas nacionais foram criadas com foco no lazer vinculado aos esportes.

Teresina, como outras cidades do Brasil, também segue as diretrizes nacionais, além de modelos internacionais de espaços de lazer. Conforme Castelo Branco (1996), o lazer esportivo ganhou maior destaque por volta do final do século XIX e início do século XX, na dinâmica de “copiar” o que estava posto internacionalmente.

Castelo Branco (1996) aponta que o lazer vinculado ao esporte era mais praticado pelos teresinenses com maior poder aquisitivo, haja vista que eles tinham recursos financeiros para obter bicicletas e acesso às embarcações náuticas. O lazer esportivo, em Teresina, somente se popularizou através do futebol, por volta de 1918. O autor ressalta que a realização dessa atividade era distinta entre as classes da cidade: nas áreas com maior concentração de renda, o futebol era praticado em campos ou quadras; nas áreas pobres, em praças ou na rua.

O primeiro estádio da cidade, Lindolfo Monteiro, foi inaugurado em 1944, acessível majoritariamente à população com maior poder aquisitivo, que tinha condições de pagar ingressos para assistir aos jogos. Segundo as diretrizes do PDLI, que focava a questão do lazer esportivo, foram construídos mais dois estádios na capital: o Governador Alberto Silva, mais conhecido como Albertão, inaugurado em 1973; e o Verdão, de 1978, com estrutura para o desenvolvimento de outras atividades esportivas no Ginásio Governador Dirceu Arcoverde. Além dessas inaugurações, também foram reformados os espaços do Lindolfo Monteiro.

Embora a construção dos estádios tenha colaborado para o desenvolvimento do lazer esportivo, foi através das praças que essa atividade se disseminou nas camadas mais

pobres de Teresina. Devido ao baixo custo de construção, tais espaços se espalharam pela cidade e receberam adequações para a realização de atividades esportivas.

Todavia, a relação de Teresina com as praças é anterior a essa concepção de lazer esportivo. Desde a constituição da capital piauiense, as praças e o lazer estabeleceram um vínculo entre si de "amor e ódio". No primeiro momento de desenvolvimento da cidade e de seu perímetro urbano, as praças se localizavam no centro. De acordo com Ferreira (2021), essa zona era referência para o lazer à época, obtendo altos investimentos. Isso se justificava não apenas por ela ser o ponto de desenvolvimento urbano de Teresina, mas também porque os usuários dos espaços públicos da região eram pessoas com poder aquisitivo considerável. Por conseguinte, essa população era privilegiada no uso desses equipamentos.

As praças não tinham força para atrair a população por si sós, mas guardavam vínculos com as igrejas católicas. Santos e Ortigoza (2016) pontuam que a presença do catolicismo é muito marcante no início da constituição de Teresina, influenciando, inclusive, o lazer. As praças no entorno das igrejas católicas representavam espaços de encontro, festividades, conversas após as missas e namoro de casais. A Igreja Nossa Senhora do Amparo e seu entorno, de acordo com Vilarinho (2002), constituíam a principal área de encontro na capital por volta de 1860.

No século XX, Teresina passou por profundas transformações advindas da chegada do telefone, da água encanada e da energia elétrica. Segundo Lima (2002) e Santos e Ortigoza (2016), os espaços de lazer também foram atingidos por essas mudanças e pelos novos hábitos que se manifestaram na cidade. Nesse período, houve significativa valorização do lazer e a demanda por áreas em que ele pudesse ser desenvolvido, principalmente praças.

De acordo com Santos e Ortigoza (2016), no referido período, as praças do centro da cidade ganharam uma estrutura de passeio público, com áreas destinadas ao convívio social e à apreciação da natureza. A arquitetura desses espaços privilegiava os jardins e a conexão com o natural (Martins, 2020). Em Teresina, as Praças Uruguaiana (atual Rio Branco) e Pedro II eram referências do modelo vinculado à estrutura de passeio público. Lima (2002) aponta que a Praça Pedro II atraía tanto a população rica que residia no centro da capital quanto os mais pobres, porém os grupos não se mesclavam. Esse espaço público foi marcado por uma arquitetura planejada para a segregação social, dividida em duas partes: praça de baixo e praça de cima. A primeira era designada à classe de maior poder aquisitivo, principalmente após a construção do Teatro 4 de Setembro; a segunda, às pessoas pobres.

No entanto, desde o final dos anos 1990 até os dias atuais, a percepção da sociedade acerca das praças mudou bastante. O que era visto como espaço de lazer e, muitas

vezes, disputado e limitado aos ricos, agora passa por um processo de abandono e rejeição. Santos e Ortigoza (2016) pontuam que há um movimento de desinteresse pelas praças, decorrente, principalmente, da falta de segurança e de estrutura, além de a população caracterizá-las como pontos de atração para venda e consumo de drogas e para a prostituição.

As praças aparecem em todos os planos urbanos de Teresina, os quais discutem desde a criação desses espaços até a modificação de sua estrutura para abranger uma gama variada de atividades de lazer para as comunidades. Porém, é a partir da Agenda 2015, divulgada em 2006, que o governo municipal apresenta preocupação acerca da rejeição popular às praças. Anteriormente a esse momento, a questão era a descentralização dessas estruturas e sua adequação aos novos modelos de lazer. Efetivamente, as praças foram os espaços mais impactados pelas políticas de planejamento, ora transformadas para desenvolver atividades esportivas, ora adaptadas para a valorização do verde.

Outros espaços também tiveram destaque no planejamento da capital piauiense. Por seu caráter "mesopotâmico" (entre rios), a cidade dedicou-se a potencializar as atividades de lazer nas áreas próximas aos cursos d'água, apesar de essa operação ter ocorrido tardiamente, aventada pela primeira vez no terceiro plano urbano, o PDDU, de 1983. A partir de então, o entorno das regiões ribeirinhas de lagos e lagoas passou a ser pautado em função de sua capacidade de atração de público e uso para fins recreativos.

É importante pontuar que, antes de sua inserção nos planos urbanos, as áreas do entorno dos rios já eram usadas pela população teresinense de diferentes formas, variando conforme o poder aquisitivo. A classe mais abastada financeiramente usufruía desses espaços através de passeios náuticos e piqueniques à moda internacionalizada, enquanto a população mais pobre os utilizava para banhos, brincadeiras, encontros entre amigos e, sobretudo, como ponto de apoio para pescadores da cidade.

Segundo Santos e Ortigoza (2016), no ano de 1980, houve um crescimento significativo do uso dessas áreas, quando se criou uma "paisagem litorânea" em Teresina, intitulada "prainha", às margens do Rio Parnaíba. Nos dias atuais, as regiões ribeirinhas ainda são muito procuradas para as práticas de lazer, principalmente devido ao clima da cidade. Entretanto, diante das transformações impostas pelo processo de urbanização e pela expansão das atividades de construção civil, essas áreas passaram a ser utilizadas com restrições, em virtude dos perigos deixados pela retirada da areia, que resulta em buracos causadores de afogamentos. Oliveira e Silva (2014) apontam que o lazer também é prejudicado pelo descarte de esgoto sanitário e lixo nos Rios Poti e Parnaíba, comprometendo a qualidade da água para banhos.

Por volta de 1989, Teresina recebeu o título de Cidade Verde, concedido pelo poeta Coelho Neto, mas, de acordo com Lima (2002) e Santos e Ortigoza (2016), a vegetação da cidade era predominantemente privada, já integrava sítios e chácaras. Atualmente, a capital piauiense já não pode carregar esse título, apesar de ainda possuir áreas verdes, visto que detém uma extensão de 1.580 km² de área rural, correspondente a 81% do território teresinense (Teresina, 2020). Contudo, no perímetro urbano, os espaços verdes estão cada vez mais escassos.

Santos e Ortigoza (2016) afirmam que as áreas verdes só passam a ser mais valorizadas na cidade no final do século XX, quando há um aumento significativo de investimentos na construção de parques e praças. O primeiro parque ambiental de Teresina foi construído no ano de 1972 na zona leste, o Zoobotânico, cujo principal objetivo era o desenvolvimento do lazer contemplativo (Kallas, 2005).

Porém, apesar do investimento na construção de espaços de valorização do verde, os parques ambientais de Teresina passaram e ainda passam por problemas relacionados ao descaso do poder público. De acordo com Santos e Ortigoza (2016), nos primeiros meses após a inauguração dessas áreas, é inegável o poder de atração de pessoas, mas não demora para que as fragilidades estruturais sejam percebidas e comecem a desestimular o uso de tais espaços.

Para Lima, Lopes e Façanha (2019), todos os planos citados têm fragilidades quanto à execução, visto que muitas de suas propostas nunca chegam a ser concretizadas. Os autores explicam que isso se dá porque os planos tratam os problemas da cidade de forma genérica, sem respeitar suas particularidades. Segundo Santos (2021), deve-se compreender o planejamento urbano como uma dimensão das políticas públicas e sociais, cuja finalidade é reordenar a cidade e promover eficácia no atendimento de demandas da população, principalmente da classe mais periférica, que também tem direito aos serviços e espaços públicos.

Em linha com o entendimento de Secchi (2019) e Alencar, Rocha e Araújo (2021), os planos urbanos configuram-se como uma necessidade dos municípios diante do cenário de dispersão e fragmentação dos espaços. Constituem-se em um mecanismo destinado a garantir as funções sociais da cidade a todos os cidadãos.

Outro ponto a ser observado é a pouca participação popular no desenvolvimento dos planos urbanos de Teresina, o que se reflete no distanciamento entre as propostas desses documentos e a realidade encontrada na cidade (Façanha, 2007; Monteiro *et al*., 2019). De acordo com Maricato (2015), essa ausência popular contribui para a manutenção do quadro de

favorecimento de determinadas áreas e grupos, perpetuando o silenciamento e a invisibilidade da população e dos lugares periféricos.

Sousa (2021) pontua que é necessário ampliar a participação da população teresinense na elaboração dos planos urbanos, mas não de forma meramente ilustrativa. É preciso que haja, de fato, envolvimento da sociedade nos direcionamentos municipais, sem se restringir à visualização de documentos já em fase de finalização.

2.2 O que temos de novo? Documentos urbanos de 2019 a 2024 e suas implicações no lazer teresinense

Diante do cenário de transformações da natureza pela ação humana, ampliou-se o debate acerca do desenvolvimento sustentável, o qual permitiria o avanço da modernização dos espaços, mas teria como prioridade a proteção e conservação de áreas verdes nas cidades. Nessa vertente, a Organização das Nações Unidas (ONU) construiu a Agenda 2030, que contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): erradicação da pobreza; fome zero; boa saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energia acessível e limpa; emprego digno e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; combate às alterações climáticas; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. Além disso, apresenta 169 metas para eliminar a pobreza e favorecer condições para todos viverem com dignidade, sem grandes prejuízos ambientais.

Aksoy e Arli (2019) compreendem que a questão do bem-estar social perpassa todos os ODS. Assim, é necessário desenvolver um crescimento sustentável e promover a acessibilidade igualitária a educação, saúde e lazer — este último é considerado ponto-chave para a geração de felicidade na sociedade, principalmente entre os habitantes do espaço urbano.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021), é fundamental definir metas e objetivos locais em consonância com os ODS, mas levando em conta as particularidades e demandas de cada território. Isso pode, em algum grau, resultar em modificação ou abandono de uma ou mais metas do plano original da ONU; contudo, cabe a cada localidade determinar a melhor maneira de lidar com contradições e conflitos para alcançar a cidade-modelo estabelecida na Agenda 2030 (Dawes, 2019).

Com base nesse documento da ONU, a Prefeitura Municipal de Teresina, em 2015, divulgou sua própria Agenda 2030, um plano com metas estabelecidas para a cidade até o ano de 2030. Sousa (2021) compreende esse instrumento como uma espécie de carta-compromisso, a qual corporifica a responsabilidade de solucionar ou minimizar os problemas da cidade e de viabilizar o desenvolvimento de um espaço urbano mais justo.

Teresina (2015) registra que sua Agenda 2030 foi construída coletivamente, com a contribuição de diversos agentes sociais — aspecto que Pereira *et al*. (2023) consideram fundamental nos planejamentos urbanos, especialmente para dar voz aos grupamentos periféricos, que também têm direito à cidade. Nas 12 oficinas realizadas, participaram aproximadamente mil pessoas, entre organizações civis e sociais, técnicos especializados, órgãos públicos e privados, professores e discentes das universidades e dos institutos federais sediados na capital.

Esse documento contou com oito etapas de construção. A primeira referiu-se às particularidades formais para criação do arcabouço operacional de suporte. A segunda apresentou o relatório *Teresina 2000 a 2010: diagnóstico, avanços e desafios*, que descreve as transformações ocorridas durante esses dez anos nas diversas dimensões sociais, econômicas e culturais, além das variações na infraestrutura e no perímetro urbano. Na terceira, utilizou-se o meio digital para consulta à população, por meio do Pensar Mais Teresina. A quarta também visou à escuta da população, mas presencialmente. A quinta focou lideranças e coordenadores de instituições não governamentais. Na sexta, o alvo foram gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal. A sétima consistiu na análise de estudos, documentos, trabalhos e pesquisas sobre planejamento urbano e suas implicações. Por fim, a oitava correspondeu à aprovação da Agenda 2030 (Teresina, 2015).

De acordo com Sousa (2021), além da forma diferenciada com que foi construída, a Agenda 2030 é o único documento de planejamento que não se constituiu por leis. Sua elaboração baseou-se na análise de cinco eixos temáticos: Cidade Sustentável; Cidade de Oportunidades; Cidade de Direitos; Cidade Criativa; e Governança Eficiente (Teresina, 2015).

Quanto à sua estrutura, o documento é composto por cinco capítulos: o primeiro analisa a cidade existente; o segundo destaca a participação popular na elaboração da Agenda 2030; o terceiro expõe as metas e os objetivos para os 15 anos seguintes; o quarto defende a necessidade de programas especiais para atender às demandas da cidade e de sua população; e o quinto apresenta um panorama dos desafios a serem enfrentados para a construção de uma cidade mais justa para todos.

O plano preocupa-se com as projeções acerca do crescimento populacional de Teresina até o ano de 2030, quando a capital possivelmente atingirá um contingente populacional de um milhão de habitantes. Isso é visto como um "problema", pois, para atender às demandas sociais de uma realidade desse nível, seriam necessários muitos esforços no que se refere ao planejamento da cidade, de modo que todos pudessem acessar os serviços básicos, como saúde, educação e lazer. Portanto, reforça-se a importância de desenvolver a capital piauiense de forma sustentável para os atuais e futuros habitantes.

A Agenda 2030 teresinense, por sua ligação com as diretrizes da ONU, aborda significativamente a questão ambiental. A partir de sua constituição, alguns programas foram desenvolvidos na cidade, como o Plano de Ação Climática (PAC), também conhecido como ClimaThe, lançado no ano de 2023. Seu objetivo era apresentar um diagnóstico acerca das emergências climáticas da cidade, traçar metas para uma cidade sustentável e promover a adaptação do espaço urbano de Teresina para conter as altas temperaturas.

No eixo estratégico "Reduzindo os riscos e aumentando a resiliência de Teresina", presente no Produto 4 do PAC, constam algumas ações relacionadas ao lazer na cidade, como podemos ver no Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese das ações presentes no Produto 4 do PAC que se destinam ao lazer de Teresina

Ações do Produto 4 do PAC	**Metas para o lazer**
Ação 1: aumentar e proteger os espaços verdes da cidade	Arborizar os espaços públicos para o desenvolvimento de atividades de lazer, tais como parques e jardins, a fim de melhorar a qualidade de vida da população diante das altas temperaturas da capital piauiense.
Ação 3: implementar medidas de infraestrutura e soluções baseadas na natureza (SBN), com o objetivo de aumentar a permeabilidade do solo e melhorar as condições de drenagem da cidade	Aumentar as áreas permeáveis dos equipamentos e espaços públicos existentes e a ser construídos, como praças, parques, canteiros centrais, jardins filtrantes, jardins drenantes e jardins de chuva.
Ação 9: promover a melhoria da qualidade ambiental dos recursos hídricos	Criar parques urbanos, praças, hortas urbanas e outros tipos de áreas permeáveis próximos aos rios e lagoas da cidade.
Ação 19: fomentar o uso de SBN para desafios socioambientais	Melhorar a qualidade de vida da população utilizando soluções baseadas na própria natureza, através do incentivo para a criação de parques urbanos e jardins comunitários.

Fonte: Dados extraídos do PAC (Teresina, 2023).

No que se refere ao lazer, o PAC prioriza as áreas verdes, espaços arborizados e de contato com a natureza, indo ao encontro das Agendas 2030 de Teresina e da ONU, que

contemplam os ODS. Loughran (2018) e Raimundo e Sarti (2016) pontuam que essa relação cidade-natureza é percebida desde a Antiguidade e se fortalece na Idade Moderna. Segundo Almeida (2023) e Carvalho e Gosling (2019), os espaços verdes, atualmente, são vistos como válvula de escape da população urbana perante as dinâmicas sufocantes das cidades. Nesse contexto, eles são desfrutados por uma parcela privilegiada da população, haja vista estarem presentes em locais selecionados do perímetro urbano. Apesar de públicos, o acesso a eles é limitado, por isso estão associados a um grande potencial turístico e de lazer.

Em cidades quentes como Teresina, espaços verdes e áreas no entorno dos rios são importantes para o desenvolvimento sustentável. Esses locais não apenas auxiliam na proteção e conservação da fauna, da flora e dos recursos hídricos, mas também ajudam a melhorar a qualidade de vida da população, que pode usufruir de um ambiente próximo à natureza para suas atividades de lazer (Viana, 2018).

No ano de 2019, foi lançado o documento que rege as diretrizes de organização e desenvolvimento urbano em Teresina, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, correspondente à Lei Complementar n. 5.481 (Teresina, 2019). Ele tem por objetivo garantir o bem-estar e a qualidade de vida da população teresinense, assegurar a função social da cidade, promover um desenvolvimento sustentável e orientar o planejamento urbano e territorial da capital piauiense (Teresina, 2019).

O PDOT (Teresina, 2019) é composto por 14 anexos: *Perímetro urbano*; *Modelo territorial rural*; *Macrozoneamento urbano*; *Zoneamento urbano*; *Incentivos ao DOTS na cobrança da OODC*; *Prédios com valor cultural significativo*; *Características geométricas das vias*; *Padrões de parcelamento do solo*; *Atividades urbanas*; *Parâmetros de uso e ocupação do solo*; *Zonas especiais de uso sustentável*; *Zonas especiais de interesse cultural*; *Glossário*; e *Siglas*. O desenvolvimento do plano seguiu os parâmetros do modelo *Transit-Oriented Development* (TOD), criado pelo arquiteto e urbanista Peter Calthorpe. Esse paradigma, muito aplicado no Brasil, visa a uma organização municipal mais compacta. Seu objetivo central, de acordo com a EMBARQ (2015), é transformar uma cidade 3D (distante, dispersa e desconectada) em 3C (compacta, coordenada e conectada).

Há dois grupos de objetivos propostos pelo PDOT (Teresina, 2019): o de estratégias e o de normativas. O primeiro é responsável por traçar o caminho para o alcance das metas, apontando os meios estratégicos para o desenvolvimento da cidade; o segundo é composto por normas/regras para a implementação daquilo que foi definido no primeiro grupo.

No Quadro 4, podemos visualizar os direcionamentos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial para o lazer e os espaços públicos da cidade.

Quadro 4 – Direcionamentos do PDOT para os espaços públicos e o lazer em Teresina

Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)	**Direcionamento para o lazer e o espaço público**
Capitulo I – da cidade compacta, coordenada e conectada	Valorizar os espaços públicos, as práticas sustentáveis e o meio ambiente, realizando a inclusão social e cultural para minimizar as desigualdades.
Capitulo III − da reconfiguração e apropriação da esfera pública	Valorizar a história e as práticas culturais locais para fortalecer a identidade cultural; estabelecer a segurança nos espaços públicos, de maneira a estimular uma maior presença da população e a interação social nesses ambientes; tornar os espaços públicos mais atrativos; promover atividades de interação social, como feiras, exposições, hortas urbanas, etc.
Capitulo V − da qualidade do ambiente	Reservar áreas adequadas à arborização urbana nos espaços públicos, como passeios, canteiros, ruas de pedestres, ciclovias, praças e parques; reestruturar e adequar os parques naturais municipais para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.

Fonte: Dados extraídos do PDOT (Teresina, 2019).

Quanto aos espaços públicos, o plano diretor aborda não apenas aqueles específicos para atividades de lazer, mas também aqueles de usos variados. Outro ponto que merece destaque no PDOT (Teresina, 2019) é a importância dada à identificação dos cidadãos com os espaços públicos. Dantas, Pereira e Silva (2023) apontam que, para criar esse elo, é necessário que haja uma interação direta entre os espaços e as populações, fazendo com que a sociedade fortaleça o vínculo afetivo e social com Teresina. Dessa forma, as pessoas passarão a frequentar e valorizar as áreas públicas da cidade (Santos; Chaves; Vieira, 2021).

Além de pautar a necessidade de um vínculo da sociedade com os espaços públicos para haver a valorização deles, o plano também reconhece a relevância do lazer para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida. Diante disso, o PDOT (Teresina, 2019) propõe a relação entre espaço público de lazer e sustentabilidade.

O documento apresenta as Zonas Especiais de Uso Sustentável (ZEUS) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) como locais que podem sediar estruturas e infraestruturas de equipamentos destinados ao lazer, desde que a implantação deles não constitua prejuízos para a fauna, a flora e os recursos hídricos da cidade. Sendo assim, é preciso seguir os parâmetros do plano diretor e obter a autorização do poder executivo municipal.

Teresina é cortada por dois rios principais, o Poti e o Parnaíba. O entorno deles e as áreas verdes urbanas, em sua maioria, abarcam uma potencialidade para o desenvolvimento de atividades voltadas ao lazer. Contudo, esses espaços ainda são muito centralizados, e, por esse motivo, o plano diretor pontua a necessidade de zoneamentos. É com base nas zonas geográficas que o governo municipal deve estabelecer as áreas de instalação de aparelhos e espaços destinados ao lazer, bem como outros serviços, priorizando-se as regiões com densidade demográfica mais significativa.

Segundo Latus (2017), a expansão urbana em Teresina se deu sem controle e planejamento, de forma espraiada, o que favoreceu a fragmentação da cidade e o surgimento de espaços vazios. Por isso, concebe-se a necessidade de compactação, com o aproveitando dessas áreas, das infraestruturas já existentes, do transporte e dos serviços em geral. No entanto, diante do atual desenvolvimento do município, o conceito de compacidade precisa ser revisto e repensado, pois a população das franjas do perímetro urbano da capital não teria condições de comprar terrenos ou casas nas áreas com alto grau de urbanização. Desse modo, o "compactar" pode acabar resultando num processo de centralização/concentração, prejudicando ainda mais o acesso das pessoas mais pobres aos espaços e serviços da cidade.

O PDOT (Teresina, 2019) também indica como necessária a apropriação da esfera pública para tornar os espaços comunitários mais animados, atrativos à população, cumprindo, assim, seu papel social. Para Mendonça (2009), no contexto atual, o que tem afastado as pessoas dos espaços públicos é a falta de segurança, e o plano reconhece que esse ponto precisa ser trabalhado em Teresina.

Santos, Chaves e Vieira (2021) assinalam que os planos urbanos teresinenses sempre ressaltam a importância do lazer e dos espaços públicos, mas também apontam a insuficiência e a concentração dessas áreas na cidade. Logo, o debate acerca do tema é imperativo.

A questão do lazer em Teresina vive numa espécie de "*looping* infinito". Ainda que se preconize a descentralização dos espaços públicos de lazer, efetivam-se políticas que vão na contramão disso e intensificam a desigualdade de uso e acesso em relação a esses locais.

3 ASPECTOS URBANOS DA CIDADE DE TERESINA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um quadro sobre a atual situação de Teresina, no que se refere a algumas dinâmicas: crescimento populacional, expansão urbana, mobilidade urbana e economia.

Dentro de nossa concepção, entender esses processos é necessário para compreendermos o seguinte: a questão do lazer na cidade; a forma como a cidade tem crescido em relação ao seu perímetro urbano; a maneira como isso acontece; a questão da mobilidade urbana; o uso do transporte coletivo; a questão econômica; em quais áreas está concentrado o capital e se isso tem relação com a implantação de infraestruturas para o lazer; a forma como o transporte coletivo está disposto na cidade; se há como se locomover por meio dele de forma eficiente durante os sete dias da semana; quais zonas/bairros detêm maiores e menores quantitativos populacionais; e de que maneira o Estado pensa o lazer para essas áreas. Todos esses fatores perpassam a análise das dinâmicas apresentadas acima.

Raimundo (2019) aponta que a implantação de espaços de lazer nas cidades tem um impacto significativo, tanto ambiental, social e cultural quanto econômico, mas salienta que o lazer também é afetado por essas dinâmicas. Diante do contexto histórico e das configurações das cidades e das sociedades, as atividades e os espaços destinados ao lazer são modificados. Vimos isso quando analisamos os planos urbanos de Teresina.

Isso posto, examinamos alguns aspectos sociais para compreender o lazer na capital piauiense. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, mas também solicitamos dados às secretarias estaduais e municipais. Nessa fase do trabalho, usamos os dados genéricos cedidos pela SEPLAN e pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), pois, infelizmente, não conseguimos os dados atualizados referentes à economia de Teresina. A prefeitura e as secretarias municipais demonstram grande dificuldade em disponibilizar informações de modo virtual, principalmente na atual gestão. Contudo, procuramos a SEMPLAN, a SEMEST e a SEMCASPI, mas até o momento nenhuma atendeu às nossas solicitações.

Outra instituição usada para consulta de dados foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual utilizamos informações econômicas de 2010 e dados populacionais de 2022. Os dados sobre mobilidade urbana foram enviados pela STRANS. Além disso, consultamos dois aplicativos, indicados pela própria STRANS, para verificação de horários do transporte coletivo.

3.1 Crescimento populacional e expansão urbana

Como já abordado no capítulo anterior, ocorreu um acelerado crescimento populacional na capital piauiense em 1950. Esse processo se deu pela migração de habitantes da região interiorana do Piauí e de outros estados, tais como Ceará e Maranhão, em busca de melhoria na qualidade de vida (Lima; Lopes; Façanha, 2019). Segundo Lopes (1998), o fascínio da população pelas áreas urbanas decorre da possibilidade de acesso a serviços e de ascensão econômica, que supera os desafios encontrados nas cidades, entre eles poluição, exclusão, trabalhos informais, trânsito e violência.

Outro ponto que favoreceu esse crescimento foi a construção das Rodovias BR-316 e BR-343. A primeira foi importante para a continuidade das ocupações na zona sul, e a segunda beneficiou a expansão para a zona leste. Complementarmente, a instauração da Ponte Juscelino Kubitschek ligou o centro ao leste, proporcionando a criação dos primeiros bairros da zona leste: Fátima, São Cristóvão e Jóquei (Bueno; Lima, 2015; Lima, 2010).

Santos (2018) aponta que a urbanização tem íntima ligação com os processos de industrialização, modernização da sociedade e desenvolvimento do capitalismo, sendo esse realizado de forma periférica na cidade de Teresina. De acordo com Lopes (1998), o avanço da urbanização também se deve à concentração advinda da migração rural e do crescimento demográfico da população já urbana.

Segundo Rodrigues Neto e Lima (2006) e Lima, Lopes e Façanha (2017), no período de 1970 a 1980, a capital piauiense atingiu a taxa de crescimento populacional de 71,34%, superando as taxas apresentadas por outras capitais do Nordeste brasileiro. Ainda de acordo com os autores citados, foi nesse contexto que aconteceram invasões e ocupações, em áreas particulares e públicas, haja vista a necessidade da população por moradias. Foi exatamente a partir desses movimentos que surgiram os primeiros conjuntos habitacionais em Teresina, em sua maioria voltados para a classe de baixa renda e localizados nas franjas da cidade.

Lima, Lopes e Façanha (2017) afirmam que os primeiros conjuntos habitacionais da capital foram desenvolvidos através da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), cuja política era atrelada ao Banco Nacional de Habitação (BNH). De 1960 a 1980, houve grande atuação desses agentes em Teresina, com o principal objetivo de construir casas a baixos custos. A localização dos conjuntos habitacionais era distante da área já urbanizada, o que acarretou a criação de novos bairros, além de pressionar as instituições públicas e privadas por

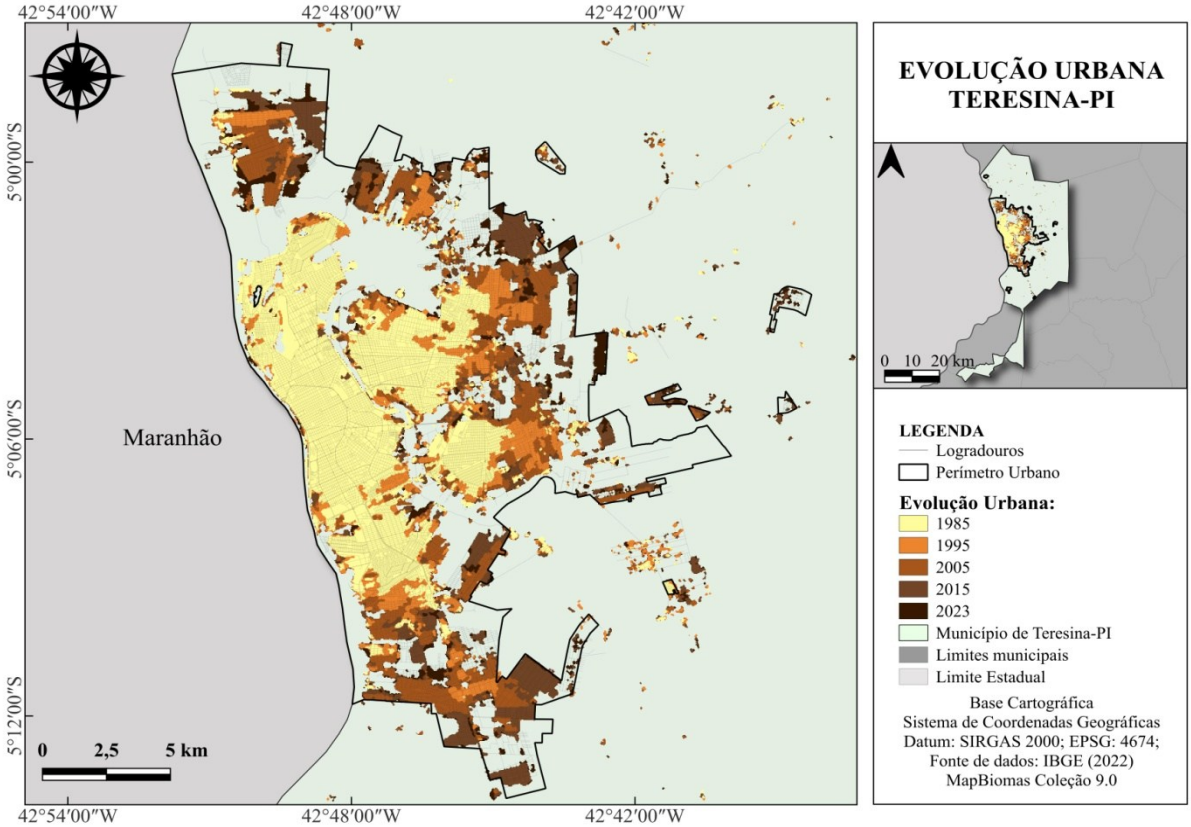
extensões nos serviços, como saúde, educação, lazer, energia, água, etc. Esse processo favoreceu a especulação imobiliária, bem como o desenvolvimento de glebas intermediárias.

Atualmente, a habitação longe do centro urbano tem ganhado a adesão da classe economicamente mais abastada, em razão do desejo de moradia em um lugar menos agitado, com menos poluição, menos trânsito e maior segurança. Nos condomínios fechados de alto padrão, obviamente, há uma diferenciação na maneira de viver entre o grupo que escolhe essas áreas e os excluídos do centro urbano. Esses últimos estão sujeitos a mais limitações no direito à cidade, enquanto aqueles com maior poder aquisitivo têm maior liberdade de acesso e mobilidade para usufruir dos espaços (Lima; Lopes; Façanha, 2017).

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), Teresina é a cidade piauiense com maior percentual de população urbana, cerca de 95%, enquanto a população rural corresponde a apenas 5%. Trata-se de um dado interessante quando visualizamos a posição do Piauí em relação aos outros estados brasileiros, pois este apresenta o maior percentual de população rural do país: 30%.

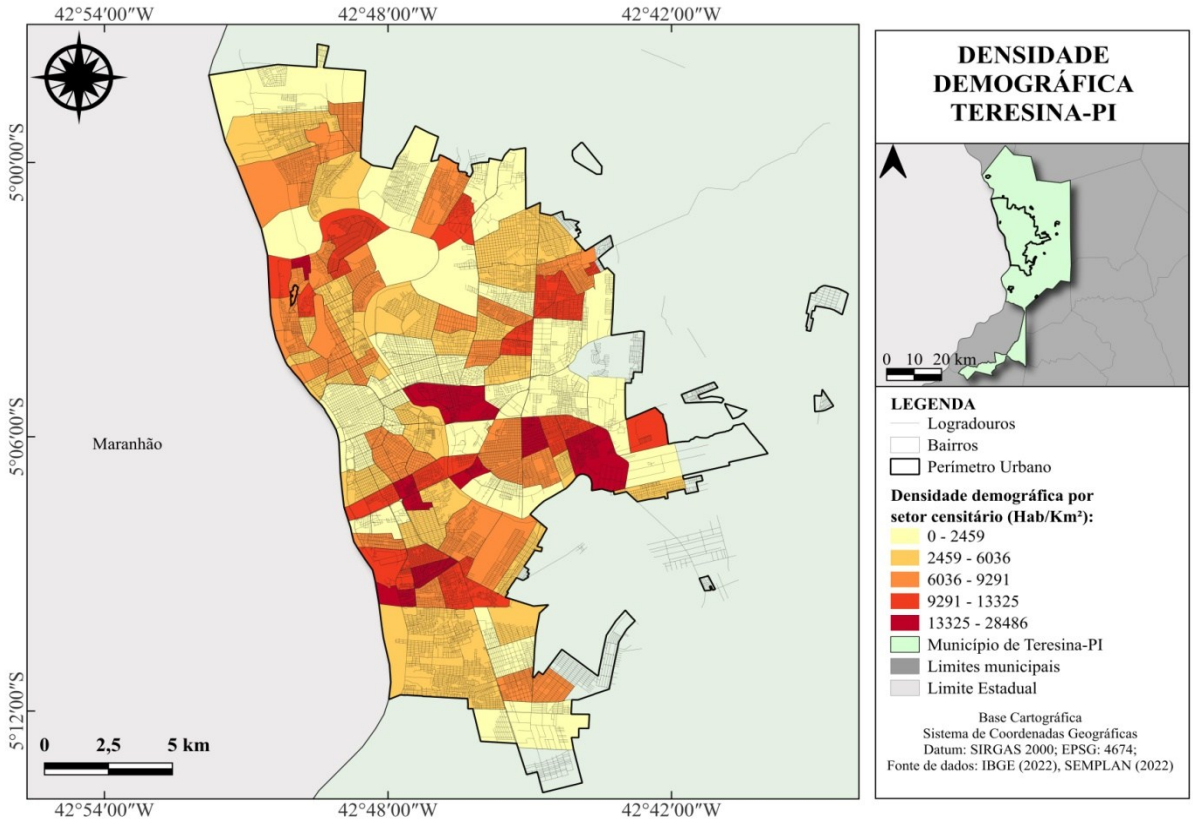
Nos Mapas 2 e 3, podemos observar a evolução urbana e a densidade demográfica de Teresina entre 1985 e 2023.

Mapa 2 – Evolução urbana de Teresina (1985-2023)



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

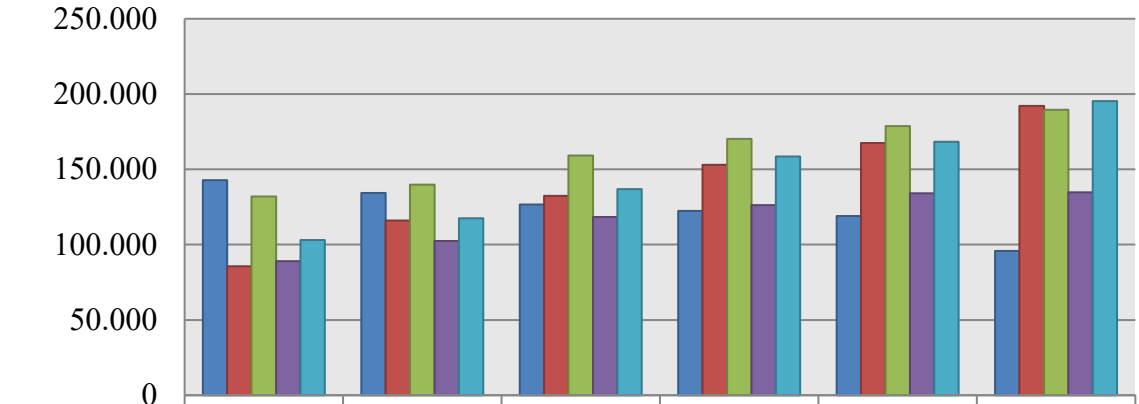
Mapa 3 – Densidade demográfica de Teresina



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Dentro da dinâmica de expansão urbana teresinense, a zona leste ganha grande destaque, principalmente por abrigar pessoas de alto poder aquisitivo e por concentrar uma quantidade considerável de serviços. É a partir desse processo que ocorre a saída de um contingente populacional significativo da zona central para a zona leste (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento populacional de Teresina entre 1991 e 2022, por zona



	1991	1996	2000	2007	2010	2022
CENTRO	142.827	134.257	126.556	122.333	118.923	95.857
LESTE	85.694	116.056	132.340	152.943	167.443	192.168
NORTE	131.984	139.842	159.147	170.300	178.755	189.523
SUDESTE	89.048	102.513	118.442	126.333	134.119	134.752
SUL	103.075	117.510	136.901	158.587	168.287	195.228

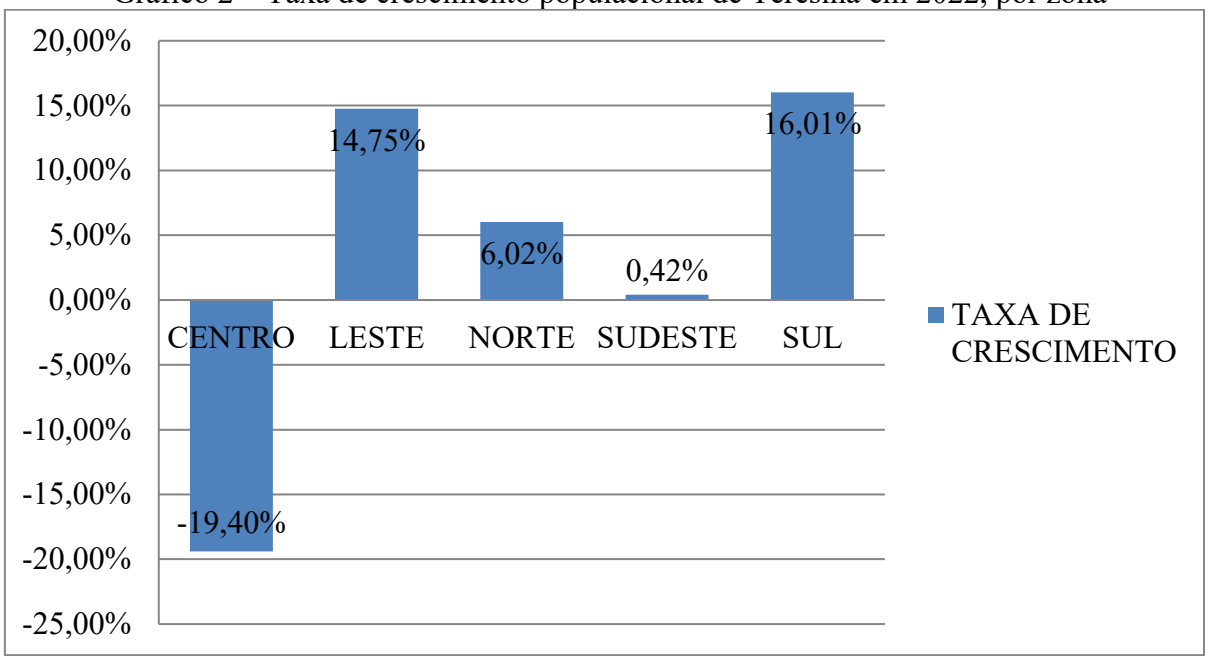
Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Como podemos observar através do Gráfico 1, as zonas de maior crescimento populacional são a sul e a leste, enquanto a zona central, que no passado concentrou a maior população, nos últimos anos tem se esvaziado, sendo a única com taxa de crescimento negativa (Gráfico 2). Lima (2002) aponta que, desde a década de 1970, a zona leste vem se estruturando como ponto de atração populacional, principalmente após a constituição da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bem como pelos incentivos à compra de lotes com dimensões superiores às de outras zonas, além da implantação de investimentos.

De acordo com Ojima (2007), é natural que o crescimento da população impulsione o surgimento de novos espaços. Porém, Monte-Mór (2006), Seto *et al*. (2011) e Inostroza, Baur e Csaplovics (2013) alertam que esse movimento tem resultado em uma urbanização extensiva, também chamada de espraiamento urbano, tornando as cidades mais dispersas.

Ademais, o processo de dispersão tem como origem o redirecionamento da classe mais pobre dos centros urbanos para as bordas da cidade e, atualmente, a mudança da classe de maior poder aquisitivo, que residia na área central, para áreas mais afastadas do burburinho urbano. Isso ocorre em razão da facilidade de que esse grupo dispõe em relação à mobilidade e ao deslocamento na cidade, principalmente pelo uso do transporte individual (Monte-Mór, 2006; Ojima, 2008; Seto *et al*., 2011; Sperandelli; Dupas; Pons, 2013).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento populacional de Teresina em 2022, por zona



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Siqueira (2009) e Pereira e Nogueira (2013) alegam que esse abandono do centro é oriundo do processo de modernização da cidade. A elite já não visualizava a zona como símbolo de área privilegiada, mas sim como presa ao passado, sem acompanhar as novas dinâmicas da urbanização. Diógenes (2012) pontua que essa mudança de perspectiva é recorrente nas cidades brasileiras, diante das novas dinâmicas de viver os espaços. Monte (2016) aponta que o esvaziamento da zona central também teve relação com a massiva implantação do comércio e com a forte presença de ônibus circulando, o que era incômodo para os residentes próximos às avenidas principais.

Compreender tal conjuntura é importante, haja vista que o êxodo residencial dessa zona reflete-se no abandono dos espaços de lazer estabelecidos no centro de Teresina. Segundo Monte (2016), as concepções de lazer são alteradas: espaços públicos como a Praça Pedro II, o Teatro 4 de Setembro e outras estruturas situadas no centro são trocados pelos restaurantes, *shoppings* e clubes da zona leste. Lugares do setor privado passam por um grande processo de valorização e uso, enquanto os espaços públicos destinados ao lazer ficam em quase completo abandono (Coimbra, 2023).

Diante dessa dinâmica de modernização da cidade, a zona leste vai se configurando como a “galinha dos ovos de ouro” para o setor privado, o qual investe na região para implantar espaços destinados ao lazer, com o objetivo, em especial, mas não unicamente, de atender a população que detém maior poder aquisitivo. Porém, será que na esfera pública esse processo se manifesta de forma diferente? Como estão distribuídos os

equipamentos públicos de lazer de Teresina? Quais tipos de equipamentos são mais presentes em cada zona? É com base nessas questões que esta pesquisa se desenvolve, a fim de tentar respondê-las.

3.2 Mobilidade urbana

Outro ponto importante a ser discutido na presente investigação é a questão da mobilidade, dado que essa dinâmica nos permite compreender a acessibilidade aos espaços públicos de lazer. Segundo Silva e Costa (2016), o sistema de transportes se caracteriza como essencial para a circulação, tornando-se, dessa forma, um importante elemento na produção do espaço urbano. Ainda de acordo com os autores, a cidade de Teresina só implementou transporte público por volta de 1920. Já em 1936, por meio da Lei n. 5, foi aprovada a contratação de concorrência pública para a efetivação dos serviços de transportes públicos em Teresina.

A partir da intensificação do processo de urbanização na capital piauiense, os transportes, públicos e privados, passaram a ter uma presença mais significativa no espaço urbano teresinense. Conforme Silva e Costa (2016), a acessibilidade no uso dos serviços de transportes foi se consolidando na cidade por meio da demanda, mas também pelo aumento de ruas, avenidas e investimentos na indústria automobilística e pela expansão das linhas de ônibus.

Silva e Costa (2016) apontam que, apesar de haver um metrô em atividade desde 1991, é notável que o principal meio público de locomoção são os ônibus, que abrangem quase todo o perímetro urbano de Teresina e servem à maior parte da população. Para os autores, a questão do transporte público da capital piauiense tem como característica a (i)mobilidade urbana, haja vista os diversos problemas que esse setor enfrenta, os quais estabelecem íntima relação com o processo de urbanização desordenada da cidade, sem o devido planejamento, fragilizando as muitas dinâmicas urbanas de Teresina.

Viana (2005) e Façanha (1998) associam os intensos processos vivenciados na capital, como o aumento populacional, a favelização, a verticalização e o espraiamento urbano, ao agravamento da insuficiência do transporte público. É dentro dessa dinâmica que o transporte público se configura como um elemento de extrema relevância na organização de Teresina, pois, além de interligar os espaços, possibilita a vivência, a permanência e o desenvolvimento de atividades, sejam elas de trabalho, lazer, saúde ou educação (Silva; Costa, 2016).

Diante desse processo de expansão urbana e suas dinâmicas, o desenvolvimento dos planos urbanos mostra-se necessário para o bom funcionamento da cidade e de seus sistemas. De acordo com Silva e Costa (2016), é nesse contexto que a questão da mobilidade urbana ganha espaço nos debates e no planejamento do estado.

No ano de 2016, foi implantado na cidade o sistema Inthegra. Ele ainda está em vigência, apesar de mudanças em sua configuração por causa da pandemia de covid-19, em 2020, e da falta de estrutura e infraestrutura para que continuasse a funcionar eficientemente após a crise pandêmica.

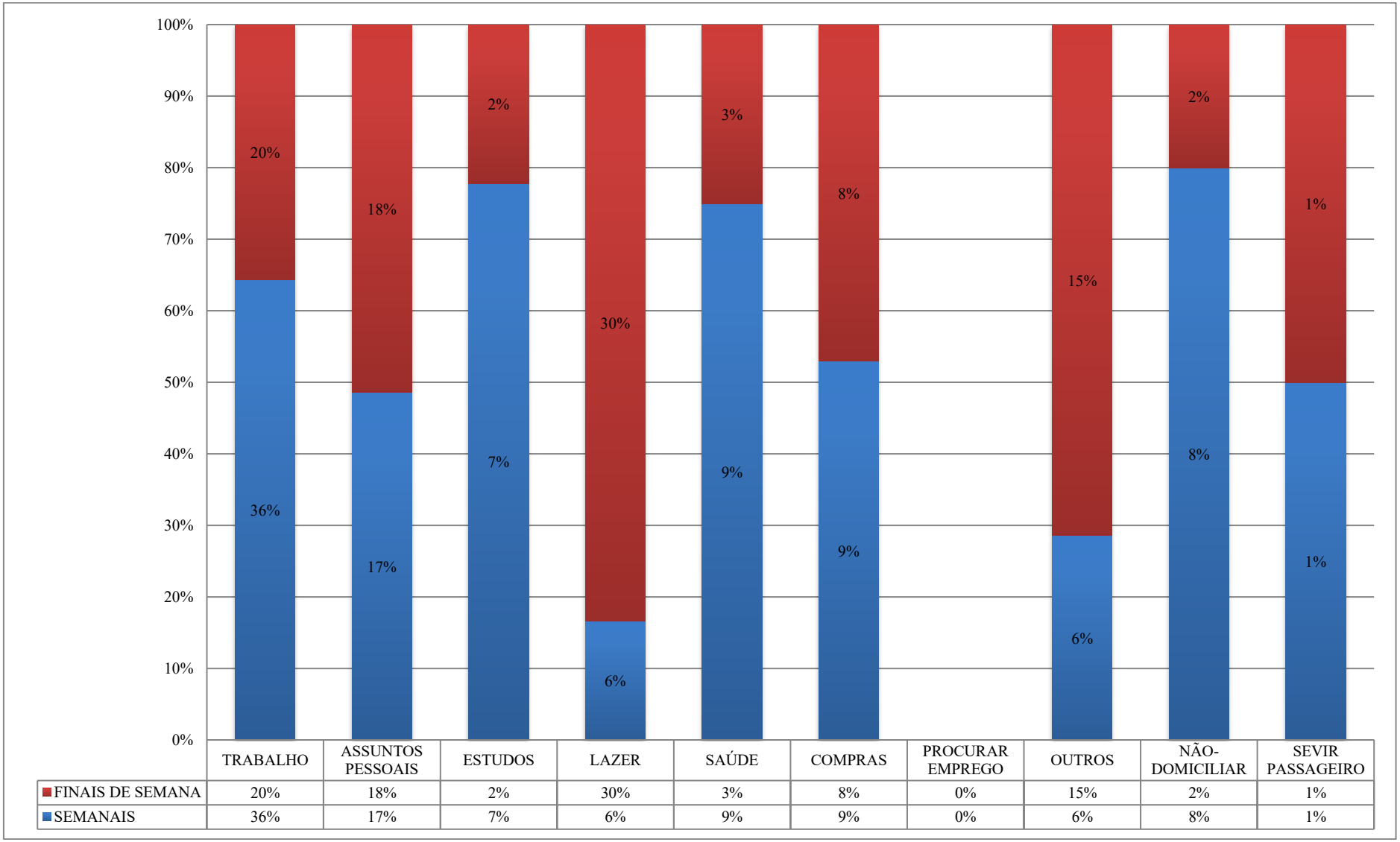
O Inthegra é composto por um conjunto de linhas alimentadoras, troncais e interterminais. Os terminais de integração estão localizados nas zonas sul, sudeste, leste e norte. A implantação desse sistema em Teresina foi duramente criticada pela população e por muitos estudiosos da área urbana e sua mobilidade, porquanto o projeto não se adequava à realidade local e necessitava de adaptações para que seu funcionamento fosse satisfatório aos usuários. Consoante Mendes (2022), os problemas relacionados ao Inthegra são vários, mas os principais são: falta de infraestrutura dos terminais e do sistema de gerenciamento, insuficiência de ônibus para atender à demanda, ausência de planejamento e falhas logísticas.

Em 2021, a PMT realizou uma pesquisa que compõe o Relatório do Diagnóstico, parte do Plano Diretor de Mobilidade Urbana Sustentável de Teresina. Nessa pesquisa, constatou-se que 23% da população teresinense utiliza transporte coletivo em seus deslocamentos dentro da cidade; outros 23% usam transporte não motorizado; e a maior parte da população, 55%, recorre a transporte motorizado individual, incluindo táxi, aplicativos e mototáxi.

Segundo Teresina (2021), a porcentagem de viagens por meio de transporte coletivo varia ao longo da semana: há aumento de segunda a sexta-feira e declínio no fim de semana. Isso é usado como justificativa para a redução de ônibus aos sábados e domingos.

Ainda com base na pesquisa da PMT, foi possível analisar os motivos das viagens, ilustrados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Motivos de deslocamento em Teresina



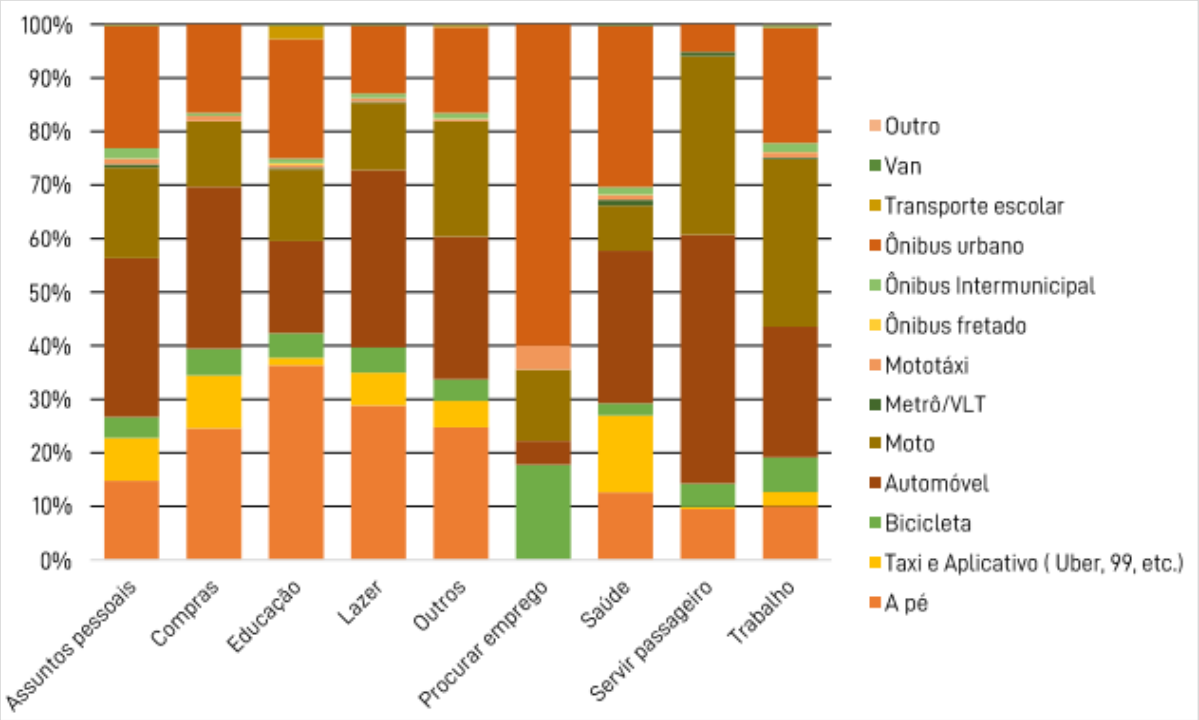
	TRABALHO	ASSUNTOS PESSOAIS	ESTUDOS	LAZER	SAÚDE	COMPRAS	PROCURAR EMPREGO	OUTROS	NÃO-DOMICILIAR	SEVIR PASSAGEIRO
FINAIS DE SEMANA	20%	18%	2%	30%	3%	8%	0%	15%	2%	1%
SEMANAIS	36%	17%	7%	6%	9%	9%	0%	6%	8%	1%

Fonte: Dados extraídos de Teresina (2021).

Como apresentado no Gráfico 3, durante a semana, o maior percentual de deslocamento é motivado por questões de trabalho e, nos finais de semana, pelo lazer. Cabe enfatizar que algumas das variáveis sofreram drástica alteração após o contexto pandêmico, sendo a mais afetada a educação (Teresina, 2021). Com as restrições quanto à circulação de pessoas durante a pandemia de covid-19, muitas instituições de ensino adotaram o sistema de ensino a distância (EaD) e o mantiveram mesmo depois do fim da emergência sanitária, o que reduziu o percentual de viagens relacionadas à educação.

Outro dado interessante da pesquisa da PMT é o tipo de transporte adotado pela população para cada motivo de deslocamento (Gráfico 4).

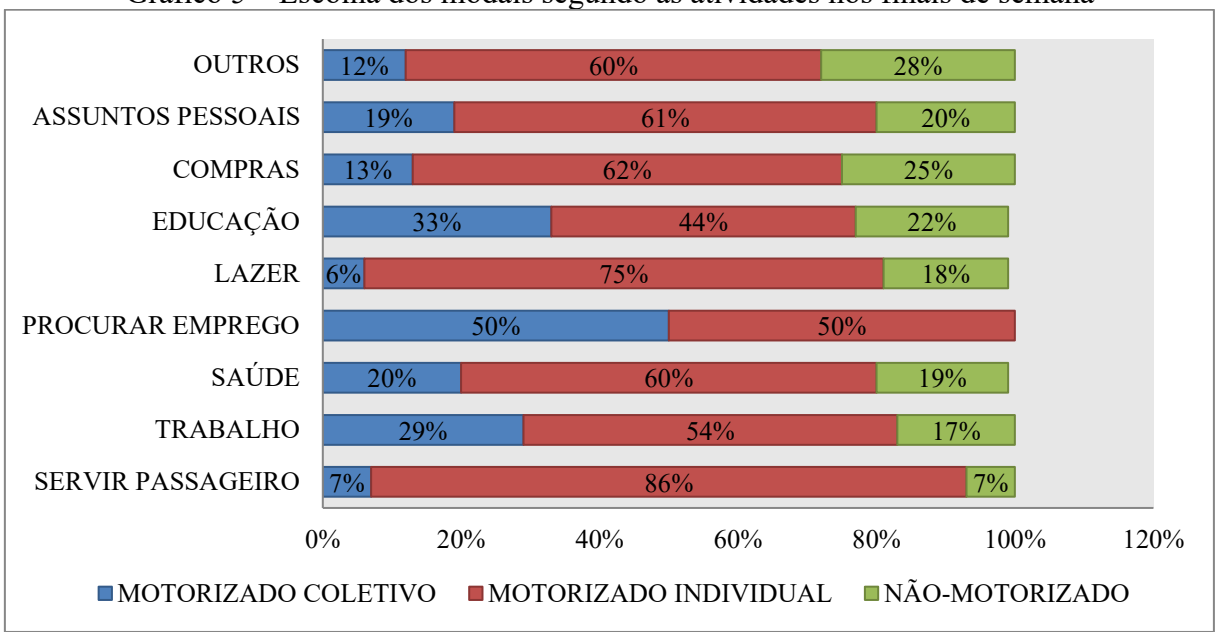
Gráfico 4 – Escolha do modal de acordo com as atividades



Fonte: Dados extraídos de Teresina (2021).

Os modais mais utilizados em Teresina, no que se refere às viagens durante a semana, são moto e automóvel (de uso individual) e o ônibus urbano. Concernente ao transporte coletivo, é perceptível a baixa utilização para atividades como compras e lazer de segunda a sexta-feira; o maior público nesse período são trabalhadores e estudantes. No Gráfico 5, podemos observar os modais mais usados nos finais de semana e as atividades que alimentam.

Gráfico 5 – Escolha dos modais segundo as atividades nos finais de semana



Fonte: Dados extraídos de Teresina (2021).

Durante o final de semana, o transporte individual motorizado ainda mantém predominância na escolha da população. Dentro da nossa temática, é importante ressaltar o lazer: apenas 6% dos deslocamentos nesse período são feitos por transporte coletivo; e isso pode ser compreendido por meio do Quadro 5.

Quadro 5 – Modais e tempo médio de viagem

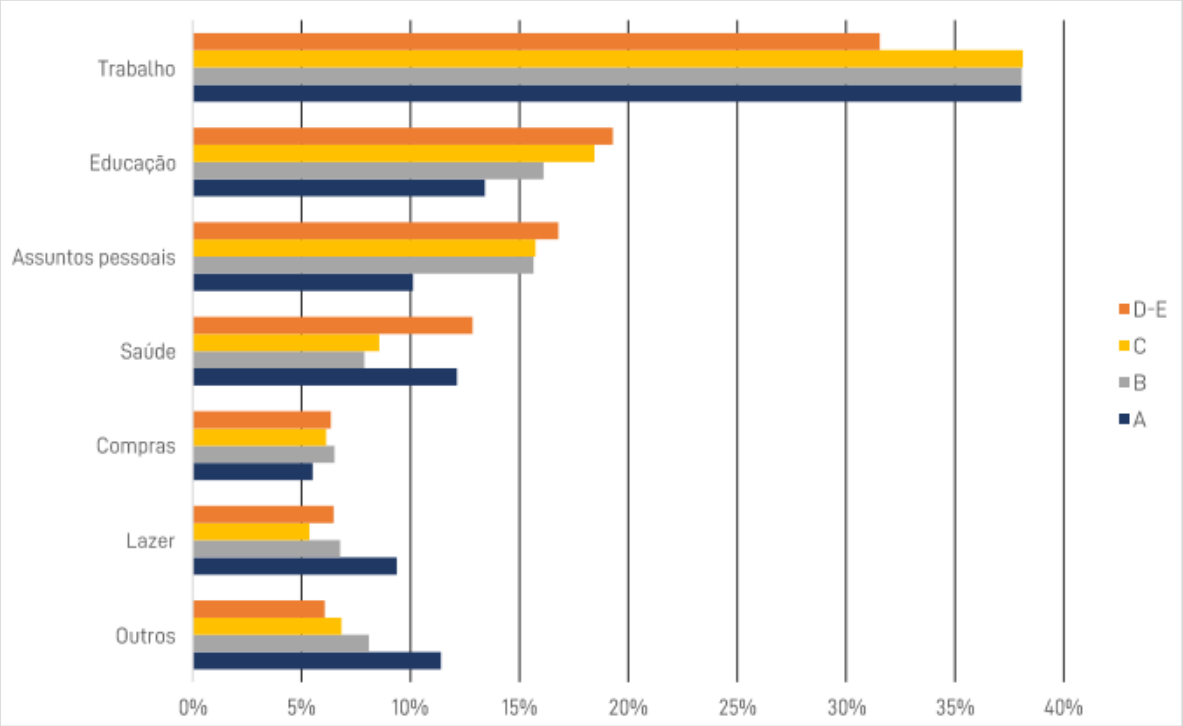
Modal	**Tempo médio de viagem**
A pé	18 minutos
Bicicleta	29 minutos
Táxi ou aplicativos	27 minutos
Carro	30 minutos
Moto	25 minutos
Ônibus urbano	1 hora e 4 minutos
Ônibus intermunicipal	1 hora e 10 minutos
Outros	35 minutos

Fonte: Dados extraídos de Teresina (2021).

O tempo médio de viagem no transporte coletivo é de 1 hora e 4 minutos, quase igual ao que se experiencia em um ônibus intermunicipal. Obviamente, esse intervalo se justifica pela distância percorrida, mas, se também levarmos em consideração o tempo de espera do ônibus na parada, torna-se mais viável para a população escolher outro meio de locomoção. Assim, a dependência do transporte coletivo recai, principalmente, sobre a população de baixa renda, que não possui recursos para outro modal.

Em consonância com o Critério Brasil de Classificação Econômica, que divide a população nas classes A, B, C, D e E, de acordo com a posse de bens e escolaridade, a pesquisa da PMT traduziu graficamente o percentual dos motivos de deslocamento de cada um desses grupos (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Motivo das viagens realizadas durante a semana segundo a classe de renda



Fonte: Teresina (2021).

Com base nos dados exibidos, podemos observar que o percentual de deslocamento por questões de trabalho é igual para as classes A, B e C. Um dado interessante refere-se ao lazer: a categoria econômica teresinense que mais se desloca por esse motivo é a classe A, enquanto o menor percentual corresponde à classe C. Então, atesta-se que a presença da parcela da população com menor poder aquisitivo nos espaços destinados às atividades de lazer é reduzida, evidenciando ainda mais a fragmentação socioespacial dos espaços públicos.

Sem reajuste desde 2020, a passagem inteira de ônibus custa R$ 4,00; a meia, R$ 1,35. Há, entretanto, proposta de aumento para 2025, quando, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), deverá ser cobrado o valor de R$ 9,80. Contudo, há grande oposição por parte da população, pois o reajuste seria muito elevado para os usuários, que em sua maioria possuem baixa renda. A decisão poderá afetar aproximadamente 2,5 milhões de passageiros por mês.

A distribuição das linhas de ônibus é composta por um sistema, o qual detém lotes de gerenciamento e diferenciação de consórcios de acordo com a área atendida (Quadro 6):

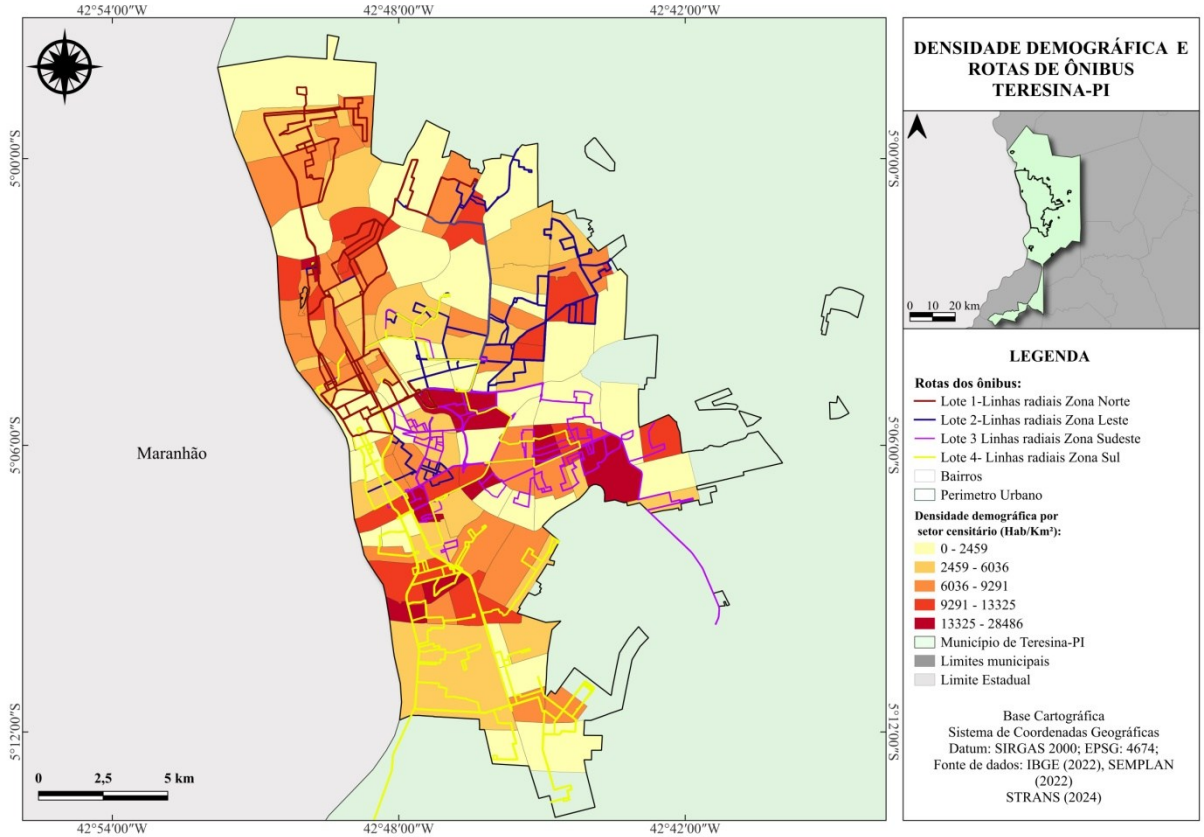
Quadro 6 – Consórcios e composição das linhas de ônibus

Lote	Consórcio	Composição	Zonas atendidas
1	Poty	Viação Piauiense/Emvipi/Teresinense	Zona norte
2	Urbanus	Cidade Verde/Asa Branca/Viação Santana/São Cristóvão	Zona leste
3	Theresina	Taguatur/Emtracol/Dois Irmãos/Santa Cruz/Transporte Therezina	Zona sudeste
4	Transcol	Transcol	Zona sul

Fonte: Dados extraídos de Teresina (2021).

Além da diferença na composição dos lotes e gerenciamento, cada linha/lote concatena-se com uma cor específica, o que também facilita a identificação pelos usuários: zona leste é vermelha, zona norte é verde, zona sul é amarela e zona sudeste é azul. No Mapa 4, podemos ver a distribuição das linhas radiais em Teresina.

Mapa 4 – Distribuição das linhas radiais do transporte público, por zona



Fonte: STRANS (2024)[3].

[3] Dados fornecidos para a autora diretamente pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Teresina, via *e-mail*.

Segundo Teresina (2021), a atual distribuição de linhas radiais é satisfatória no que se refere à cobertura de praticamente todo o perímetro urbano da cidade, mas apresenta insuficiência nos espaços periféricos. Cada zona possui sua própria linha, exceto a zona central, que se caracteriza como área de "desembarque final" para quem sai dos bairros e "embarque inicial" para retorno a eles.

As paradas de ônibus da zona central, em sua maioria, são praças. Assim, para além do uso de lazer, muito comum em tempos pretéritos, essas áreas são conhecidas pela população como pontos de espera do transporte coletivo.

Os dados referentes ao trajeto e às linhas de ônibus foram solicitados à STRANS, que encaminhou os horários pelos aplicativos Siu Mobile e Parada Online.

3.3 Dinâmica econômica, renda e trabalho[4]

A questão econômica também é muito relevante no quadro que pretendemos analisar nesta pesquisa, pois ela determina, de forma significativa, o uso e o acesso das populações aos espaços de lazer na capital. Apesar de essas áreas serem públicas, a locomoção até elas e seu usufruto exigem certa condição financeira.

Infelizmente, no atual momento da pesquisa, os dados referentes à economia teresinense não estão atualizados. Eles foram solicitados às secretarias municipais competentes, mas não tivemos retorno. Diante disso, vamos considerar os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, sem, contudo, medir esforços para adquirir os quantitativos atualizados para a versão da defesa (IBGE, 2012).

Teixeira e Correia (2018) apontam que, nos anos iniciais de sua fundação, a capital piauiense pretendia, principalmente, ser um polo administrativo. Entretanto, nos séculos XIX e XX, houve uma mudança nessa percepção da cidade, que passou a se desenvolver economicamente por meio de serviços e comércio. Segundo Santana (2017), o desenvolvimento econômico de Teresina foi reflexo das muitas obras e ações estaduais e federais, tais como a construção de estradas e o incentivo financeiro a empresários internos e externos — do estados do Ceará e Maranhão, por exemplo —, para que estabelecessem suas empresas em Teresina.

O destaque econômico de Teresina, entre os séculos XIX e XX, foi definido por Rebello (2000) como "macrocefalia da rede urbana do Piauí", haja vista que o crescimento do

[4] Infelizmente, os dados referentes à renda da população por bairros não foi cedida pela prefeitura e por suas secretarias.

município destoava do cenário estadual. Rodrigues e Façanha (2016) reforçam que o desenvolvimento econômico da capital piauiense teve como base as atividades do setor terciário, com foco no comércio. Conforme os autores, a atividade comercial e a prestação de serviços ainda são bastante relevantes na economia teresinense.

Rodrigues e Façanha (2016) indicam que a relevância do setor terciário é expressa no produto interno bruto (PIB) de Teresina, caracterizando-se pela maior participação no quantitativo econômico da capital piauiense. Os autores esclarecem que o setor está ligado aos investimentos advindos do poder público; e, dentro dessa dinâmica, é importante pontuar o papel crucial do setor da saúde na atração de diversas pessoas, do estado e de estados vizinhos, à procura de serviços clínicos e hospitalares.

Houve um tempo em que Teresina era intitulada "capital da saúde", atraindo investimentos tanto para os serviços clínicos e hospitalares, públicos e privados, como também para infraestruturas de pousadas e comércios destinados a atender à demanda que chegava à cidade. Para Carlos (2013), o avanço e a importância do setor terciário na economia foram fomentados, principalmente, pela diversificação das atividades econômicas que a saúde propiciou.

Em dados divulgados pela CEPRO e pela SEPLAN no ano de 2020, o PIB de Teresina representava 49,8% de participação econômica em relação às outras cidades do estado, considerando-se apenas o setor de serviços (Quadro 7).

Quadro 7 – PIBs municipais e principais atividades

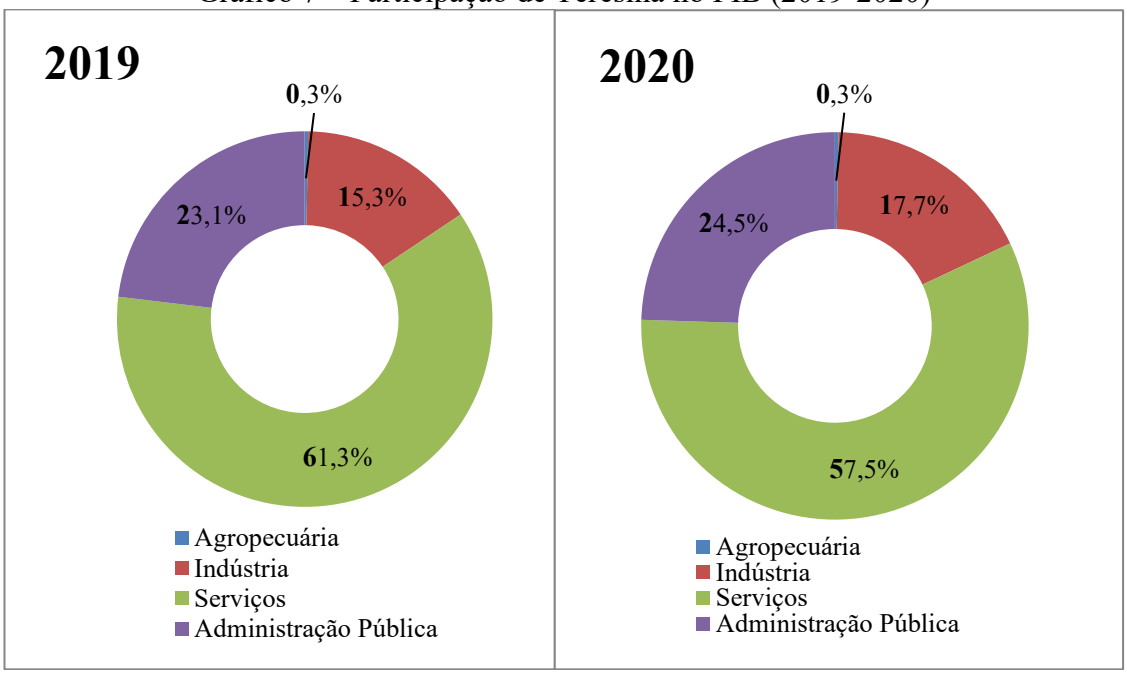
Municípios	**Principal setor/Participação do PIB municipal (%)**	**Principais atividades**
Parnaíba	Demais serviços/46,9%	Comércio
Uruçuí	Agropecuária/35,7%	Cultivo de soja e cereais
Picos	Demais serviços/52,7%	Comércio
Floriano	Demais serviços/51,9%	Comércio
Baixa Grande do Ribeiro	Agropecuária/68,6%	Cultivo de soja
Bom Jesus	Agropecuária/29,4%	Cultivo de soja
Piripiri	Demais serviços/38,1%	Comércio
Campo Maior	Demais serviços/40,9%	Comércio
Guadalupe	Indústria/43,1%	Distribuição de energia elétrica

Fonte: Dados extraídos da CEPRO/SEPLAN (Piauí, 2022).

Atualmente, no cenário estadual, a cidade de Teresina vem diminuindo sua participação no PIB. Apesar de permanecer no topo da lista, seu percentual era maior, como

em 2019 (Gráfico 7). Essa redução se deve ao desenvolvimento econômico de outras cidades do estado, principalmente ao avanço do agronegócio no sul do Piauí.

Gráfico 7 – Participação de Teresina no PIB (2019-2020)



Fonte: Dados extraídos da CEPRO/SEPLAN (Piauí, 2022).

O único percentual que se manteve foi o da agropecuária, com 0,3% nos dois anos. Houve pequeno crescimento na administração pública e na indústria em 2020, mas queda no setor de serviços. Rodrigues e Façanha (2016) apontam a forte dependência do setor de serviços de Teresina em relação à administração pública, o que podemos constatar por meio dos dados coletados.

Na Tabela 1, elaborada a partir dos dados da CEPRO e da SEPLAN, é possível observar a contribuição de cada setor da economia para o PIB nos anos de 2019 e 2020 em Teresina, mediante o valor adicionado bruto (VAB).

Tabela 1 – Contribuição de cada setor para o PIB

Setores	**VAB (R$ 1.000)**		**Diferença nominal do VAB dos setores (R$ 1.000)**	**Variação relativa do VAB**
	2019	**2020**		
Agropecuária	50.390	53.796	3.406	0,0
Indústria	2.899.338	3.308.436	409.098	2,4
Serviços	11.645.449	10.739.619	-905.830	-3,8
Administração Pública	4.381.985	4.579.053	197.068	1,4
VAB total	18.977.162	18.680.905	-296.257	-1,6

Fonte: Dados extraídos da CEPRO/SEPLAN (Piauí, 2022).

O VAB do ano de 2020, em comparação com o de 2019, teve uma queda, resultado da diminuição do VAB referente ao setor de serviços. No que tange à administração pública, verificou-se um leve crescimento. Em relação à soma total das riquezas produzidas no Piauí, a capital correspondeu a 38,3% em 2020.

Em 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Teresina apresentou uma queda no que diz respeito ao trabalho formal. Nesse mesmo ano, ficou em 6º lugar no *ranking* de trabalhos formais das capitais nordestinas, atrás de Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís e Natal, mas à frente de João Pessoa, Maceió e Aracaju. Em dezembro de 2023, continuou em queda nesse quesito, registrando um saldo negativo (-683) em empregos formais. A renda média mensal na capital do Piauí era de R$ 1.814,00. Na divisão por sexo, o rendimento médio mensal das mulheres era de R$ 1.585,00, e o dos homens, R$ 2.041,00.

Na Tabela 2, estão as principais atividades de trabalho dos teresinenses, com base nos dados do Observatório do Cadastro Único, tendo como referência o mês de março de 2025.

Tabela 2 – Principais atividades de trabalho dos teresinenses

Atividades de trabalho	**Número de pessoas**
Trabalhador por conta própria	35.730
Trabalhador temporário em área rural	631
Empregado sem carteira de trabalho assinada	370
Empregado com carteira de trabalho assinada	25.927
Militar ou servidor público	761
Aprendiz	1.305

Fonte: Dados extraídos do Observatório do Cadastro Único (2025).

Essa pesquisa levou em consideração pessoas com o cadastro atualizado ou existente no CadÚnico. A partir desse levantamento, observamos o expressivo quantitativo de trabalhadores por conta própria em Teresina, o que reforça o dado apresentado anteriormente. No que se refere ao número de pessoas cadastradas no CadÚnico, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), temos os seguintes números (Tabela 3):

Tabela 3 – Número de famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, por zonas

Zonas	Nº de famílias	Nº de pessoas
Leste	28.649	72.174
Norte	33.754	85.625
Sul	40.146	96.914
Sudeste	23.340	58.214
Centro	-	-

Fonte: Dados extraídos do Observatório do Cadastro Único (2025).

Na Tabela 3, os números mostram o quantitativo de pessoas e famílias cadastradas por zona. A maior concentração está nas zonas sul e norte; e a menor, nas zonas leste e sudeste. Não há esse tipo de informação sobre o centro.

Um dado interessante presente nessa mesma pesquisa é quantidade de pessoas e famílias que recebem Bolsa Família em Teresina (Tabela 4).

Tabela 4 – Quantitativo de pessoas e famílias que recebem Bolsa Família em Teresina

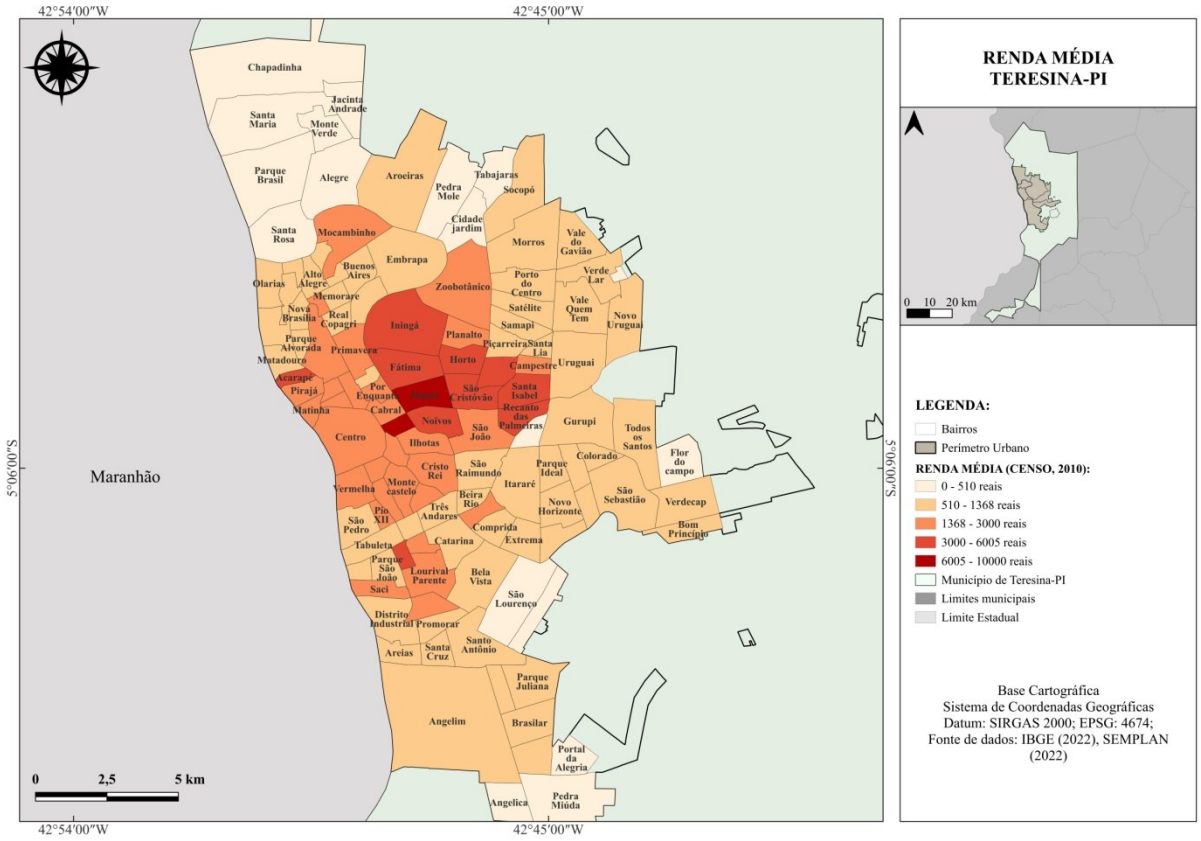
Pessoas em famílias que recebem Bolsa Família	
Recebem: 243.696	Não recebem: 75.827
Famílias que recebem Bolsa Família	
Recebem: 95.433	Não recebem: 33.998

Fonte: Dados extraídos do Observatório do Cadastro Único (2025).

Esse dado revela a dependência econômica de Teresina em relação aos programas de transferência de renda do governo federal. O principal deles atualmente é o Bolsa Família, destinado às famílias com renda máxima *per capita* de R$ 218 por mês, ou seja, famílias que estão na faixa de até um salário-mínimo.

Com base nos dados do IBGE divulgados no Censo Demográfico de 2010, elaboramos o Mapa 5, com as rendas médias por bairros, para que possamos ter uma ideia acerca dessa questão em Teresina.

Mapa 5 – Renda média de Teresina



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2010).

Analisando o mapa, percebemos que os maiores quantitativos de renda média de Teresina estão nas zonas leste e norte. Mesmo quando se trata das menores rendas médias dessas zonas, elas ainda são superiores às de outras regiões.

Façanha (1998) aponta que o crescimento vivenciado na zona leste de Teresina é reflexo da expansão urbana e da especulação imobiliária. Esses processos se intensificaram a partir da implantação da UFPI e da construção do Riverside Shopping e Teresina Shopping.

Silva, Assis Neto e Oliveira (2013) realçam o rápido e constante crescimento da zona leste, uma das primeiras áreas de Teresina a possuir edificações verticalizadas e condomínios de luxo. É claro que esse subdistrito também contém favelas e vilas, mas há um predomínio de bairros de classes média e alta. De fato, desde a década de 1980 até os dias atuais, a zona leste tem se destacado pelos investimentos em construções residenciais de alto padrão, centros comerciais e instituições públicas e privadas, bem como pela disponibilização de espaços para atividades de lazer.

Infelizmente, utilizar os dados do Censo de 2010 em termos comparativos com a realidade atual é um equívoco. Contudo, podemos afirmar que, no contexto de 15 anos atrás, as zonas central e leste já tinham grande protagonismo na capital: a primeira desde a

constituição de Teresina, e a segunda desde a década de 1970. Entretanto, houve um processo de esvaziamento do centro e um crescimento populacional considerável em outras zonas, o que certamente afeta os números apresentados. Ainda assim, eles não deixam de ser importantes, pois tiveram reflexo na implantação de espaços públicos de lazer.

4 DIREITO AO LAZER: FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM TERESINA

Neste capítulo, discutiremos os espaços públicos de lazer e a fragmentação socioespacial desses equipamentos na cidade de Teresina, no período de 2019 a 2024. Para a realização desta etapa, foram feitas visitas a parques e praças selecionados a partir dos parâmetros apresentados na metodologia.

Nossa pesquisa é voltada para a análise de parques e praças, mas vale ressaltar a existência de outros espaços de lazer na capital piauiense, tais como bibliotecas, instalações culturais (teatro, museus, etc.), academias, entre outros. A Tabela 5 mostra a tipologia desses locais, bem como um comparativo entre os anos de 2013 e 2019.

Tabela 5 – Tipologia e quantitativo dos espaços de lazer em Teresina

Tipos de espaços públicos de lazer	Quantitativo em 2013	Quantitativo em 2019	Proporção relativa a 100 mil habitantes
Bibliotecas	10	10	1,1
Espaços culturais (museus, teatros, etc.)	13	15	1,7
Parques	34	38	4,4
Academias populares	14	65	7,6
Praças	250	273	32,1
Quadras de esportes	54	65	7,6
Estádios/Ginásios	22	28	3,2
Campo de futebol	86	97	11,4

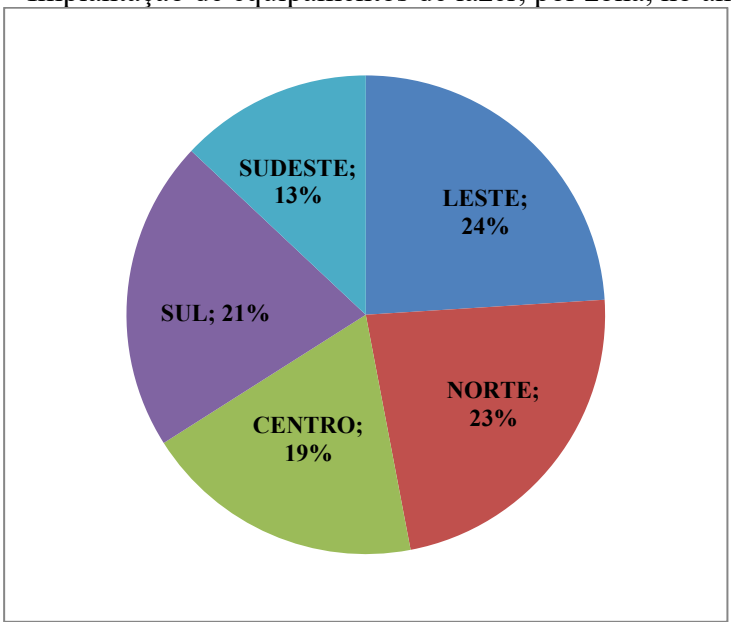
Fonte: Dados extraídos de Teresina (2020).

Levando em conta os dados da tabela acima, percebemos que, durante os seis anos que separam as datas de referência, alguns equipamentos foram priorizados e disseminados no perímetro urbano de Teresina, a saber: academias, campos de futebol, quadras de esportes e praças. Esse crescimento está atrelado aos discursos de lazer vinculados às atividades de esporte e exercícios físicos, que aparecem nos planos urbanos.

Já os equipamentos mais complexos, como bibliotecas, teatros, museus, estádios, ginásios e parques, mantiveram o mesmo quantitativo ou cresceram em número pouco expressivo. Não atendem a população de Teresina satisfatoriamente e estão centralizados em algumas áreas da cidade.

No gráfico a seguir, podemos analisar as zonas com maior e menor implantação de equipamentos de lazer no ano de 2019.

Gráfico 8 – Implantação de equipamentos de lazer, por zona, no ano de 2019



Fonte: Dados extraídos de Teresina (2020).

O Gráfico 8 expõe uma maior implantação de equipamentos de lazer na zona leste da capital piauiense e um número reduzido deles na zona sudeste, mesmo esta área sendo alvo de crescente expansão urbana e populacional. Na Tabela 6, constam os últimos dados disponíveis acerca desses espaços públicos em Teresina. Dos equipamentos apresentados, apenas quatro tiveram aumento de 2022 a 2023, três diminuíram e três mantiveram o mesmo quantitativo.

Tabela 6 – Equipamentos de lazer em Teresina, de 2022 a 2023

Equipamentos	**2022**	**2023**
Quadras	86	92
Campos oficiais	23	18
Campos *society*	87	94
Estádios	01	01
Miniestádios	26	28
Ginásios	11	12
Academias populares	186	186
Pista de BMX	01	01
Pista de *skate*	08	07
Pista de atletismo	02	01
Total	431	440

Fonte: Dados extraídos de Teresina (2023, 2024).

Nos duas últimas edições do Relatório Anual de Atividades, a PMT usou a classificação da tabela acima, sem os quantitativos de outros espaços públicos da cidade presentes nos relatórios anteriores, tais como praças, parques, teatros, entre outros. O

documento referente ao ano de 2023 e publicado em 2024 foi o último a ter essa estrutura centralizada de descrição de atividades de cada secretaria, pois, a partir de 2024, com base na Instrução Normativa n. 5/2023-TCE/PI (Piauí, 2023) e na Portaria n. 125/2024-TCE/PI (Piauí, 2024), as informações passaram a ser organizadas e divulgadas de forma descentralizada, cabendo a cada órgão/entidade a responsabilidade de elaboração do seu próprio relatório. No mesmo ano, algumas secretarias e entidades já divulgaram seus relatórios de gestão, porém muitas ainda não o fizeram: Secretaria Municipal de Governo (SEMGOV), SEMEL, SEMDEC, SEMCASPI, Fundação Municipal Cultural Monsenhor Chaves (FCMC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH) e SEMEST. Isso resultou em falta de dados, o que prejudica a transparência dessas entidades, bem como o conhecimento da sociedade acerca daquilo que foi gasto e realizado anualmente por cada secretaria e o desenvolvimento de pesquisas.

4.1 A “cidade verde”: os parques ambientais de Teresina

“Verde que te quero verde”, trecho do hino de Teresina, remete a uma característica que era muito presente na capital piauiense e que lhe deu o título de Cidade Verde. Porém, diante das dinâmicas de desenvolvimento e expansão urbana, a paisagem natural começou a ser trocada pelo cinza do concreto, tornando-se cada vez mais escassa em Teresina.

Por conseguinte, visando a uma melhoria na qualidade de vida e seguindo orientações nacionais e internacionais que pautavam parâmetros e diretrizes de viés sustentável, o governo municipal de Teresina empreendeu a preservação de áreas verdes. Adicionalmente, elas foram destinadas ao lazer, como os parques ambientais.

Davenport e Rao (2002) apontam que a palavra *parque* está associada a uma área de preservação e proteção da fauna e flora local, podendo ser pública ou privada. Porém, segundo McCormick (1992), há outra visão desse espaço, principalmente desde meados do século XIX, quando houve uma criação significativa de parques, especialmente nos Estados Unidos, e o objetivo central passou a ser a recreação e o lazer. Portanto, deixou-se de lado o discurso ambiental e sustentável.

De acordo com Gomes (2014), após a década de 1970, no Brasil, foram demarcadas inúmeras áreas de conservação por meio de várias leis e códigos de caráter ambiental. Também ganhou força o discurso internacional que responsabilizava os países pobres pela grande devastação da natureza, em razão de seus elevados quantitativos

populacionais. Todavia, essa era uma forma de "mascarar" o impacto das ações de grandes latifundiários, agentes imobiliários e grandes incorporações de países desenvolvidos, que buscavam/buscam espaços para realizar suas atividades a baixos custos de terras e mão de obra. Rodrigues (2006) salienta que os agentes considerados promotores do desenvolvimento não são vistos como devastadores ambientais.

Diante da narrativa de proteção, os parques são apresentados, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, como uma maneira de "solucionar" a questão ambiental urbana. No Relatório Brundtland, *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 como resultado das discussões iniciadas em 1980 pela ONU, que pautavam as problemáticas ambientais em todo o mundo, foram iniciados os primeiros debates sobre o desenvolvimento sustentável (ONU, 1991).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado às discussões ambientais no ano de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sucedida no Rio de Janeiro. O relatório dessa reunião, *Nosso Futuro em Comum*, apresentou a possibilidade de uso duplo dos parques, tanto para a proteção da natureza como para o lazer (Gomes, 2014).

Segundo Raimundo (2019), o uso desses espaços para o lazer se intensifica nos séculos XX e XXI, motivado pelos desafios que o meio urbano impõe, tais como poluição, estresse, trânsito, trabalhos exaustivos e rotinas desgastantes. Assim, os parques e áreas verdes são vistos pela população urbana como fuga dessa realidade. Almeida (2023) e Meneses (2018) pontuam que, no Brasil, a criação desses espaços não priorizava atender às questões verdadeiramente sustentáveis e ecológicas, mas sim copiar o que estava sendo realizado nas cidades europeias, inglesas e francesas, bem como satisfazer as demandas recreativas das classes mais abastadas economicamente.

Gomes (2014) afirma que as áreas verdes nas zonas urbanas das cidades, em sua maioria, estão vinculadas às perspectivas da modernidade e à lógica de desenvolvimento de cunho capitalista, o que as transforma em mercadoria e em mecanismos de valorização de localidades. Isso resulta na perda da sua essência sustentável de proteção e conservação, pois cada vez mais se difunde o discurso do uso.

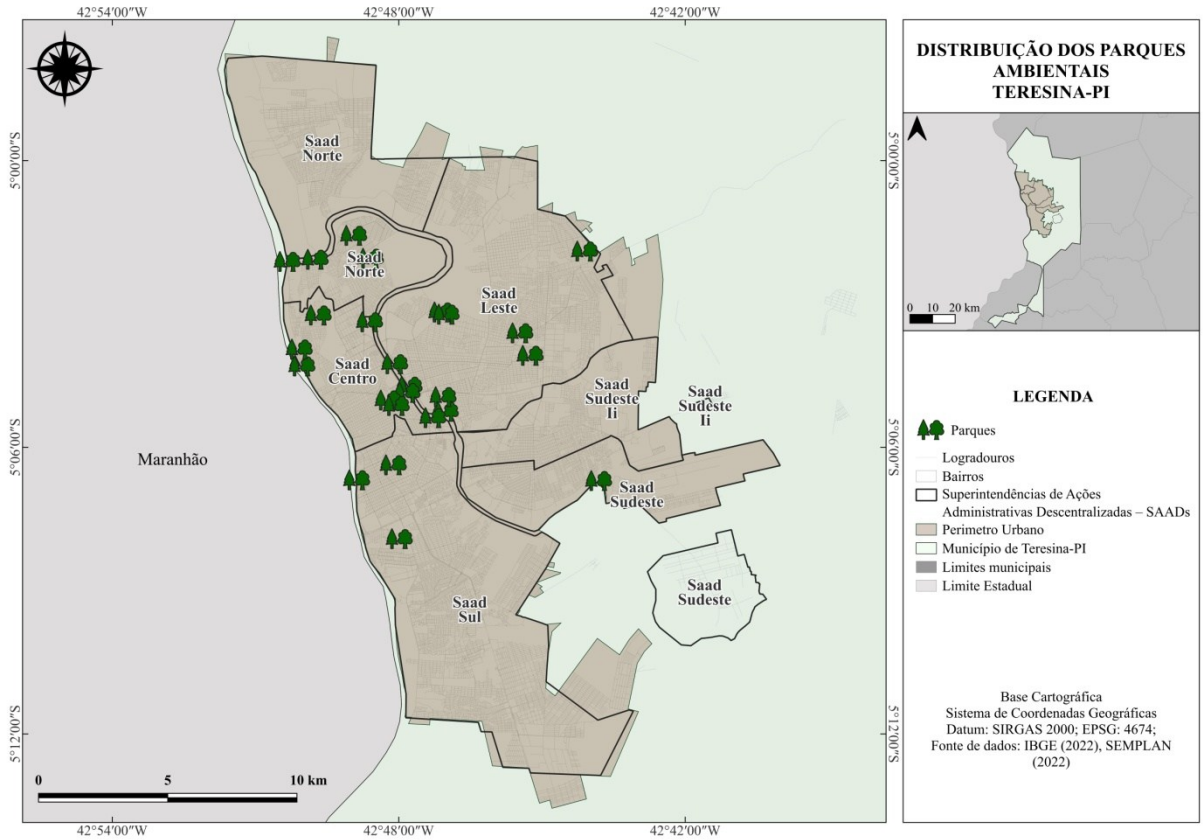
No entanto, esse uso não se dá de forma homogênea e democrática. Lefebvre (2001) e Almeida (2023) dizem que tais espaços, em muitos casos, acentuam o processo de desigualdades socioespaciais, os conflitos e tensões, haja vista que a lógica de produção da cidade é delineada em um contexto de contradições. Para Caldeira (2000), o acesso às áreas

verdes ocorre de maneira desigual e há uma concentração de investimentos e privilégios em determinadas zonas.

Em Teresina, esse cenário não difere: a capital é repleta de contradições desde sua constituição. Com seu perímetro urbano desenhado e delimitado, a utilização do espaço e o direito a ele, incluindo seus serviços, eram majoritariamente facultados à população de maior poder aquisitivo da época. No período inicial da cidade, as áreas de lazer se concentravam na zona central.

No Mapa 6, podemos ver a atual distribuição dos espaços de lazer em Teresina, conforme a SEMPLAN.

Mapa 6 – Distribuição dos parques de Teresina



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

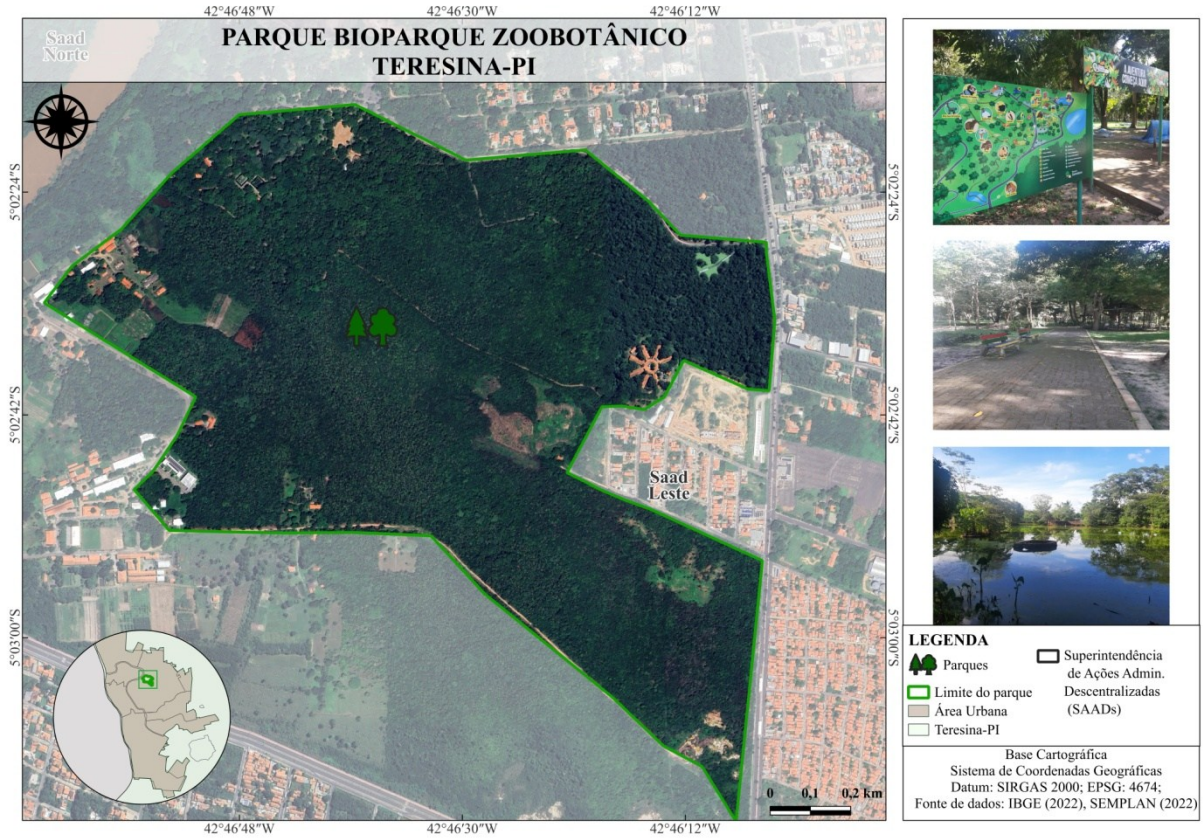
É possível perceber uma concentração dos parques ambientais nas zonas central e leste: a primeira conta com sete deles; e a segunda, com nove. Enquanto isso, as zonas sul, sudeste e norte possuem três, um e quatro, respectivamente.

Por efeito do clima teresinense, a implantação desses espaços na cidade se apresenta como necessária para o bem-estar social, além de se configurar como uma ação de conservação e proteção do meio ambiente (Viana, 2018). A demanda por espaços públicos

como os parques ambientais é considerável principalmente no chamado “B.R.O. bró”, isto é, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, quando se registram as maiores temperaturas (Costa; Almeida, 2022).

No ano de 1972, foi inaugurado o primeiro parque de Teresina, o Zoobotânico, conhecido atualmente como Bioparque e localizado na Rodovia PI-112, Avenida Presidente Kennedy, s/n, bairro Morros, na zona leste (Mapa 7).

Mapa 7 – Localização do Bioparque Zoobotânico



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Esse espaço foi objeto de estudo da nossa pesquisa por sua importância para a cidade e sua dimensão. Realizamos levantamento em jornais e revistas (físicos e digitais) para compreendermos um pouco sobre o histórico que envolve o Bioparque Zoobotânico, o qual passou por grandes e profundas transformações e impasses ao longo dos anos. Por meio de ferramentas de pesquisa, notamos que o equipamento de lazer é citado diversas vezes em notícias de jornais digitais, com diferentes pautas a seu respeito (Quadro 8).

Quadro 8 – Principais temas e notícias sobre o Bioparque Zoobotânico

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Bioparque Zoobotânico	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Reabertura e funcionamento	"No primeiro domingo após reabertura, Zoobotânico de Teresina registra aglomerações", G1 PI, 14/06/2021. "Bioparque Zoobotânico de Teresina funcionará durante todo o feriado", Portal AZ, 16/04/2025.
Concessão e parcerias público-privadas (PPPs)	"PPP vai transformar Zoobotânico do Piauí em bioparque", Clube Notícias, 04/05/2021. "Sem dinheiro em caixa, Piauí propõe venda de hotel e zoológico", GP1, 07/01/2020.
Problemas e desafios	"TCE-PI aponta falhas e sugere melhorias na concessão do Bioparque Zoobotânico", Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 02/09/2024. "Parque Zoobotânico de Teresina acumula sujeira e afasta visitantes", GP1, 15/10/2018.
Destaques e curiosidades	"Parque Zoobotânico é destaque em reprodução de animais em cativeiro", Cidade Verde, 05/05/2015. "Bioparque Zoobotânico recebe doação voluntária de jaguatirica do extremo sul do Piauí", SEMARH, 17/06/2023.
Educação ambiental	"PPP do Zoobotânico apresenta novo conceito de integração social e educação ambiental", Governo do Piauí, 13/07/2021. "Passeio no Bioparque Zoobotânico: crianças de projetos de educação ambiental de Lagoa do Piauí aprendem sobre a fauna e flora brasileira", Prefeitura de Lagoa do Piauí, 07/08/2023.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As notícias de reabertura e funcionamento estão vinculadas aos períodos pós-fechamento do parque por diversos motivos — tais como reformas, revitalizações, *lockdown* durante a pandemia e interdições —, além de divulgarem horários, formas de entrada no espaço e expediente nos feriados. No que tange à concessão e à PPP, os jornais focam o processo de assinatura contratual, questões judiciais e burocráticas, quantitativo de investimentos previstos e a transformação do parque em bioparque. A respeito dos problemas e desafios, encontram-se notícias relativas a mortes de animais, a falhas operacionais apontadas pelo TCE do Piauí e à necessidade de melhorias na infraestrutura e nos recintos dos animais. No âmbito dos destaques e curiosidades, há matérias sobre eventos e estudos desenvolvidos no parque, entre eles a reprodução de animais em cativeiro, as transferências de animais para o Zoobotânico ou outros locais e as importantes ações em prol da educação ambiental da população.

Após o firmamento da parceria público-privada, o parque passou por diversas transformações em sua estrutura e seu funcionamento, sendo a maior delas a mudança de nome: ele deixou de ser apenas um parque ou zoológico para se tornar um bioparque. Fonseca, Silva e Albuquerque (2019) pontuam que o movimento de adequação ao modelo de bioparques é uma tendência crescente no Brasil. Sob a nova ótica, esses espaços transcendem o propósito de contemplação da natureza, aproximando-se do entendimento de que fauna e flora desempenham um papel importante no ecossistema e que cabe a nós, seres humanos, respeitar e preservar isso. Segundo Andrade, Luz e Luz (2016), a preocupação com a educação ambiental caracteriza um bioparque e o diferencia de um parque ou zoológico.

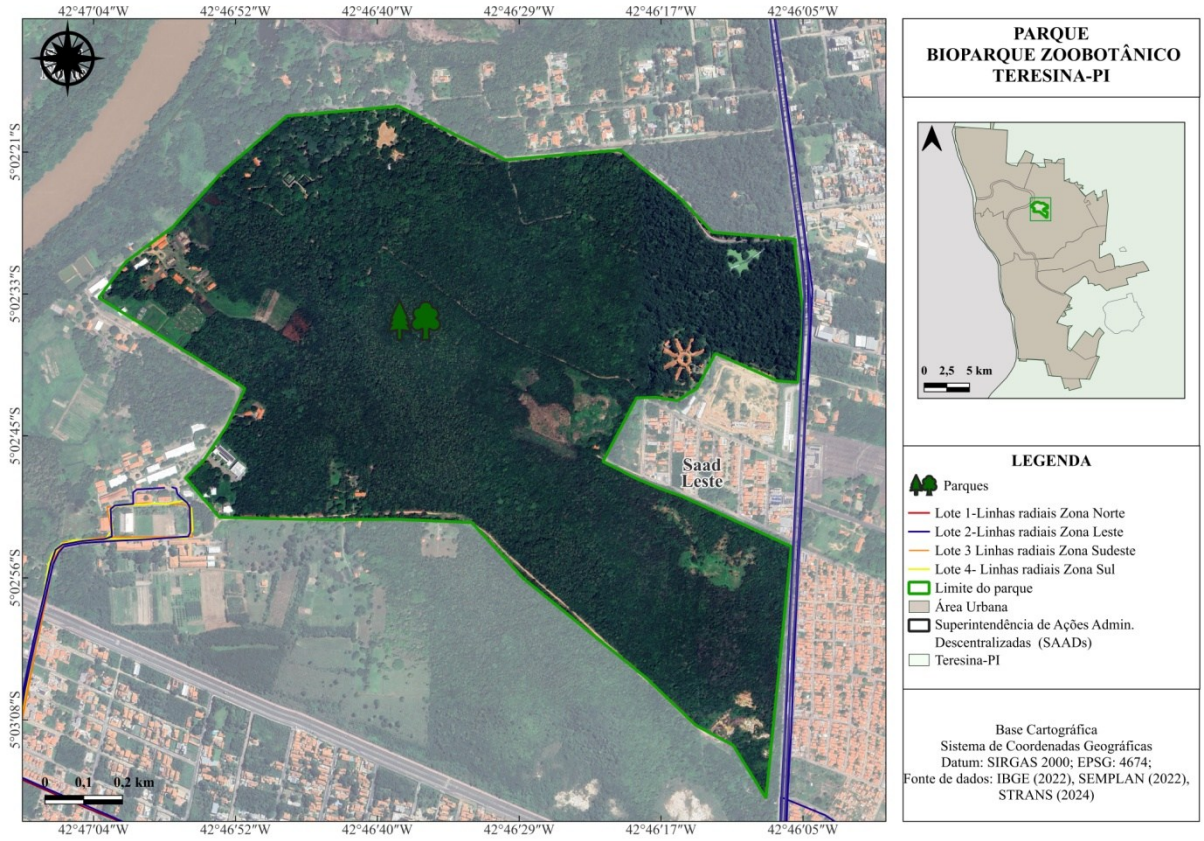
Em nossas observações, verificamos melhorias efetuadas pela nova administração do Zoobotânico, além da existência de várias obras em andamento — tanto em fase inicial quanto final —, como reconstrução de recintos, recapeamento asfáltico, isolamento de áreas para manutenção e limpeza, poda de árvores e construção de caminhos. São ajustes de grandes e pequenas proporções, mas que, no todo, não afetam diretamente o uso do espaço.

Os possíveis usos do Bioparque são diversos. Há áreas para caminhada, ciclismo (com bicicleta própria ou por meio de aluguel no local), pedalinho, *high jump*, passeio de caiaque, hipismo, atividades infantis (como trenzinho e trampolins), visitação aos animais e atividades extras, como piqueniques. Juntamente com a implantação das várias infraestruturas para o lazer, também houve inserção e melhoria de outras, como banheiros acessíveis e fraldários, hospital veterinário, estacionamento expandido, praças de alimentação (sendo possível levar seu próprio alimento ou comprá-lo em algum dos estabelecimentos presentes no Zoobotânico), Batalhão da Polícia Ambiental e patrulhas da Polícia Militar, o que contribui para a sensação segurança.

A empresa Bioparque Zoobotânico Ltda., em contrato de parceria público-privada firmado com o estado do Piauí no ano de 2021, tem como obrigação cuidar da gestão, manutenção e revitalização do parque, com investimento de R$ 68.192.044,12 dentro do prazo de 35 anos. Esse equipamento de lazer possui grande importância ambiental e cultural e está presente no imaginário do teresinense, sendo muito frequentado para passeios dominicais em família. Porém, não é acessível a todos: a entrada e a participação em muitas atividades exigem pagamento de valores variados.

O acesso pode ser realizado por transporte próprio (carro e moto), carros de aplicativo, táxi, mototáxi ou ônibus. O Bioparque é próximo ao Terminal de Integração Zoobotânico, que está fechado — assim como muitos outros na cidade —, mas as linhas de ônibus ainda circulam nos arredores e fazem parada perto do espaço de lazer (Mapa 8).

Mapa 8 – Localização do Bioparque Zoobotânico e acesso via transporte coletivo

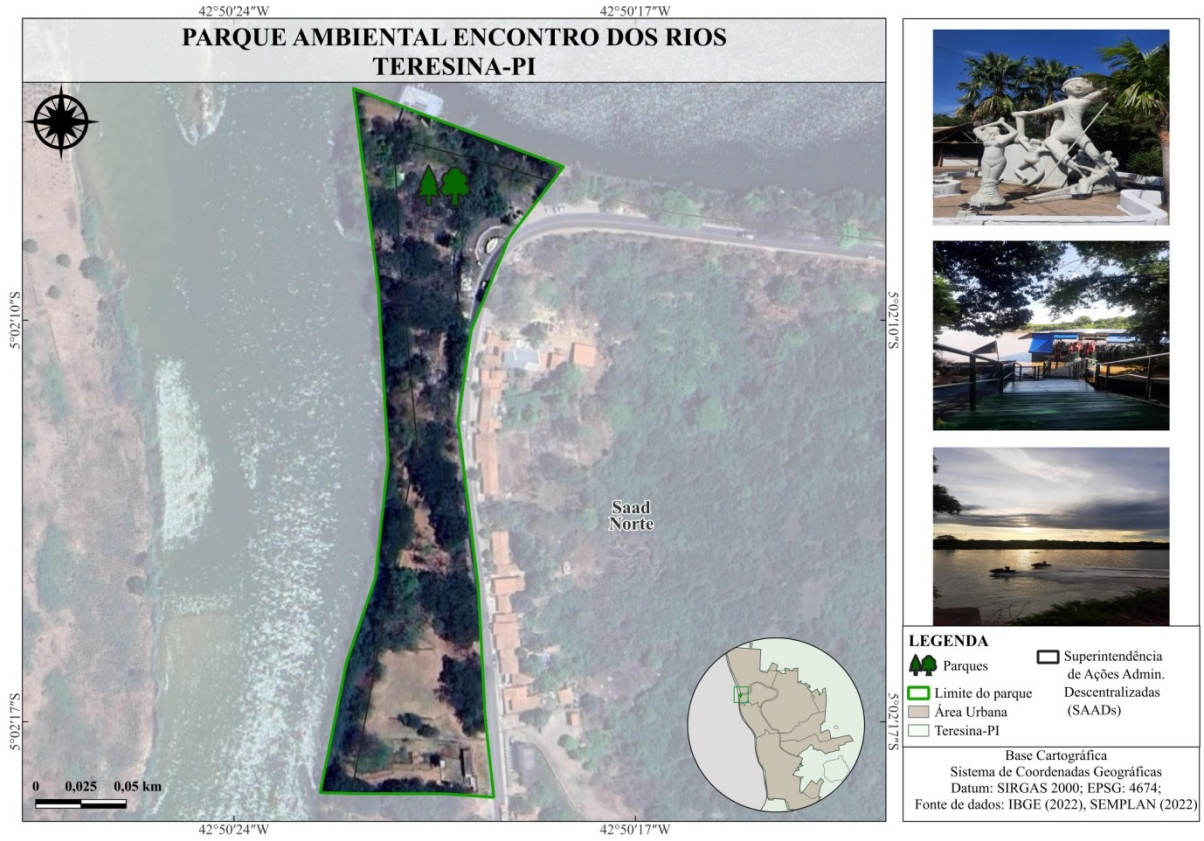


Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

A principal linha de ônibus que percorre a Avenida Presidente Kennedy, próximo à entrada do Bioparque, é a da própria zona leste. O acesso a esse espaço por pessoas de outras regiões requer transporte particular ou por aplicativo ou, ainda, a utilização de dois ônibus: um da zona de origem até o centro e outro do centro em direção à zona leste, principalmente os que circulam por Pedra Mole e Socopo, pois nem todos os coletivos ladeiam o Zoobotânico.

Para esta pesquisa, também foi selecionado outro equipamento de lazer muito conhecido na cidade e de grande relevância cultural e histórica: o Parque Ambiental Encontro dos Rios, localizado na zona norte de Teresina, na Avenida Boa Esperança, sem número, bairro Poti Velho (Mapa 9). Diferentemente dos demais analisados, ele é totalmente aberto ao público, 24 horas por dia. Obviamente, não mantém suas atividades durante todo o período, mas não possui grades ou portões que impeçam a entrada e saída de pessoas fora do horário comercial.

Mapa 9 – Localização do Parque Ambiental Encontro dos Rios



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Os atrativos desse parque são naturais. É possível contemplar o encontro dos Rios Poti e Parnaíba e o pôr do sol diante dessa paisagem. Também sobressai a culinária do restaurante Flutuante, famoso pela comida regional.

No Quadro 9, podemos observar quais são os principais temas destacados nos noticiários sobre o Parque Encontro dos Rios.

Quadro 9 – Temas e notícias sobre o Parque Ambiental Encontro dos Rios

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque Encontro dos Rios	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Eventos culturais	"Encontro dos Rios será palco de evento musical e gastronômico", Portal AZ, 12/09/2018. "Dia do Artesão: Parque Encontro dos Rios recebe a feira Mãos Que Produzem", Governo do Estado do Piauí, 18/03/2024.
Manutenção e infraestrutura	"Visitantes e permissionários relatam falta de manutenção no Parque Encontro dos Rios", Teresina Diário, 23/05/2025. "Após reforma, parque 'Encontro dos Rios' reabre para os visitantes em Teresina", 180 Graus, 16/03/2018.

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque Encontro dos Rios	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Fenômenos naturais e impactos	"Defesa Civil isola áreas com risco de erosão no Parque Encontro dos Rios, em Teresina", G1 Piauí, 24/03/2023. "Água ameaça invadir quiosques no Parque Encontro dos Rios", GP1 Piauí, 04/04/2019.
Turismo e lazer	"Parque Encontro dos Rios de Teresina tem movimento intenso no carnaval", Vi Agora, 21/02/2023. "Empresários comemoram aumento de turistas no parque Encontro dos Rios, em Teresina", G1 Piauí, 06/04/2019.
Segurança	"Encontro dos Rios ganha patrulhamento da Guarda Municipal", Rede Piauí, 29/03/2018. "Governador inaugura unidade de segurança no Encontro dos Rios e anuncia Patrulha Cidadã nos bairros", Governo do Piauí, 16/11/2023.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nos noticiários apurados, prevalecem os eventos culturais, como feiras, programações festivas (em sua maioria alusivas a datas importantes), apresentações culturais e artísticas, além da valorização da história e das lendas que envolvem a cidade. Em relação à manutenção e infraestrutura, as notícias apontam reivindicações contínuas, como conservação dos elementos estruturais existentes, reparos e melhorias nos quiosques da entrada do parque, bem como a instalação de um balcão de informações. Mesmo após a autorização de investimentos de aproximadamente R$ 150 mil em 2023, a necessidade de melhores condições ainda é visível e indispensável para o pleno funcionamento do espaço.

Os fenômenos naturais e seus impactos também são temas recorrentes, porque, no período chuvoso, o nível dos rios se eleva e o parque, assim como vários pontos da cidade, não tem preparo para conter os efeitos adversos dessa situação. Apenas medidas temporárias são implementadas, como isolamento de áreas e remanejamento de quiosques.

Quanto ao turismo e lazer, o parque aparece nos noticiários como ponto atrativo para turistas e visitantes locais, principalmente nos finais de semana e feriados, com foco na apreciação do encontro dos rios ao pôr do sol. No quesito segurança, algumas matérias citam a preocupação das pessoas com a precariedade da iluminação e a falta de infraestrutura adequada. Contudo, notícias recentes comunicam a instalação de uma unidade de segurança, além do policiamento no parque e nos bairros da zona norte.

Nas nossas visitações a esse espaço de lazer, observamos maior movimento durante os finais de semana e à tarde, com horário-limite às 18h, pois os visitantes não se sentem seguros sob a iluminação escassa, mesmo com a Unidade Integrada de Segurança

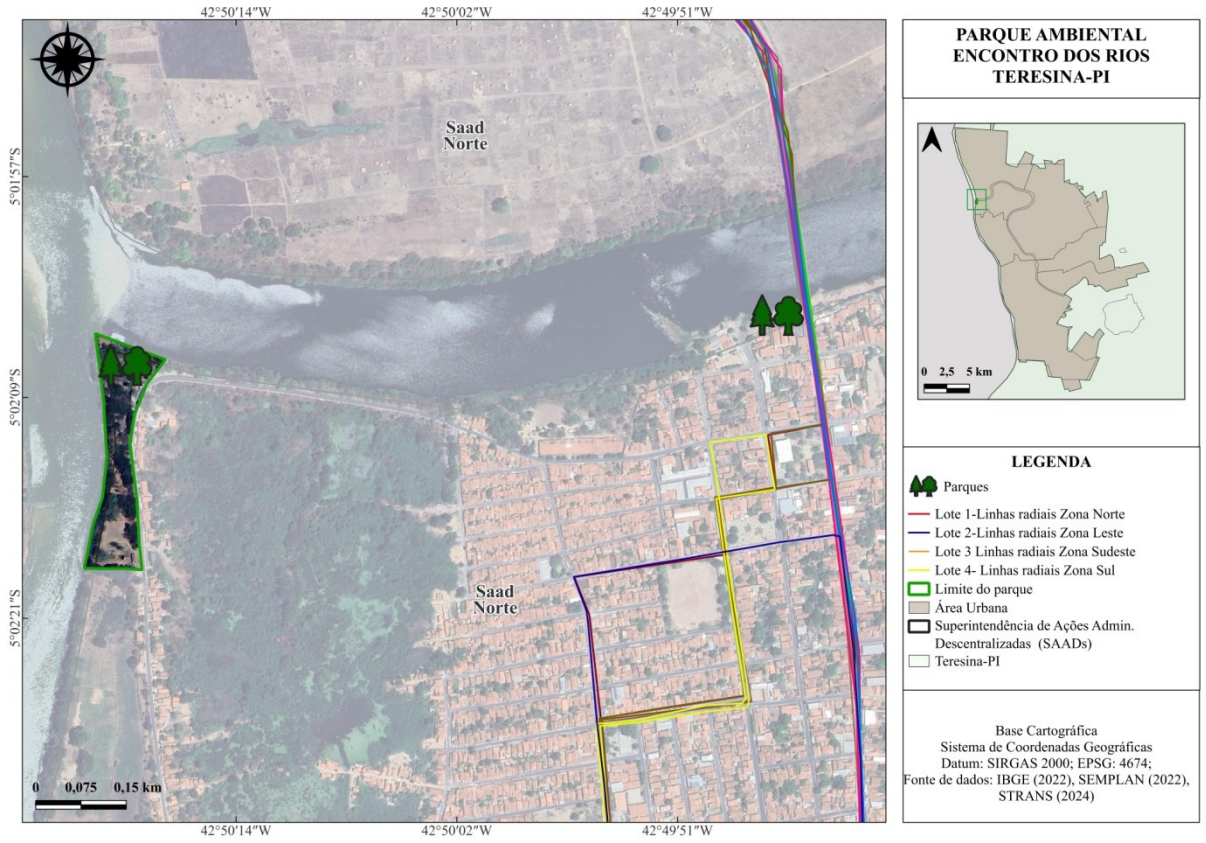
Pública (UISP). Uma vendedora local, ao ser questionada sobre a possibilidade de deslocamento do parque até o Polo Cerâmico a pé, por volta das 17h46, aconselhou que a caminhada fosse iniciada logo e com pressa, pois não havia iluminação pública na curva do trajeto, e informou que nem mesmo os moradores fazem esse percurso ao anoitecer. Segui a recomendação da vendedora na andança até o destino estipulado e notei que há uma sensação de insegurança tanto pela falta de iluminação como pela ausência de uma passagem na avenida para os pedestres. Esse é um aspecto a ser pensado, já que a comunidade local e turistas/visitantes usam o Parque Encontro dos Rios e o Polo Cerâmico, por isso seriam beneficiados com um itinerário em melhores condições.

Claramente, o Parque Encontro dos Rios tem algumas insuficiências no que tange à (infra)estrutura. Não há tantos atrativos além dos naturais e gastronômicos; não existem parquinhos ou áreas de recreação infantil, por exemplo. As pistas para passeios ou caminhadas denotam falta de limpeza e manutenção quanto mais adentramos o espaço, além de se tornarem perigosas no cair da tarde, devido à falta de iluminação e à vegetação alta. O ambiente é usado para o comércio, tanto de artesanato (algo bem característico dessa área da cidade) como de preparos culinários, através do restaurante Flutuante.

É possível constatar a forte presença de moradores locais, seja para realização de caminhadas, para venda de artesanato nos quiosques ou para desenvolvimento da pesca, atividade muito comum na zona norte de Teresina, por ser uma região ribeirinha. Adicionalmente, o parque abriga manifestações religiosas, como festas e eventos ligados a Yemanjá e São Pedro, como a tradicional Feijoada dos Pescadores.

A seguir, no Mapa 10, verificamos a questão da acessibilidade por transporte coletivo.

Mapa 10 – Localização do Parque Ambiental Encontro dos Rios e acesso via transporte coletivo

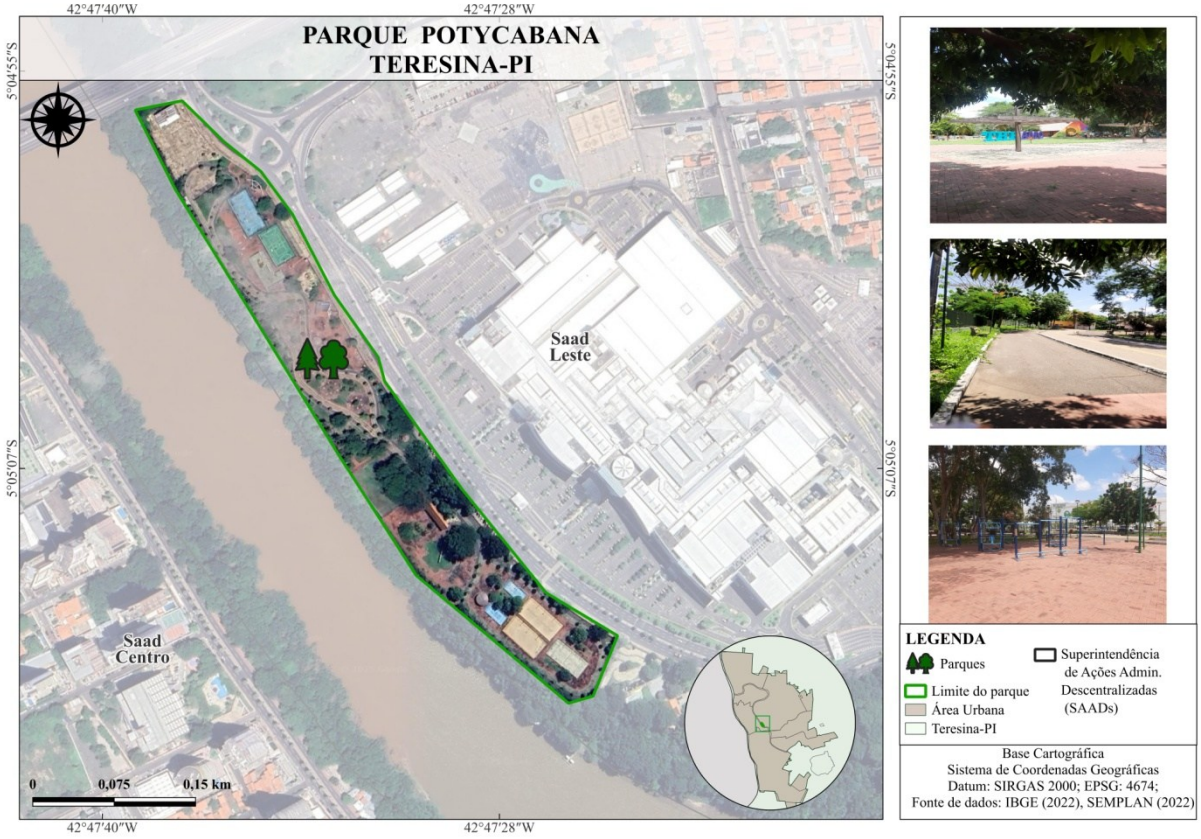


Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Como demonstra o mapa acima, não há nenhuma linha de ônibus que circule próximo ao Parque Encontro dos Rios. Isso o torna totalmente inacessível para aqueles que dependem de forma integral do transporte coletivo. Os únicos meios de acesso são os veículos particulares e o transporte por aplicativo. Tanto para pessoas que residem em outras partes da cidade como para os próprios moradores da zona norte, o uso e o acesso a esse equipamento são árduos. Apenas os moradores do entorno imediato podem aproveitá-lo sem muita dificuldade.

O terceiro espaço selecionado para esta pesquisa foi o Parque Potycabana, localizado na Avenida Raul Lopes, sem número, às margens do Rio Poti e em frente ao Teresina Shopping, bairro Noivos, na zona leste da capital (Mapa 11).

Mapa 11 – Localização do Parque Potycabana



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Esse espaço, assim como o Bioparque Zoobotânico, possui horário limitado de funcionamento, não ficando aberto 24 horas por dia.

No Quadro 10, podemos observar o levantamento das principais notícias relacionadas ao Parque Potycabana.

Quadro 10 – Temas e notícias sobre o Parque Potycabana

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque Potycabana	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Reformas e revitalizações	"Governo entrega terceira e última etapa da reforma e revitalização do Parque Potycabana", Governo do Piauí, 13/08/2024. "Após 7 anos de espera, Potycabana pode finalmente sair do papel", 180 Graus, 12/05/2013.
Eventos e atividades	"Piauí Sem Drogas incentiva lazer e saúde no Parque Potycabana", GP1, 09/03/2025. "Seduc participará do Festival das Crianças nesta quinta-feira (12), no Parque Potycabana", Governo do Piauí, 11/10/2023.

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque Potycabana	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Parceria público-privada	"Secretaria da Administração inicia processo para parceria público-privada do Parque Potycabana", Governo do Piauí, 31/05/2024. "Estado aciona Justiça por usucapião para ter direito a investir e lançar PPP na Potycabana", Cidade Verde, 26/02/2025.
Esporte e lazer	"Segunda fase da revitalização do Parque Potycabana é entregue com foco na promoção de esportes e lazer", Governo do Piauí, 06/06/2024. "Parque Potycabana ampliará segurança e lazer para a população", Cidade Verde, 28/07/2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Parque Potycabana originou várias manchetes, desde sua inauguração, nos anos 1990, até os dias atuais. Uma pauta recorrente são as reformas e revitalizações, porque ele foi reformado e revitalizado muitas vezes, principalmente após incidentes ou momentos de abandono. Os noticiários também tratam dos eventos e atividades desse espaço voltados para educação ambiental e social, a partir de campanhas construídas pela prefeitura, pelo governo do estado e pelas secretarias municipais e estaduais.

Nos últimos anos, têm sido frequentes as notícias acerca da possibilidade de uma PPP, o que não é algo novo para o parque. Ele era administrado pela empresa Comércio de Bebidas Ltda. (COBEL) — a qual declarou falência — até o ano de 2001, quando passou a ser gerido conjuntamente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Porém, esse processo de mudança administrativa não foi submetido a votação na Assembleia Legislativa Estadual, o que resultou, em 2006, na anulação do contrato com a/o FECOMÉRCIO/SESC/SENAC. Assim, o poder público estadual retomou o cuidado e a gestão do parque (Carvalho *et al*., 2023). Nos últimos anos, os debates acerca de um novo contrato de parceria público-privada voltaram à tona, e o governo do Piauí tem estudado formas de encaminhar o processo de concessão.

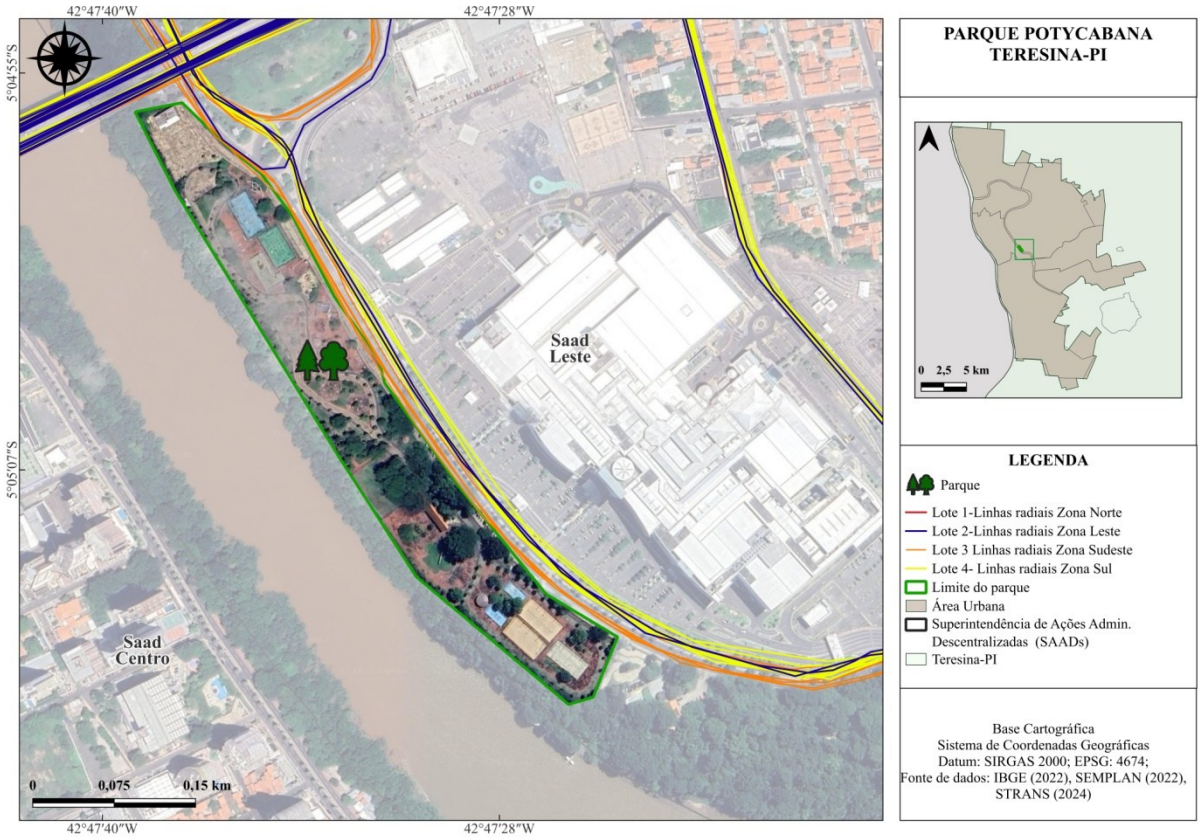
O Parque Potycabana, no seu período inicial de funcionamento, dirigia-se a atividades de lazer aquático, como tobogãs, piscinas e piscinas com ondas artificiais, o que demandava alto custo de manutenção. Segundo Machado, Silva e Matos (2016), esse fator desencadeou a falta de manutenção e, consequentemente, o abandono do parque pelos usuários. Na reinauguração do espaço, sua estrutura foi modificada e seu objetivo passou a ser o atendimento de diversas atividades esportivas.

Durante nossas observações no Potycabana, notamos a variedade de espaços voltados para o desenvolvimento do lazer esportivo: quadras de futebol, campo de futebol, quadra de vôlei, quadra de *badminton*, quadra de tênis, quadra poliesportiva, pista para corrida, pista para caminhada, pista para ciclismo, pista de *skate*, academia popular e pátios utilizados para danças. Nas nossas visitas, vimos que o parque abriga e atrai grupos de idades distintas, mas há predominância de jovens.

As estruturas e infraestruturas apresentam bom estado de conservação, algumas com desgaste pelo uso e por ações de vandalismo, mas sem grandes comprometimentos. Recentemente, o Potycabana passou por reformas e restaurações importantes, com melhoria dos equipamentos existentes e instalação de novos.

No Mapa 12, podemos analisar a questão da acessibilidade via transporte coletivo.

Mapa 12 – Localização do Parque Potycabana e acesso via transporte coletivo

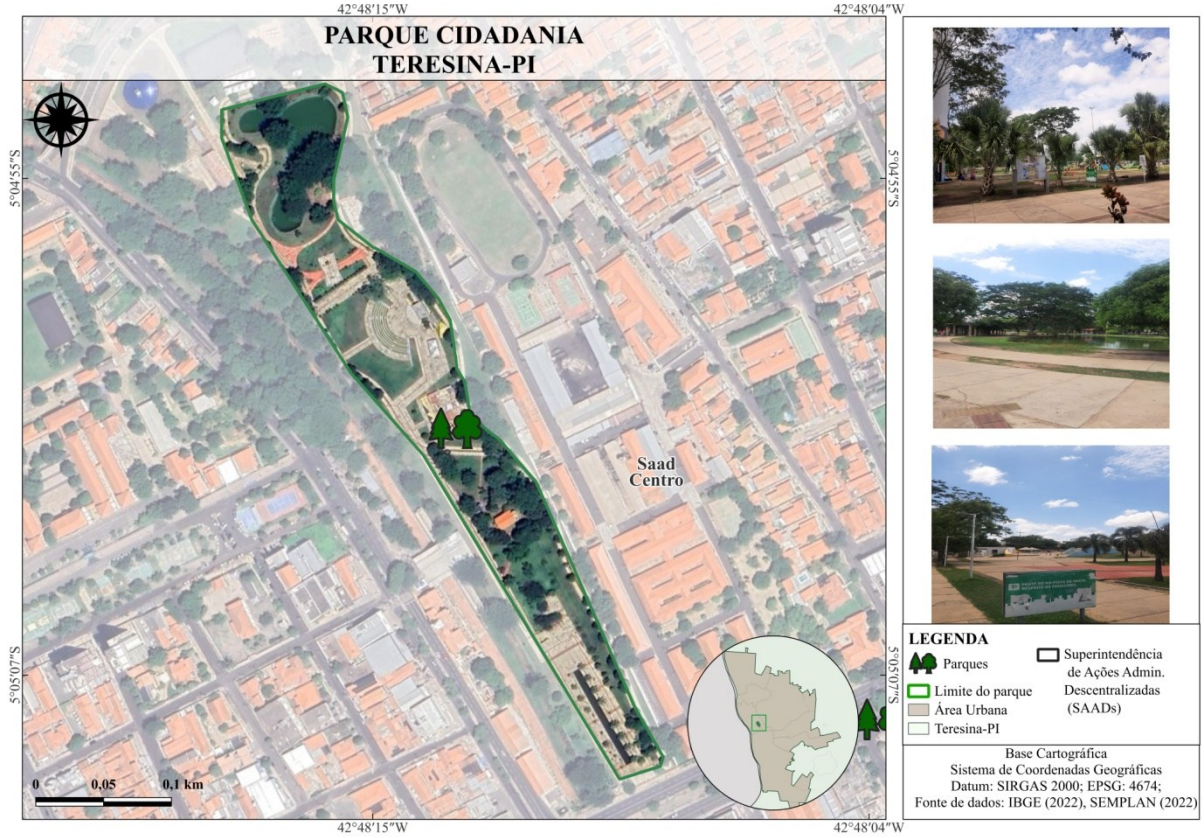


Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

O parque dispõe de maior cobertura de linhas, que abrangem as zonas leste, sul e sudeste. Não obstante, os residentes da zona norte podem embarcar em um ônibus na sua região, descer no centro e, de lá, pegar outro da zona leste, sul ou sudeste que faça o trajeto até o Potycabana ou Teresina Shopping.

Por fim, o último espaço público de lazer selecionado e analisado na nossa pesquisa é o Parque da Cidadania (Mapa 13), localizado na Avenida Frei Serafim, número 110, bairro Cabral, zona central.

Mapa 13 – Localização do Parque da Cidadania



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Sobre ele, foi realizado o seguinte levantamento de manchetes (Quadro 11):

Quadro 11 – Temas e notícias sobre o Parque da Cidadania

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque da Cidadania	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Problemas e manutenção	"Más condições do campo interrompem aulas de futebol no Parque da Cidadania", Portal Clube News, 25/07/2024. "Visitantes se assustam com o descaso no Parque da Cidadania em Teresina", Conecta Piauí, 15/08/2023. "Sujeira e animais mortos: lagoa do Parque da Cidadania é interditada após contaminação da água", G1 Piauí, 27/12/2024. "MPPI expede recomendação para melhoria da segurança no Parque da Cidadania em Teresina", Ministério Público do Estado do Piauí, 06/11/2018.

Temas recorrentes nos jornais e revistas digitais sobre o Parque da Cidadania	**Títulos, fontes e datas das matérias**
Eventos e atividades culturais/sociais	"'Vem pro Parque' acontece nesse domingo (15) com serviços gratuitos no Parque da Cidadania", Cidade Verde, 12/12/2024. "Prefeitura de Teresina e TJ – PI realizam mais uma edição do Casamento Comunitário no Parque da Cidadania", Prefeitura de Teresina, 25/05/2025. "Teresina Saudável promove a prática de atividades físicas no Parque da Cidadania", Clube Notícias, 22/10/2019.
Utilização, importância e inovações	"Teresina inaugura primeiro eletroposto no Parque da Cidadania que pode carregar bicicletas, motos e carros elétricos", Portal Cidade da Luz, 16/03/2022. "Parque da Cidadania de Teresina receberá adaptações para idosos", Vi Agora, 10/11/2023. "'Maior amarelinha do Brasil' será instalada no Parque da Cidadania, em Teresina, e terá 300 metros", Oito e Meia, 13/12/2023. "Parque da Cidadania se consolida como espaço de lazer, esportes e festas em Teresina", Acesse Piauí, 06/02/2017.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

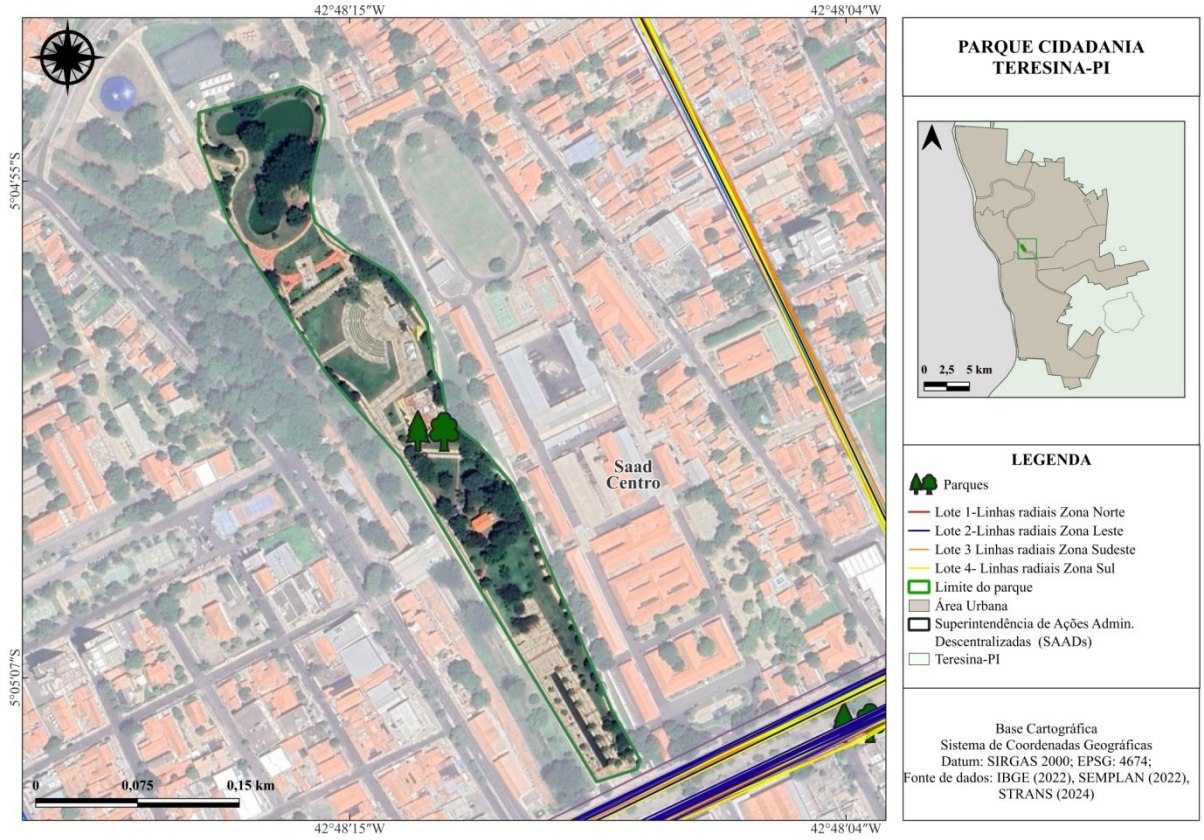
As manchetes envolvendo o Parque da Cidadania abordam uma diversidade de temas e questões. Um assunto recorrente são os problemas e a falta de manutenção do local, implicando más condições de determinados espaços, descuido com os animais residentes, contaminação da lagoa, abandono e descaso. No que se refere a eventos e atividades culturais/sociais, os noticiários, principalmente nos últimos anos, têm propagado muitas ações culturais e sociais do parque, de iniciativa estadual e municipal, destinadas a diversos públicos e faixas etárias distintas. Ele também tem recebido destaque na mídia piauiense no que tange a utilização, importância e inovações, pois tem sido responsável pela implantação de estruturas únicas na cidade, tais como amarelinha gigante, eletroposto para carregamento de carros, motos e bicicletas elétricas, área para idosos, além de ser um dos lugares públicos mais utilizados para ensaios fotográficos, piqueniques e pequenas festividades (aniversários, encontros de amigos e grupos religiosos, etc.).

No ano de 2024, houve uma grande discussão, na mídia e entre os teresinenses, acerca da cobrança de taxas para a realização de eventos com mais de 10 pessoas nos parques municipais, como o Parque da Cidadania. Segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, essa cobrança já acontecia desde 2022; porém, como muitos dos organizadores dos eventos não faziam o pagamento, haveria uma fiscalização minuciosa a esse respeito a partir de junho

de 2024. A notícia teve repercussão negativa, resultando na anulação da exigência de pagamento. A partir de então, instituiu-se apenas a obrigação de agendamento prévio para eventos com mais de 10 pessoas.

Sobre a acessibilidade do parque via transporte coletivo, vemos o mapa a seguir:

Mapa 14 – Localização do Parque da Cidadania e acesso via transporte coletivo



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

No mapa, é possível identificar que todas as zonas possuem linhas de ônibus que circulam em frente ao parque ou em suas proximidades. Esse fato o torna o mais acessível para os dependentes e usuários do transporte público. De acordo com Lopes (2025), o Parque da Cidadania é o mais frequentado de Teresina.

Em pesquisa apresentada pelo Portal O Dia, intitulada “Cultura nas Capitais”, esse equipamento de lazer é a escolha de 28% dos teresinenses, ficando no topo da lista. O levantamento contemplou 600 entrevistados, de modo a identificar e elucidar os hábitos culturais da população.

Com base nas visitações, nos diários de campo e nas fichas oriundas deste trabalho investigativo, elaboramos um quadro-síntese das nossas análises sobre os parques selecionados (Quadro 12).

Quadro 12 – Síntese acerca dos parques analisados

Parques	**Localização**	**Diagnóstico**
Bioparque Zoobotânico	Rodovia PI-112, Avenida Presidente Kennedy, s/n, bairro Morros, zona leste.	Esse espaço pertence ao governo estadual, porém atualmente faz parte de uma parceria público-privada, a qual envolve diversos impasses acerca de sua atuação no bioparque. Constatamos muitas reformas e mudanças, além dos vários usos do espaço, voltado para visitação dos animais, contemplação da fauna e da flora, realização de piqueniques, caminhadas, ciclismo e hipismo. O local possui estruturas para pedalinhos, passeios de caiaque e parquinho infantil. No entanto, a maioria dessas atividades requer pagamento, sem contar a cobrança de entrada para acesso ao parque. A acessibilidade é possível por transporte coletivo, sendo este mais viável para os moradores dos bairros próximos.
Parque Ambiental Encontro dos Rios	Avenida Boa Esperança, s/n, bairro Poti Velho, zona norte.	É um parque municipal cujo maior atrativo é a contemplação da natureza e a gastronomia. No que se refere aos usos e mobiliários, em comparação com os outros parques analisados nesta pesquisa, é o que menos possui diversidade, quantidade e qualidade de equipamentos. Seu público mais presente são os próprios moradores do bairro, principalmente devido ao acesso, pois não há linhas de ônibus nas proximidades, o que impede a visitação de pessoas de outros bairros e zonas, além de pessoas mais pobres. Mesmo sendo um parque gratuito, para moradores de outras zonas, o deslocamento por carro de aplicativo é inviável, devido ao alto custo das viagens.
Parque Potycabana	Avenida Raul Lopes, s/n, às margens do Rio Poti, em frente ao Teresina Shopping, bairro Noivos, zona leste.	É um parque estadual público, mas em processo de implantação de parceria público-privada. Passou recentemente por reformas. Sua estrutura e seu mobiliário possibilitam a execução de diversas atividades e usos, porém o foco é a realização de práticas esportivas, como futebol, vôlei, caminhada, ciclismo, corrida e dança, entre outras. O acesso por transporte público é possível a partir de diversos bairros e zonas da cidade.
Parque da Cidadania	Avenida Frei Serafim, nº 110, bairro Cabral, zona central.	Esse é um dos parques mais recentes da cidade, mas tem se consolidado como o espaço de lazer mais usado pelos teresinenses. Isso se deve à sua acessibilidade via transporte coletivo, que abrange todas as zonas de Teresina. Sua localização central facilita o acesso por outros modais também. Seu mobiliário, sua estrutura e suas dimensões são atrativos, assim como a conexão com a natureza, o acesso gratuito e a boa qualidade e quantidade de equipamentos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A julgar por todo o exposto até aqui, depreendemos a fragmentação dos parques em Teresina. O Parque Ambiental Encontro dos Rios, por exemplo, apresentou-se como

inacessível via transporte público, excluindo, dessa forma, as pessoas — tanto da própria zona quanto de outras — que dependem de ônibus para visitá-lo. Além de apenas ser acessado por veículo próprio ou por carro de aplicativo, esse espaço é o que menos possui mobiliários, equipamentos e atividades. Sua estrutura, em comparação com as dos outros três parques analisados, oferece menos possibilidades de uso. É mais explorada pela comunidade local, principalmente pescadores, comerciantes do artesanato produzido no bairro e religiosos, como nos cultos a Yemanjá.

Outro parque que mostra a fragmentação socioespacial dos espaços públicos de lazer teresinenses é o Bioparque Zoobotânico, localizado na zona leste. Embora os moradores de alguns bairros dessa região consigam acessá-lo por meio de um único ônibus, quem parte de outros bairros e zonas precisa pegar um ônibus até o centro e, de lá, mais um até o destino final. Ademais, esse espaço não está disponível a toda a população, haja vista ser necessário pagar a entrada e a participação na maioria das atividades. Ele opera na lógica de pseudopúblico: é público, pois pertence ao Estado, mas funciona como uma instituição privada. Isso nos leva a questionar para quem é destinado o acesso e o uso do Bioparque?

Portanto, a fragmentação não ocorre apenas pela falta de espaços para o lazer, mas pela impossibilidade de acessar os já existentes na cidade, seja pelo fator econômico ou pela mobilidade. Aguiar *et al*. (2020) apontam que, atualmente, os parques ambientais de Teresina não suprem a demanda da população, por causa da sua quantidade deficitária e da sua qualidade insuficiente.

Bueno e Costa (2021) notabilizam que os parques ambientais da cidade possuem, além de distribuição e acesso desiguais, dimensões e infraestruturas diferentes, sendo alguns dotados de melhores e maiores espaços em relação a outros. Os autores ainda pontuam contrastes entre o que está posto nos planos urbanos e o que realmente se efetiva, como é o caso da descentralização de espaços públicos de lazer. Na verdade, o que tem acontecido é a concentração dessas áreas — principalmente daquelas com maiores estruturas — na zona leste da capital.

4.2 As praças de Teresina: entre usos e abandono

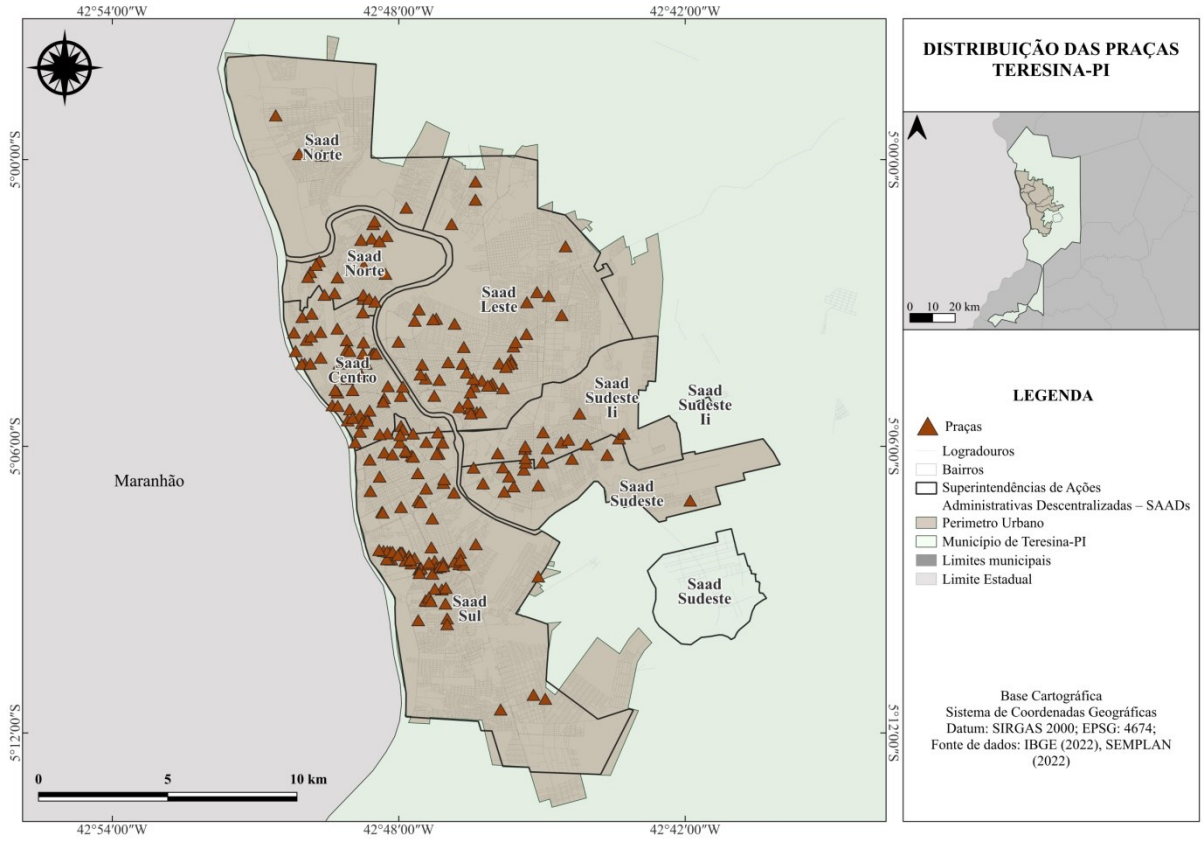
As praças estão presentes na vida urbana há muitos anos. Bovo, Hahn e Ré (2016) apontam que esses espaços, na Grécia Antiga, eram considerados o “coração da cidade”, pois ali se efetivavam as relações sociais, por meio do convívio e da interação entre as pessoas.

Em Teresina, durante suas décadas iniciais, as praças tinham grande destaque e importância. Seus espaços eram usados com diversos fins, tais como reuniões antes e depois das missas, encontros de casais, manifestações culturais ou políticas e apreciação da natureza. Entretanto, o uso e o acesso limitavam-se à classe de maior poder aquisitivo daquele momento histórico (Ferreira, 2021).

Segundo Santos e Ortigoza (2016), no século XX, ocorreu um processo de valorização das praças em Teresina, impulsionado pela modernização da cidade e pela implantação de água encanada, linhas telefônicas e energia elétrica. Diante disso, as praças da zona central foram remodeladas, de modo a abrigarem passeio público e jardins, pois naquele momento havia um direcionamento internacional para espaços públicos propícios à contemplação da natureza (Martins, 2020).

As praças estão presentes em todos os planos urbanos da capital piauiense e com diferentes combinações de tipologias de lazer: ora mais esportivo, por meio da construção de equipamentos para atividades esportivas; ora mais voltado para a natureza, com o desenvolvimento de jardins e arborização; ora mais religioso, a partir da vinculação, sobretudo, às manifestações da Igreja Católica. Atualmente, esses espaços estão distribuídos por toda a cidade (Mapa 15) e apresentam características diversas, fruto das diretrizes dos planos urbanos e da própria dinâmica social.

Mapa 15 – Distribuição das praças em Teresina



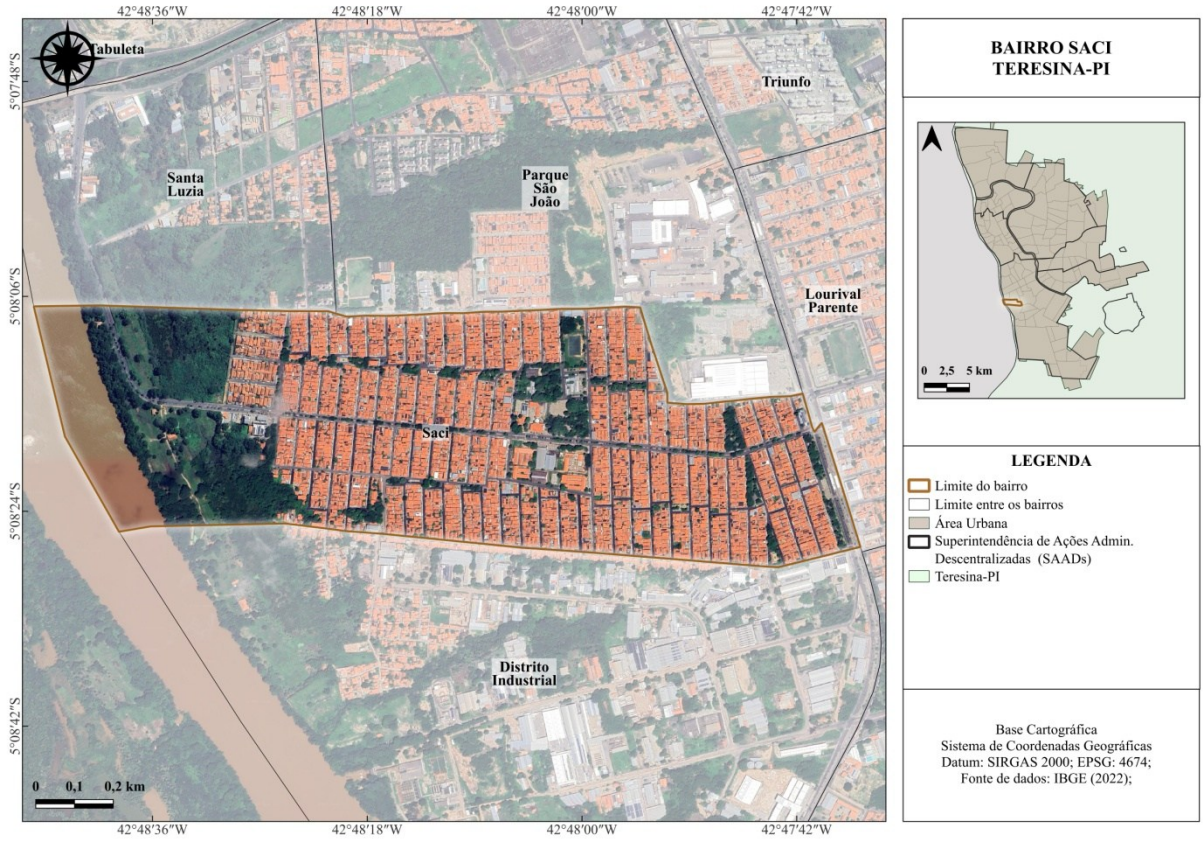
Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Em uma análise rápida dos dados disponibilizados pela SEMPLAN sobre as praças em Teresina, constatou-se que muitos desses espaços se aproximam mais da concepção de terrenos públicos abandonados. Eles, portanto, foram descartados da tipologia "praça", haja vista que não possuem nenhum dos elementos básicos para tal titulação, tais como mobiliários urbanos, áreas verdes e de paisagismo, função social e urbanística.

Para esta pesquisa, *a priori*, escolhemos os bairros com maior e menor quantitativo populacional por zona. Assim, selecionamos dois bairros da zona leste, da zona sul, da zona sudeste, da zona norte e da zona central. Após essa seleção, procedemos à escolha das praças, com critérios variados: em alguns bairros, por possuírem mais de uma praça, priorizamos a de maior uso pela população; em outros, havia apenas uma praça, sendo essa a única possível de ser analisada; e em certos bairros não existiam praças, o que revela a atuação do poder público e a questão da fragmentação social de determinados locais.

Na zona sul, o bairro Saci possuía uma população de 6.556 habitantes no Censo de 2022, a qual reduziu em relação ao ano de 2010, quando foram contabilizados 8.190 residentes (Mapa 16).

Mapa 16 – Localização do bairro Saci, zona sul



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Nesse bairro, selecionamos a Praça das Palmeiras, localizada na Avenida Doutor Luís Pires Chaves. Esse espaço dispõe de trilhas para passeios e caminhadas, academia popular, quiosques de alimentação, palco, espaço cultural, ponto de ônibus e a Igreja Menino Jesus de Praga, como podemos observar no Mapa 17.

Mapa 17 – Localização da Praça das Palmeiras e acesso via transporte coletivo

Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

A Praça das Palmeiras é marcada por contradição: as áreas próximas à Avenida Doutor Luís Pires e à igreja são mais limpas, iluminadas, cuidadas e apresentam melhor estado de conservação e uso, haja vista serem mais movimentadas, utilizadas por pessoas que praticam caminhada, por fiéis no pré e pós-missa ou festividades religiosas, por passageiros dos ônibus e alunos do Centro de Artes Marciais Sarah Menezes, em especial à noite. Porém, na parte mais afastada dessa "zona principal", o palco e o espaço cultural estão abandonados. É possível encontrar galhos de árvores que foram podados sem posterior limpeza, bem como lixo doméstico, além da depredação das infraestruturas do espaço cultural.

Quanto ao mobiliário, essa praça possui pontos de parada para embarque e desembarque de passageiros do transporte coletivo. Contudo, nos dados cedidos pela prefeitura, não há registro de linhas de ônibus no local. Durante nossas visitas, não vimos nenhum ônibus das empresas autorizadas pela PMT circulando e fazendo parada nessa praça, apenas ônibus de empresas contratadas de maneira particular para transportar alunos do Centro de Artes Marciais Sarah Menezes.

As notícias encontradas sobre esse espaço de lazer foram as seguintes (Quadro 13):

Quadro 13 – Notícias sobre a Praça das Palmeiras, bairro Saci

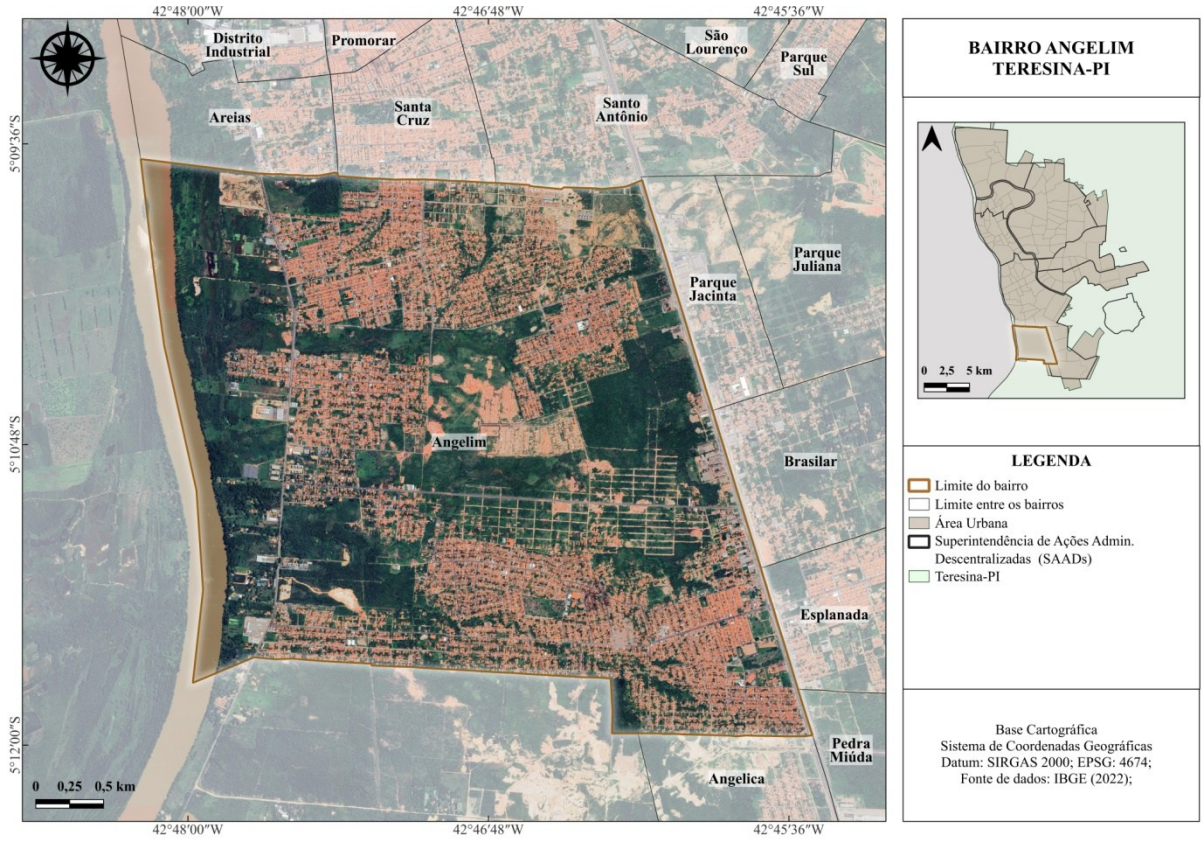
“Bairro Saci, na zona sul de Teresina, terá feira da cidadania e negócios”, A10 Mais, 31/08/2022.
“Clube da Ginástica acontece na Praça das Palmeiras, no bairro Saci”, GloboPlay, 28/09/2019.
“Bloco do Paçoca movimenta zona sul de Teresina”, Portal O Dia, 10/02/2024.
“Polícia inicia operação ‘Copa Saci’ com centro integrado na Zona Sul”, G1 Piauí, 16/06/2018.
“Festa no bairro Saci tem princípio de confusão e uma pessoa fica ferida”, G1 Piauí, 28/06/2014.
“Prefeitura de Teresina inaugura reforma da Praça das Palmeiras no Saci”, GP1, 26/05/2012.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os noticiários acerca da Praça das Palmeiras envolvem vários temas, tais como inauguração de reformas, realização de eventos e atividades de natureza pública ou particular, com foco em ações de cidadania, negócios e saúde. Também é ressaltada a importância desse espaço para o desenvolvimento de festas, a exemplo do carnaval de rua.

O segundo bairro da zona sul que compõe este trabalho é o Angelim, o mais populoso segundo o IBGE (2022), com um total de 43.092 habitantes. O contingente populacional teve um aumento expressivo em comparação ao registrado no Censo de 2010, quando havia 27.743 moradores (Mapa 18).

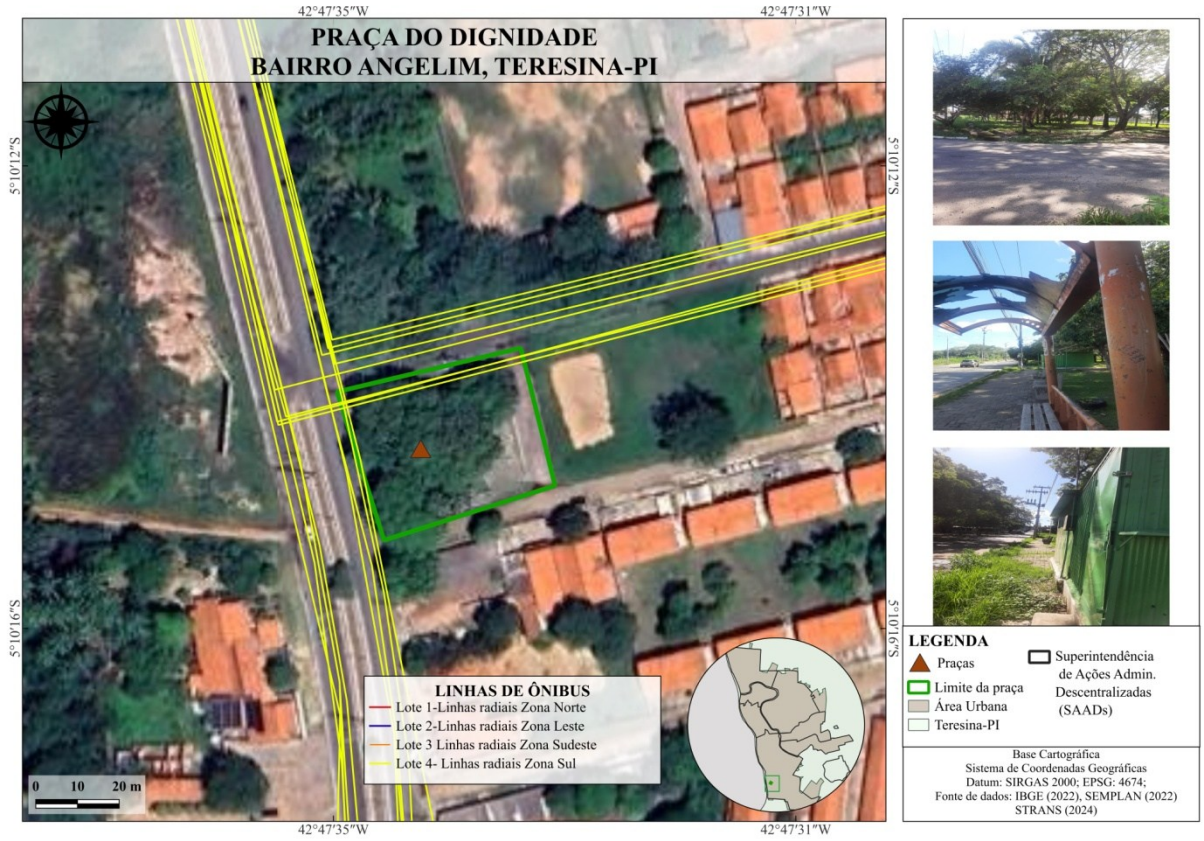
Mapa 18 – Localização do bairro Angelim, zona sul



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

No Angelim, selecionamos a Praça da Dignidade (Mapa 19), localizada na Avenida Henry Wall de Carvalho. Esse espaço de lazer dispõe de bancos, área arborizada, academia popular e pontos de ônibus. Não é tão extenso e fica próximo a um campo de futebol.

Mapa 19 – Localização da Praça da Dignidade e acesso via transporte coletivo



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Nas observações *in loco*, foi possível identificar o uso da praça em horários distintos e com finalidades diferentes. Durante o dia, há o trafego de pessoas que utilizam a academia popular e acessam as linhas de ônibus; durante a noite, há pouca movimentação, por conta da iluminação insuficiente e da sensação de insegurança, sendo o espaço apenas uma passagem para o campo ou paradas rápidas.

Quanto às notícias sobre a Praça da Dignidade, encontramos as seguintes:

Quadro 14 – Notícias sobre a Praça da Dignidade, bairro Angelim

"Equipe promove tarde de educação em saúde no Angelim", Prefeitura de Teresina, 28/11/2013.
"4ª edição da Caravana da Cidadania em Teresina e Parnaíba contará com *stand* do OPA neste sábado (14)", Governo do Piauí, 13/09/2024.
"Mutirão de limpeza contra dengue visita a região do Angelim", Prefeitura de Teresina, 28/05/2014.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

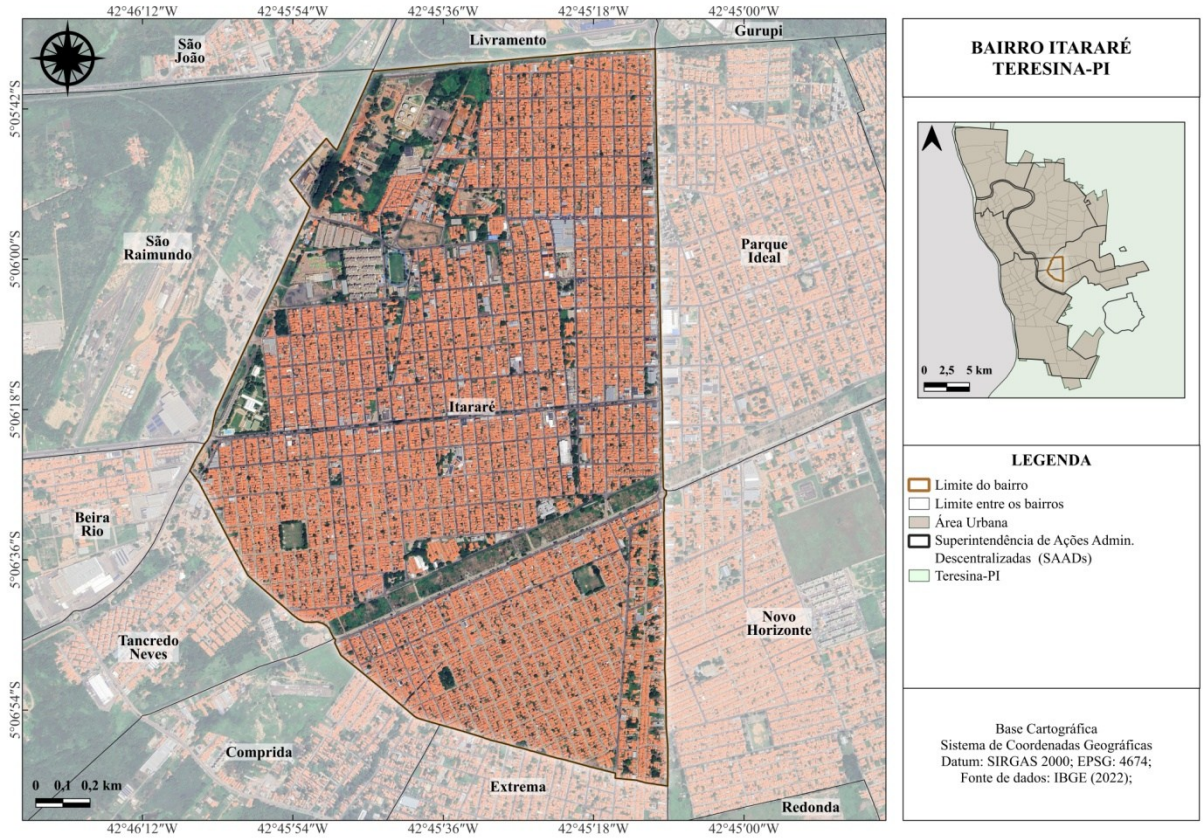
As principais notícias que envolvem esse espaço dizem respeito a ações educativas e a limpeza desenvolvidas pela PMT. Nas visitações, foi possível observar que os

arredores da praça não são bem limpos. O esgoto está parado, o que promove mau cheiro, e há mato descuidado e uma parada de ônibus destruída.

As linhas de ônibus que circulam perto da Praça da Dignidade resumem-se à própria zona sul, o que confere acesso e uso mais restritos a esse equipamento de lazer. Assim, caso haja interesse de pessoas de outras zonas em visitar o local, é necessário fazê-lo com veículos particulares ou carros de aplicativo. Por meio de ônibus, deve-se pegar um até o centro e, de lá, outro que faça o trajeto até a praça. Para tanto esforço, seria preciso uma atração de maior potencial, no entanto, até o momento, não há iniciativa nesse sentido por parte da prefeitura, por isso a praça é utilizada apenas pela população local.

Na zona sudeste, um dos bairros selecionados foi o Itararé (Mapa 20), com uma população de 31.857 habitantes.

Mapa 20 – Localização do bairro Itararé, zona sudeste



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Nesse bairro, analisamos a Praça do 8º Distrito Policial (DP), localizada na Rua Alexandre Gomes Chaves (Mapa 21), próxima ao 8º DP de Teresina e em frente à Igreja São Francisco de Assis. Possui bancos, academia popular, palco e caminhos. A área é reduzida, mas muito movimentada, principalmente devido a feiras, bazares e reuniões de religiosos

antes ou depois das missas. Os arredores são bem conhecidos pelo setor comercial de forte expressão e estão inseridos na “região do Grande Dirceu”, um conjunto habitacional de grande relevância para o crescimento urbano e populacional da zona sudeste.

Mapa 21 – Localização da Praça do 8º DP e acesso via transporte coletivo

Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Sobre essa praça, foram encontradas as seguintes notícias (Quadro 15):

Quadro 15 – Notícias sobre a Praça do 8º DP, bairro Itararé

“Mutirão de limpeza atuará em 279 praças de Teresina”, GP1 Piauí, 10/01/2023.
“Começa a Semana do MEI2025 com programação intensa em Teresina e em mais de 100 municípios piauienses”, Agência Sebrae, 26/05/2025.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

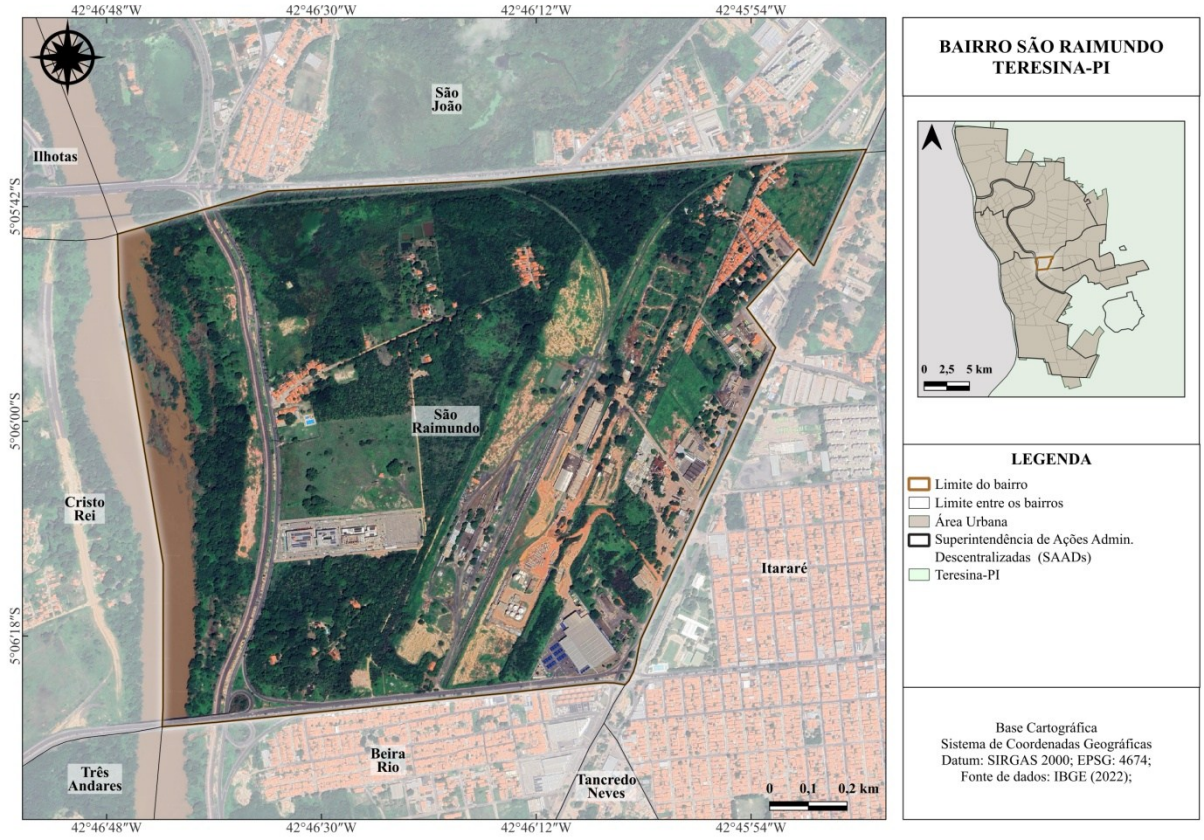
A Praça do 8º DP não aparece com destaque na mídia teresinense. Quando citada, os temas envolvem mutirões de limpeza e programações de eventos públicos e privados.

No que se refere à acessibilidade, há linhas de ônibus da própria zona sudeste. Os visitantes de outras regiões precisam chegar em veículos particulares (próprios ou de aplicativos) ou a partir do sistema “dois ônibus” (um da zona de origem até o centro e outro do centro até a praça). Apesar disso, o deslocamento é estimulado pelo Mercado do Dirceu,

pela feirinha que acontece todos os domingos perto da praça, bem como do bazar que é realizado no próprio espaço público de lazer.

São Raimundo (Mapa 22) foi o segundo bairro selecionado da zona sudeste. Com 703 residentes, de acordo com o IBGE (2022), tem um dos menores quantitativos populacionais. Não possui praças. O que encontramos durante nossa visita foi um campo improvisado, desenvolvido pelos próprios moradores, além de uma pequena academia popular.

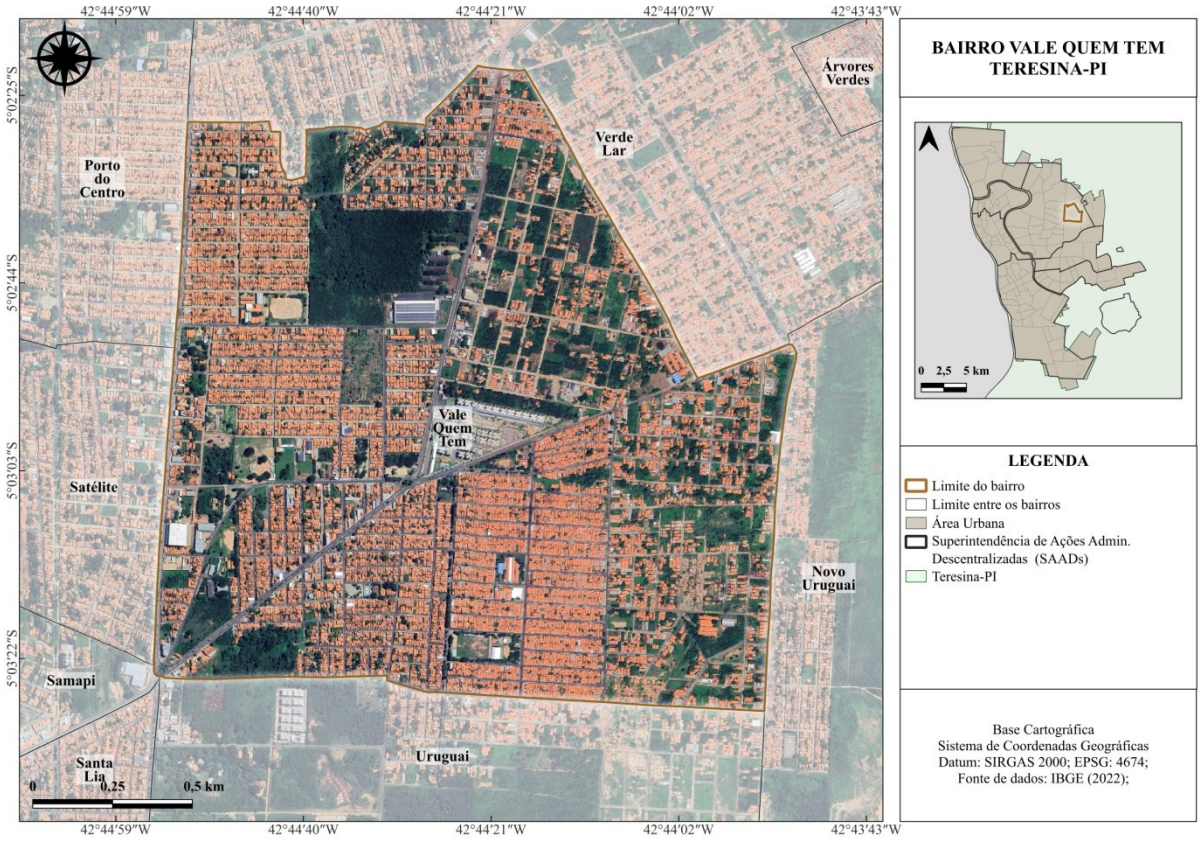
Mapa 22 – Localização do bairro São Raimundo, zona sudeste



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Na zona leste, seguindo os mesmos parâmetros das zonas anteriores, selecionamos o bairro Vale Quem Tem (Mapa 23). Em 2010, ele continha 20.106 habitantes, mas o Censo de 2022 revelou uma queda populacional, totalizando 16.292 habitantes.

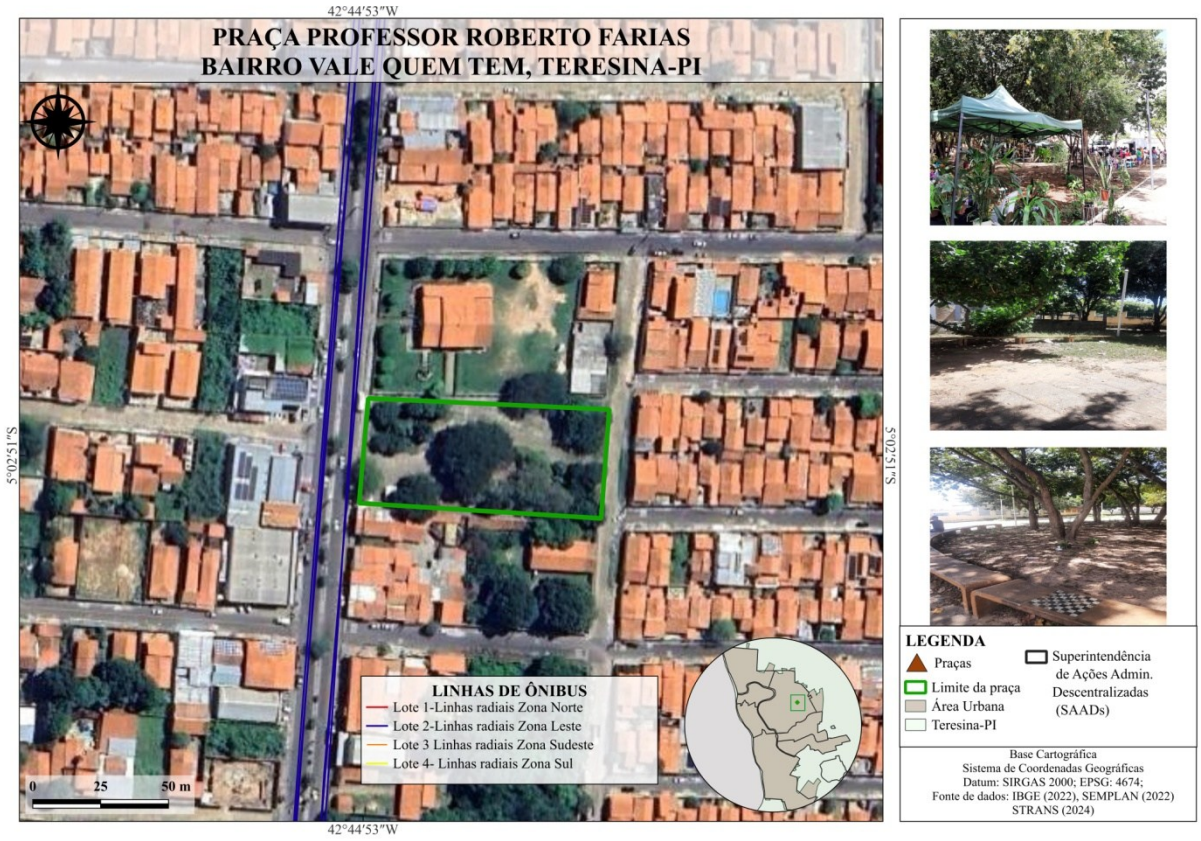
Mapa 23 – Localização do bairro Vale Quem Tem, zona leste



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Nesse bairro, visitamos a Praça Professor Roberto Farias (Mapa 24), também conhecida como Praça Giovane Prado, localizada na Avenida Zequinha Freire, perto da Paróquia Imaculada Conceição e do polo comercial da área. É dotada de bancos, ponto de ônibus próximo, estabelecimentos comerciais e religiosos, estrutura para fornecimento de água e ponto de mototáxi. Esse espaço de lazer tem mais movimento à noite, sendo palco de encontros e conversas pré e pós-missas. Também sedia os festejos de Nossa Senhora da Conceição, marcados tanto pela religiosidade quanto pelo divertimento, principalmente com a implantação do parque de diversões na praça, anualmente.

Mapa 24 – Localização da Praça Professor Roberto Farias e acesso via transporte coletivo



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

O Quadro 16 apresenta as notícias encontradas sobre esse equipamento de lazer.

Quadro 16 – Notícias sobre a Praça Professor Roberto Farias, bairro Vale Quem Tem

"Teresina em Ação leva educação ambiental para moradores da zona leste" Prefeitura de Teresina, 01/10/2018.
"Sebrae inicia semana do Microempreendedor Individual no Piauí", GP1 Piauí, 26/05/2025.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

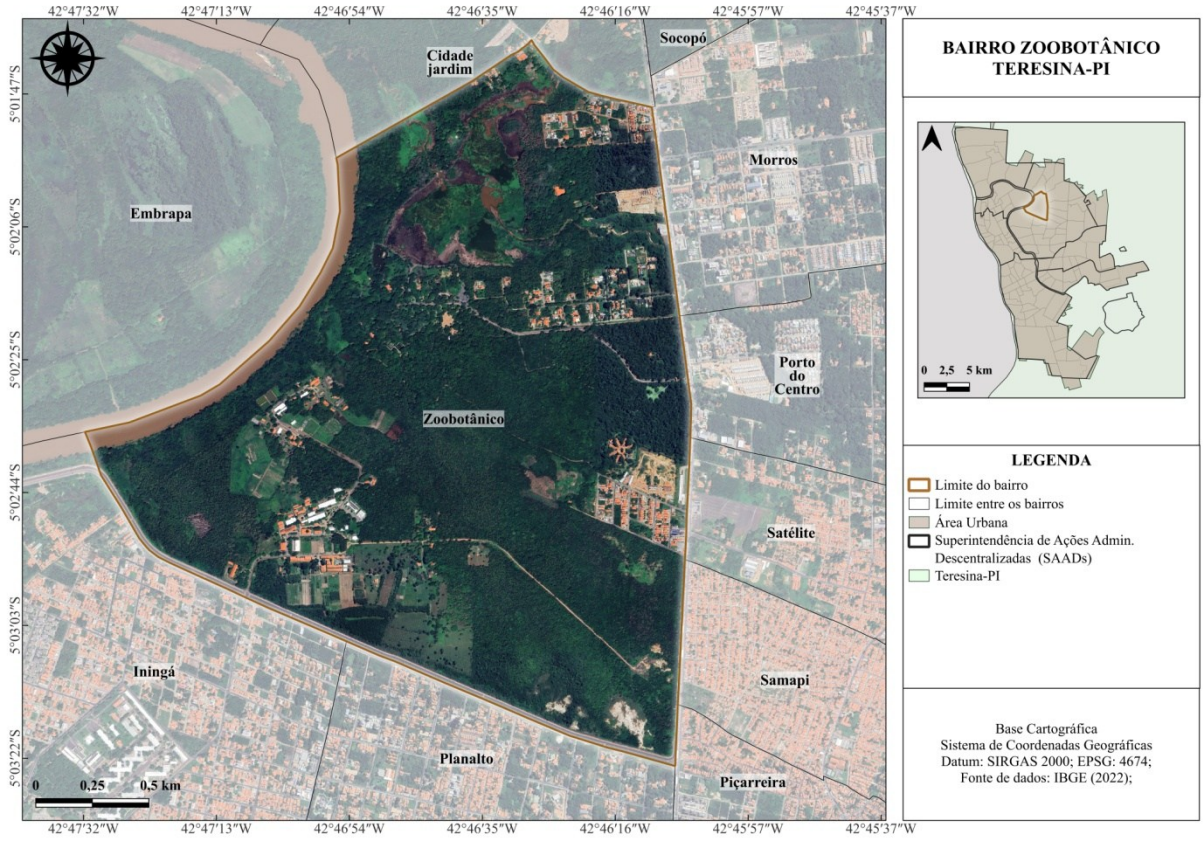
As manchetes que tratam da Praça Professor Roberto Farias abrangem ações e eventos públicos e privados relativos a educação ambiental, empreendedorismo e negócios.

No que tange à acessibilidade via transporte coletivo, é restrita às linhas de ônibus da própria zona leste. Pessoas de outras regiões devem pegar um ônibus da zona de origem até o centro e outro para a praça. Também existe a opção de deslocamento por meio de veículo próprio ou de viagem por aplicativo.

O outro bairro da zona leste selecionado foi o Zoobotânico (Mapa 25), enquadrado no critério de menor quantitativo populacional, equivalente a 624 pessoas no ano de 2022, segundo o Censo Demográfico do IBGE. Não identificamos nessa área nenhum equipamento de lazer da tipologia praça, algo semelhante ao que ocorreu em São Raimundo,

que é o bairro de menor quantitativo populacional da zona sudeste, mas com índices socioeconômicos distintos.

Mapa 25 – Localização do bairro Zoobotânico, zona leste

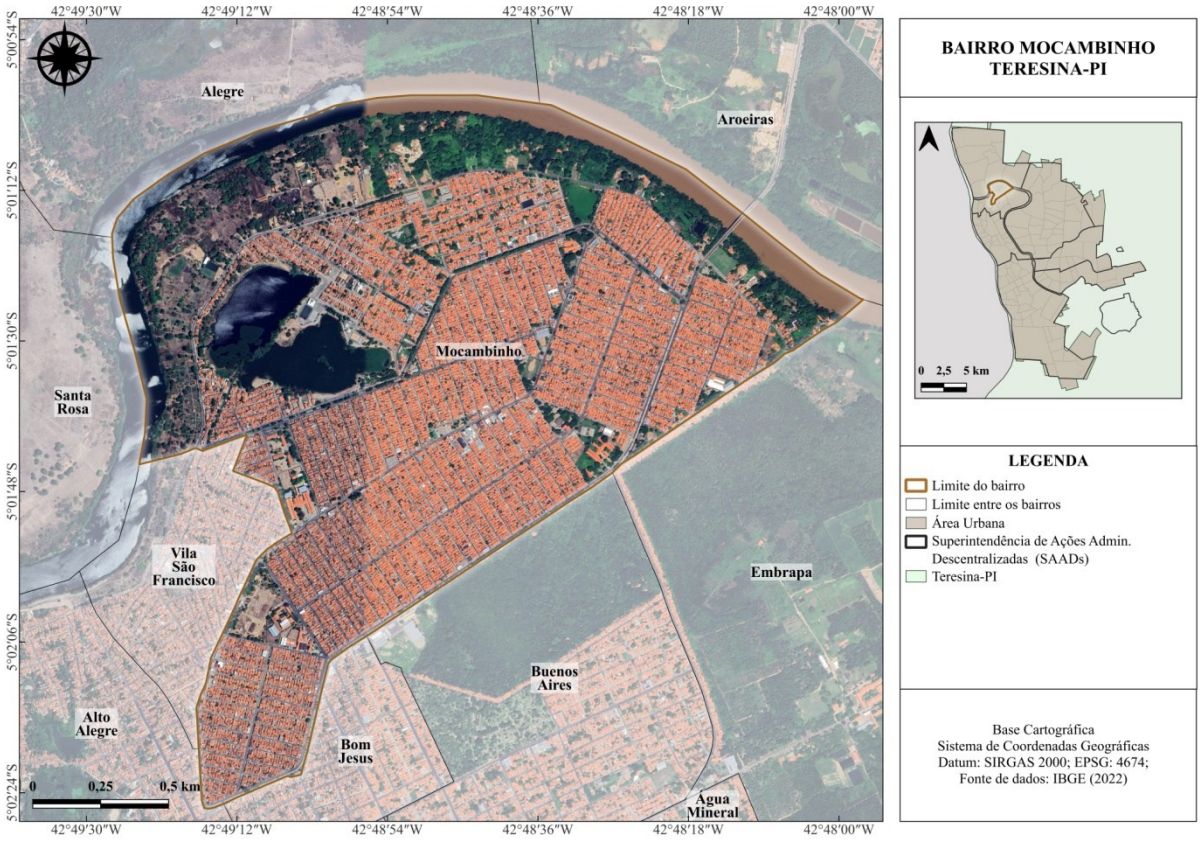


Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Uma parte considerável do bairro abriga o Bioparque Zoobotânico; então, mesmo sem praça, a população residente não fica desassistida no que se refere a espaços públicos de lazer. O Zoobotânico é o maior bioparque do Nordeste e o terceiro maior do Brasil.

Na zona norte, um dos bairros selecionados foi o Mocambinho (Mapa 26). Ele abriga 24.132 habitantes, sendo, desde 2010, o terceiro bairro mais populoso de Teresina.

Mapa 26 – Localização do bairro Mocambinho, zona norte



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

No bairro citado, analisamos a Praça Santa Sofia (Mapa 27), localizada na Avenida Prefeito Freitas Neto e dotada de bancos, ponto de ônibus, academia popular, quiosques para alimentação e venda de plantas, parquinho infantil, área arborizada, trilhas para caminhadas, campo de futebol e jardim. Durante nossas visitas e observações, o local apresentou grande movimentação no período noturno, embora seja usado também em outros horários.

Mapa 27 – Localização da Praça Santa Sofia e acesso via transporte coletivo

Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

As notícias que envolvem essa praça são as seguintes (Quadro 17):

Quadro 17 – Notícias sobre a Praça Santa Sofia, bairro Mocambinho

"Governo inaugura reforma de praça e urbanização de horta comunitária na zona norte de Teresina na segunda (30)", Governo do Piauí, 27/09/2024.
"Governo finaliza obras do OPA nos bairros Mocambinho e Mafrense em Teresina", Governo do Piauí, 29/08/2024.
"Prefeitura faz mutirão de limpeza em ruas e praças do bairro Santa Sofia hoje (16)", Prefeitura de Teresina, 16/03/2022.
"Mais de 10 praças públicas estão na programação de limpeza desta 5º feira", Prefeitura de Teresina, 15/07/2021.
"Suspeito de tráfico e violência doméstica é morto com 12 tiros em praça da Zona Norte de Teresina", G1 Piauí, 10/08/2023.
"Palmeira cai sobre telhado de quiosque e deixa duas mulheres feridas na Zona Norte de Teresina; uma delas em estado grave", G1 Piauí, 18/01/2023.
"Projeto 'Crianças em Campo' pede revitalização de praça no Mocambinho", Portal O Dia, 11/03/2022.
"Urbanização da Praça Santa Sofia está em fase final de execução em Teresina", GP1, 09/12/2012.

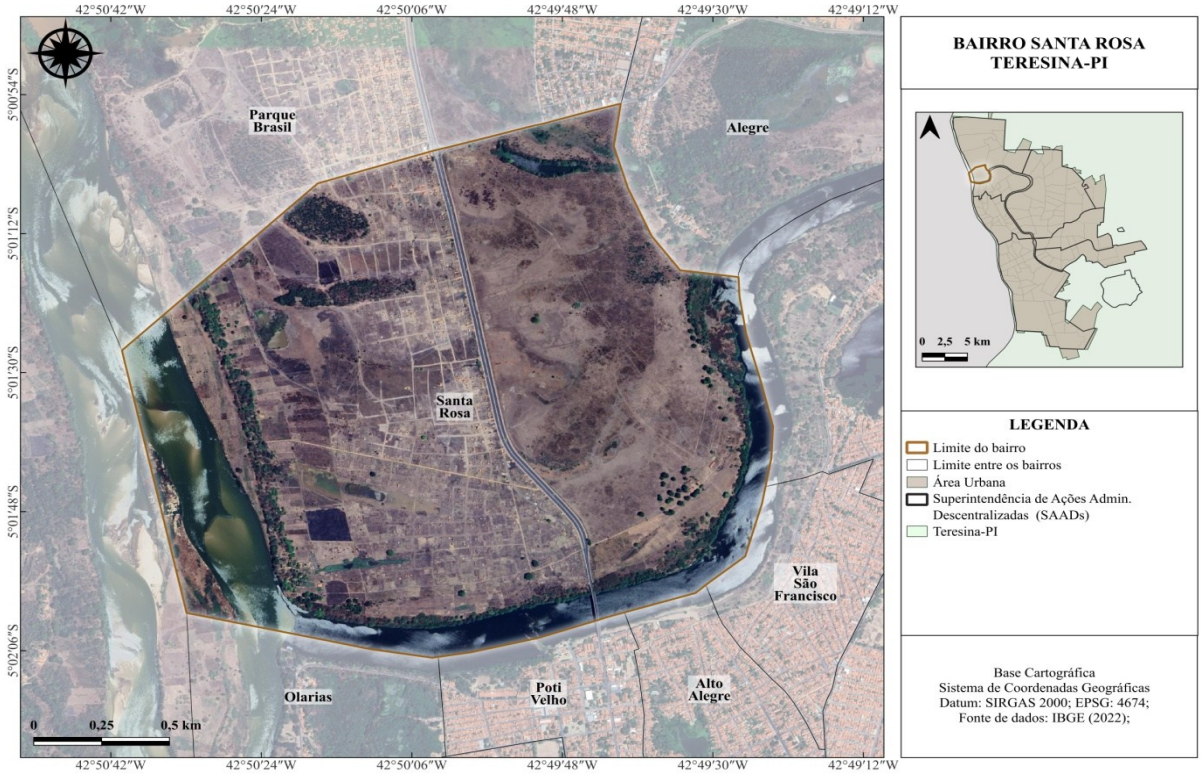
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os noticiários sobre a Praça Santa Sofia abarcam diversos temas, tais como inauguração de reformas e entrega de obras procedentes do Orçamento Participativo (OPA) do Governo do Piauí, que possibilita à população participar e decidir, por meio de votos, o destino de alguns recursos públicos em cidades do estado: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano. Outros assuntos abordados são os mutirões de limpeza desenvolvidos pela PMT e a realização de eventos, projetos e programas. Também há notícias de acidentes, como a queda de uma palmeira sobre o telhado de um quiosque, o que resultou no ferimento de duas mulheres e, posteriormente, no falecimento de uma delas.

Essa praça é bastante acessível, dado que é servida por linhas de ônibus de duas zonas (leste e sul), além da própria zona norte. Assim, a única zona não contemplada pelo transporte coletivo é a sudeste.

Ainda na zona norte, selecionamos o bairro Santa Rosa (Mapa 28), que está em última posição quanto a quantitativo populacional, com nove pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2022. Em 2010, existiam 4.878 habitantes, porém a Lei n. 4.423, de 16 de julho de 2013 (Teresina, 2013), determinou a retirada de parte do território de Santa Rosa para a formação dos bairros Alegre e Parque Brasil, resultando, assim, na diminuição da área residencial e da quantidade de moradores em Santa Rosa. Vale destacar que o bairro está inserido numa área de preservação ambiental, o que limita o crescimento da sua população.

Mapa 28 – Localização do bairro Santa Rosa, zona norte



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Nesse bairro, analisamos a Praça Raimunda Gomes da Silva (Mapa 29), localizada na Avenida Rosana Neres, em frente ao Campo Society Basilão. Com pequena extensão, possui alguns bancos e academia popular.

Em relação a notícias acerca desse espaço público, não encontramos nenhuma amostra.

Mapa 29 – Localização da Praça Raimunda Gomes da Silva e acesso via transporte coletivo

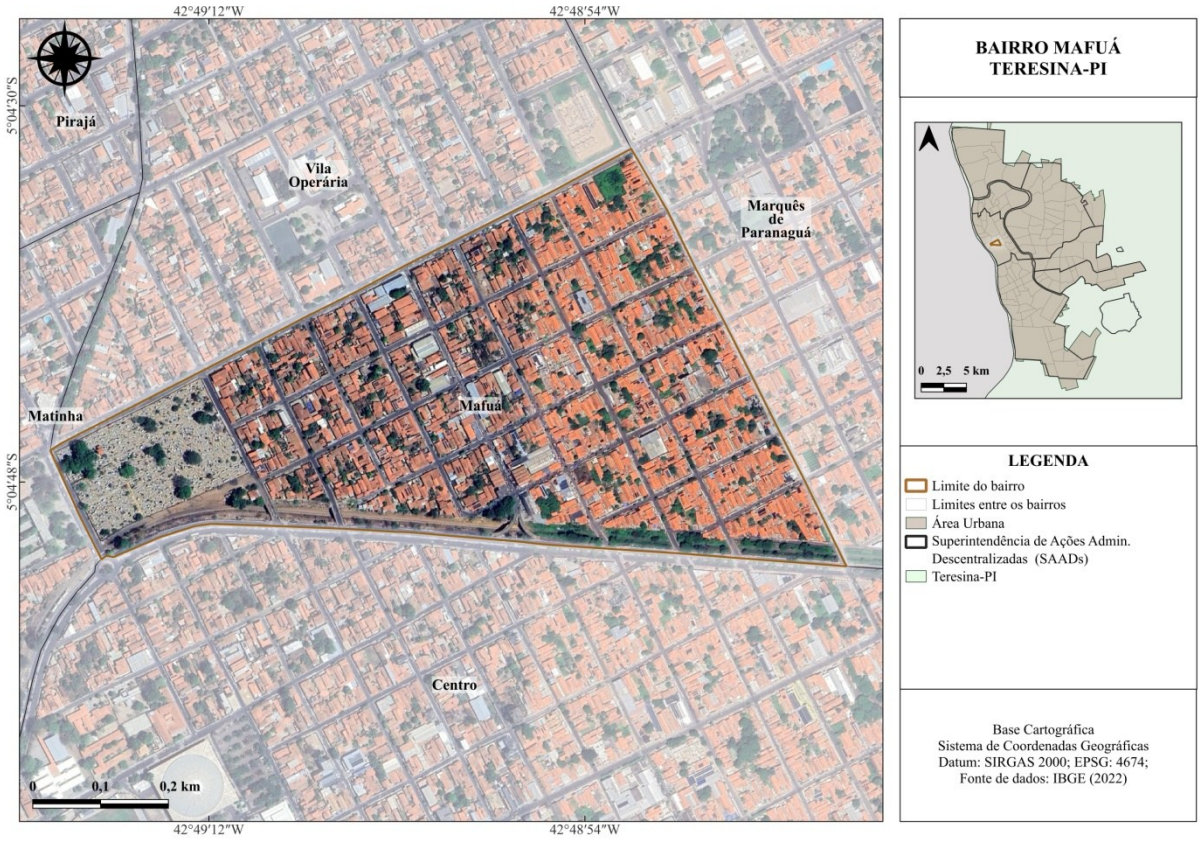
Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

O serviço de ônibus se efetua na via principal e se limita à zona norte. Portanto, faz-se necessário o deslocamento com veículos particulares (próprios ou de aplicativos) ou dois ônibus (um da zona de origem em direção ao centro e outro do centro para a praça).

A praça detém poucos mobiliários, e seu uso é prejudicado pela falta de vegetação e arborização. Por ficar muito exposta ao sol, a população não utiliza o espaço durante o dia, optando por frequentá-lo à noite, principalmente em função da academia popular, mas com movimento pouco significativo.

Na zona central, selecionamos o bairro Mafuá (Mapa 30), um dos mais antigos da cidade de Teresina. Sua população consiste em 2.247 pessoas.

Mapa 30 – Localização do bairro Mafuá, zona central



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Nesse bairro, analisamos a Praça Pedro Silveira (Mapa 31), localizada na Rua David Caldas. Tal espaço público é assim denominado pela população local e pelos dispositivos utilizados para guiar, localizar e traçar rotas. No entanto, os Projetos de Lei avaliados pela PMT vetaram a designação popular, sem que fosse disponibilizado um nome oficial para a praça. Ante esse quadro, adotamos na pesquisa a denominação já consolidada entre os teresinenses.

Em 2022, na primeira edição do projeto "Se essa praça fosse minha", ocorreu a entrega da reforma e revitalização da Praça Pedro Silveira. Foram realizadas limpeza, nova pintura e restauração de bancos. Contudo, durante nossas visitas, notamos que atualmente o espaço está em completo abandono: há lixo por toda parte, bancos quebrados e ausência de atrativos.

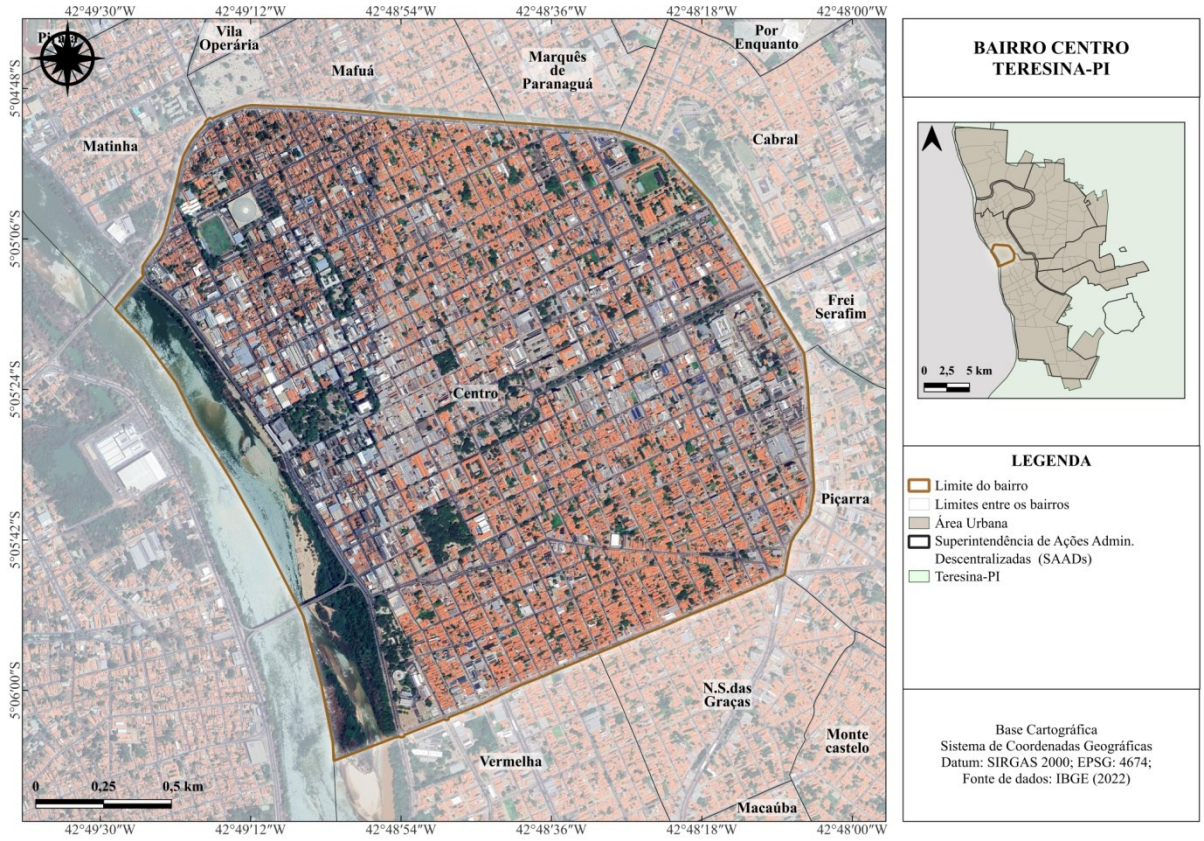
Mapa 31 – Localização da Praça Pedro Silveira e acesso via transporte coletivo

Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Constatamos que a praça não tem movimento em nenhum horário. À noite, é muito escura, sem a devida iluminação. A acessibilidade via transporte público também não é satisfatória: há apenas uma linha de ônibus da zona norte que circula pela Avenida Miguel Rosa, mas não existem pontos de embarque e desembarque próximos à praça.

Por fim, selecionamos o bairro Centro (Mapa 32). Em 2010, ele continha 12.180 pessoas, mas o Censo de 2022 registrou apenas 8.223, ou seja, houve uma perda de quase 4 mil habitantes em aproximadamente 12 anos.

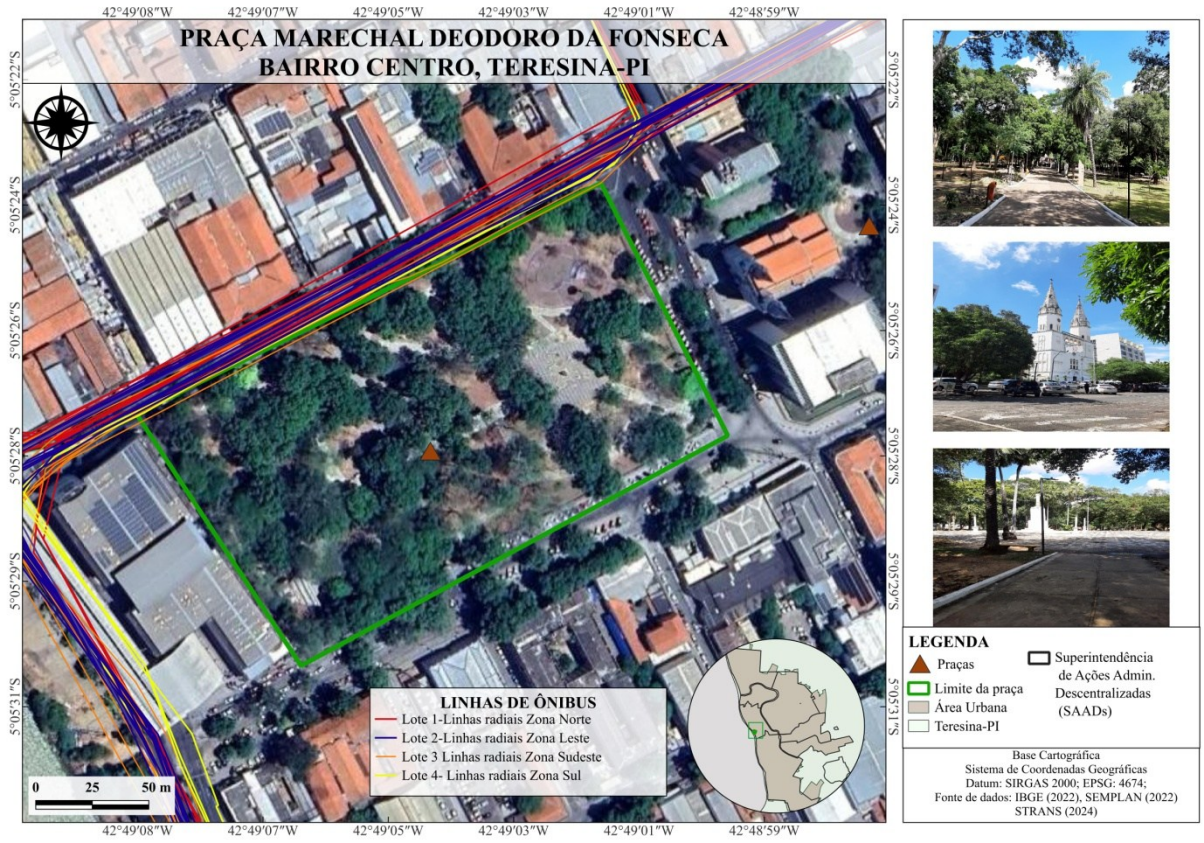
Mapa 32 – Localização do bairro Centro, zona central



Fonte: Dados extraídos do IBGE (2022).

Analisamos a Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Mapa 33), também conhecida como Praça da Bandeira, com entradas pelas Ruas Rui Barbosa, Coelho Rodrigues e Areolino de Abreu. Próxima à Avenida Maranhão, tem localização privilegiada, perto de prédios importantes — como a Prefeitura Municipal de Teresina, o Museu do Piauí, o Mercado Central, o Shopping da Cidade e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo — e de um expressivo centro comercial.

Mapa 33 – Localização da Praça Marechal Deodoro da Fonseca e acesso via transporte coletivo



Fonte: Dados extraídos da SEMPLAN (2022).

Essa praça está situada no “coração” de Teresina, marcado por símbolos importantes para a cidade. O espaço possui grande extensão, abriga considerável quantidade de árvores, tem bancos espalhados em toda a sua área, banheiros e palco.

Ademais, a Praça da Bandeira é ponto de prostituição, um território que revela suas nuances à luz do dia. É também famosa pelo comércio: anteriormente, era ponto de vendedores ambulantes; depois, com a construção do Shopping da Cidade, passou a acomodar comerciantes de produtos irregulares — celulares roubados, por exemplo. Nos últimos anos, as práticas ilícitas têm sido coibidas por operações policiais, conforme ilustrado pelo Quadro 18.

Quadro 18 – Notícias sobre a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, bairro Centro

“Praças do Centro de Teresina passarão por revitalização de quase R$ 2 milhões”, Cidade Verde, 08/09/2023.
“Posto de comando na Praça da Bandeira intensifica policiamento no Centro de Teresina”, Cidade Verde, 26/05/2023.
“Praças de Teresina vivem situação de abandono e falta de segurança, reclamam moradores”, Portal Clube News, 16/06/2022.
“‘Lanceiros’ são alvos de operação Interditados V na Praça da Bandeira, Centro de Teresina”, 180 Graus, 01/09/2023.
“Moradores de rua disputam espaço e ajuda no Centro de Teresina”, Portal O Dia, 09/06/2015.
“Garota de programa protesta contra fechamento do motéis do Centro”, Piauí Hoje, 27/01/2021.
“Polícia encontra celulares no lixo na Praça da Bandeira, em Teresina”, G1 Piauí, 06/09/2024.
“Trabalhador fica inconsciente após descarga elétrica em poste na Praça da Bandeira em Teresina”, Cidade Verde, 23/08/2024.
“Praça da Bandeira recebe ação de limpeza neste fim de semana”, Prefeitura de Teresina, 17/01/2025.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O espaço, em geral, não é movimentado, sobretudo à noite, na medida em que o Centro é uma área predominantemente comercial e sofre esvaziamento nesse período. Embora haja uma busca por reviver essa região de Teresina, o foco tem recaído sobre a Praça Pedro II. A Praça Marechal Deodoro da Fonseca não exerce a mesma força de atração noturna, pois sua historicidade sempre esteve mais ligada ao comércio, e suas atividades são majoritariamente realizadas durante o horário comercial.

A seguir, apresentamos um quadro-síntese (Quadro 19) acerca das praças analisadas, pontuando sua localização e o diagnóstico a partir das nossas observações e fichas utilizadas.

Quadro 19 – Síntese acerca das praças analisadas

Praças	**Localização**	**Diagnóstico**
Praça das Palmeiras	Avenida Doutor Luís Pires Chaves, bairro Saci, zona sul.	A praça está localizada no bairro Saci, o qual detém a menor população da zona sul e, em 2010, possuía uma renda média de R$ 2.760,00. Esse equipamento de lazer tem uma área considerável, destinada à realização de passeios e caminhadas, além de quiosques de alimentação, palco e espaço cultural. Porém, a maior concentração e a atração de usuários ocorrem próximo à Igreja Menino Jesus de Praga, por meio das festividades religiosas. A área do palco e do espaço cultural está abandonada, com estruturas desgastadas e depredadas e com muito lixo.
Praça da Dignidade	Avenida Henry Wall de Carvalho, bairro Angelim, zona sul.	Localizada no bairro mais populoso da zona sul, essa praça dispõe de pequena área e poucos mobiliários. Seus maiores usos são como academia popular e ponto de embarque e desembarque de pessoas que utilizam o transporte coletivo. Na praça, também se observa a presença de lixo e esgoto, havendo a necessidade de capina.
Praça do 8º DP	Rua Alexandre Gomes Chaves, próxima ao 8º Distrito Policial de Teresina e da Igreja São Francisco de Assis, bairro Itararé, zona sudeste.	O bairro Itararé está inserido em uma zona de grande crescimento populacional, comercial e econômico. A praça possui uma área não tão extensa, mas de intenso uso por parte da população, tanto pelo mobiliário — principalmente a academia popular — quanto pelo espaço para encontros antes e depois de missas, feiras e bazares aos domingos.
Praça Professor Roberto Farias/Praça Giovane Prado	Avenida Zequinha Freire, ao lado da Paróquia Imaculada Conceição, bairro Vale Quem Tem, zona leste.	O bairro mais populoso da zona leste contempla uma área periférica, mas está próximo de bairros de alto padrão, além de apresentar fragmentos da classe de alto poder aquisitivo, que escolheu essa área diante do desenvolvimento imobiliário. A praça possui bom mobiliário e é muito utilizada por comerciantes com quiosques de alimentação, bem como por pessoas que organizam bazares e feiras. Além disso, alguns religiosos usam o espaço como lugar de encontro após as missas e para festividades, tal como o festejo da Imaculada Conceição, que anualmente instala um parque de diversões na praça.

Praças	Localização	Diagnóstico
Praça Santa Sofia	Avenida Prefeito Freitas Neto, bairro Mocambinho, zona norte.	O terceiro bairro mais populoso de Teresina, com quase 25 mil habitantes, conta com uma praça que possui um dos melhores mobiliários da cidade, além de jardins, quiosques, trilhas para caminhadas, academia popular, parquinho infantil, campo de futebol, bancos, entre outros atrativos. Sua acessibilidade pode ser feita por transporte individual, mas também através de ônibus coletivos, com linhas que abrangem três zonas da capital. A praça é utilizada tanto por pessoas que residem no bairro quanto por moradores de outras áreas. Durante todo o dia, é possível encontrar pessoas por lá, mas o principal horário de movimentação é à noite.
Praça Raimunda Gomes da Silva	Avenida Rosana Neres, bairro Santa Rosa, zona norte.	O bairro Santa Rosa é o que possui a menor população e tem como características as ocupações recentes, o desmembramento para formação de novos bairros e o fato de ser uma área de preservação ambiental. A praça não dispõe de vegetação para amenizar as altas temperaturas, o que impede seu uso durante o dia. O horário de maior movimentação ocorre nas primeiras horas da noite, sobretudo com o uso da academia popular. No entanto, à medida que escurece, as pessoas evitam permanecer na praça devido à iluminação insuficiente e à falta de segurança.
Praça Pedro Silveira	Rua David Caldas, bairro Mafuá, zona central.	Essa praça está envolvida em impasses que vão do nome aos cuidados. Tal equipamento de lazer sofre com a questão da nomenclatura, tendo dois projetos revogados pela prefeitura. A primeira edição do programa “Se essa praça fosse minha” ocorreu nesse espaço, com intensa participação popular, mas, atualmente, o que encontramos é uma área totalmente abandonada, suja, depredada, com lixo e sem iluminação.
Praça Marechal Deodoro da Fonseca/Praça da Bandeira	Rua Rui Barbosa; Rua Coelho Rodrigues e Rua Areolino de Abreu, bairro Centro, zona central.	No coração de Teresina, essa praça está localizada na área do primeiro traçado urbano da capital piauiense e no polo comercial. Das praças analisadas, essa é a mais acessível por transporte público coletivo, já que todas as zonas possuem pelo menos uma linha de ônibus que passa por ela. Além do uso para descanso e atividades de recreação, o espaço também é frequentado por comerciantes, usuários de drogas e moradores de rua e é utilizado como ponto de prostituição.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Das praças analisadas, a mais acessível via transporte público para grande parte da população teresinense é a Praça da Bandeira/Marechal Deodoro da Fonseca, haja vista ser ponto de parada de ao menos uma linha de ônibus de cada zona. Esse espaço de lazer também apresenta maior uso em relação aos demais, principalmente devido à sua localização no polo comercial.

Outra praça com boa acessibilidade por transporte coletivo é a Praça Santa Sofia, em Mocambinho, que é alimentada por linhas de ônibus de três zonas (leste, sul e norte). Trata-se de um espaço de lazer que transcende seu bairro e sua zona, sobretudo no turno da noite, com quiosques, pontos de alimentação e campeonatos de futebol. Passou por recente reforma, possui bom mobiliário, porém precisa de alguns reparos devido ao desgaste de uso, como no campo de futebol e no parquinho infantil.

As praças restantes — Praça das Palmeiras, Praça da Dignidade, Praça do 8º DP, Praça Professor Roberto Farias, Praça Raimunda Gomes da Silva e Praça Pedro Silveira — são mais acessadas e usadas pela comunidade local. Contam com acessibilidade via ônibus urbano, mas apenas dentro de suas próprias regiões. As Praças Pedro Silveira e Raimunda Gomes da Silva, localizadas nos bairros Mafuá e Santa Rosa, os quais registram os menores quantitativos populacionais de suas zonas, dispõem de pequenas áreas e parco mobiliário, além de estarem abandonadas.

Dos bairros selecionados, somente dois não possuem equipamentos de lazer da tipologia praça: o Zoobotânico, na zona leste, e o São Raimundo, na zona sudeste. Ambos se enquadram no mesmo padrão de análise, porque são os bairros de menor quantitativo populacional de suas respectivas zonas. No entanto, o Zoobotânico não desassiste sua população no que se refere ao lazer, pois abriga o maior bioparque do Nordeste — o Bioparque Zoobotânico —, enquanto o São Raimundo, em contrapartida, compreende um campo improvisado e uma academia popular minúscula.

A partir da observação e aplicação das fichas, notamos que os bairros de menores quantitativos populacionais têm as menores praças, com áreas reduzidas e mobiliários em quantidade e qualidade razoáveis ou péssimas. A falta de melhores estruturas ocasiona o pouco uso e, até mesmo, o abandono desses equipamentos de lazer, o que contribui para a fragmentação dos espaços públicos dentro da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nos capítulos anteriores, conseguimos compreender a importância de analisar o planejamento urbano a partir dos documentos que direcionam o funcionamento e a manutenção da cidade. Assim, podemos entender o que cada um deles reflete nos espaços e formas de lazer disponíveis atualmente, haja vista que a cidade é uma construção social, mas também histórica.

Foi possível observar como, em determinados momentos, de acordo com os documentos urbanos de Teresina, o lazer e seus espaços foram moldados, ora dando destaque a uma configuração espacial ou atividade vinculada à concepção do lazer, ora abandonando e marginalizando um dado local. Nos anos iniciais, Teresina vivenciou a valorização das praças, sendo estas destinadas ao lazer da burguesia, que na época residia no centro, enquanto a população pobre, expulsa do núcleo urbano e residente nas bordas da cidade, precisava criar suas próprias formas de lazer, com brincadeiras nas ruas, conversas entre vizinhos e construção de barracões improvisados para realizar festas, como o bumba meu boi.

Com o processo de expansão urbana, modernização e desenvolvimento da cidade, criaram-se as diretrizes nacionais. A gestão municipal, então, constrói o primeiro plano urbano de Teresina no ano de 1969, o PDLI, cujo foco é o lazer atrelado ao esporte. Em 1977, com o I PET, os espaços de lazer em destaque são as praças, vinculadas à noção de jardins. No terceiro plano urbano, o PDDU, de 1983, as áreas com grande potencial para o desenvolvimento de atividades de lazer, segundo o documento, são aquelas próximas a rios e lagoas. Já em 1988, com o II PET, o enfoque recai sobre as praças e os campos de futebol. Na Agenda 2015, de 2006, o lazer volta a ser relacionado ao esporte.

Os últimos planos urbanos, o PDOT (Teresina, 2019) e a Agenda 2030, apresentam um lazer voltado para uma nova Teresina, uma cidade que deve se preocupar com o futuro, com as questões ambientais e climáticas e com a igualdade. Nesses novos e recentes documentos, é pautada a necessidade de compactação do município, para que a sociedade possa vivenciar de maneira plena os seus espaços. Desde o primeiro plano urbano, um assunto é debatido: a descentralização dos espaços públicos de lazer. Nos primeiros momentos, tratava-se da descentralização desses equipamentos em relação à zona central, por ser a área inicial do desenvolvimento de Teresina e abarcar os maiores e melhores espaços de lazer, o que constituía um problema. Nas últimas décadas, entretanto, a descentralização passa a ser debatida a partir da zona leste, região que tem recebido forte investimento e cresceu após a

implantação da Universidade Federal e dos *shoppings*, tornando-se atrativa para pessoas de maior renda da capital.

O lazer, no atual momento de Teresina, está vinculado à concepção do verde, da preservação, da ecologia, da sustentabilidade e do meio ambiente, daí a valorização de espaços que permitem o contato com a natureza, mas que dispõem de estruturas favoráveis ao lazer nos mais distintos fazeres. Trata-se de lugares que propiciam várias atividades e representam uma fuga do agito da cidade, mesmo estando inseridos no perímetro urbano. Esses espaços de lazer têm se destacado nesta nova era, com o PDOT (Teresina, 2019) e a Agenda 2030, principalmente diante da escassez de áreas com essas características e do clima quente da cidade. Assim, a PMT, na elaboração dos últimos documentos de planejamento urbano, tem abordado a necessidade de preservar e utilizar os espaços já existentes, mas também de avaliar áreas com potencial para o desenvolvimento de espaços destinados às atividades de lazer.

Também se mostrou importante analisar o contexto atual de Teresina, partindo-se das questões econômicas, sociais e de mobilidade. Ao verificarmos a expansão urbana e o crescimento populacional da capital piauiense, constatamos o processo de espraiamento da cidade, o qual dificulta uma das diretrizes do PDOT (Teresina, 2019), que é a compactação de Teresina, de modo a permitir que a população tenha acesso aos espaços e serviços de maneira mais dinâmica, consequência da expulsão da camada mais pobre para as bordas do município.

Um dado interessante refere-se à população teresinense: esta apresenta crescimento em quatro zonas, sendo as de maiores quantitativos as zonas sul e leste, mas com percentual negativo de -19,40% na zona central. Isso revela o abandono dessa última área no que concerne à população residente e torna a região majoritariamente comercial. O mesmo dado ainda suscita uma preocupação, pois, com a saída das pessoas do centro urbano, as estruturas ali situadas sofrem abandono, sendo substituídas pelos novos espaços de lazer presentes principalmente na zona leste, a qual têm se transformado em ponto de atração tanto para moradia como para lazer.

Em relação à mobilidade urbana, percebemos as dificuldades desse setor na capital piauiense, tema presente em várias discussões devido às greves, à falta de valorização dos profissionais do transporte público, ao sucateamento dos ônibus, à falta de pagamentos, entre outros motivos. Como resultado, a população que depende do modal rodoviário para deslocamento é prejudicada.

Na pesquisa, verificamos que os ônibus urbanos são usados por uma grande quantidade de pessoas durante a semana, de segunda a sexta-feira, sendo o deslocamento

motivado principalmente por trabalho e/ou estudos, com tempo médio de viagem de 1h4min, quase o mesmo de uma viagem municipal, que é de aproximadamente 1h10min. Porém, aos finais de semana, os ônibus deixam de ser o modal mais utilizado pelos teresinenses, e o transporte por aplicativo aparece como principal opção, principalmente nas viagens a lazer. Isso se dá em virtude da diminuição da frota de ônibus nos finais de semana, o que acarreta menos linhas e maior tempo de espera. Assim, a população que consegue pagar por transporte por aplicativo o faz, ficando na dependência do ônibus apenas a parcela que não tem alternativa, a mais pobre. Logo, o grupo com baixo poder aquisitivo é excluído de determinados espaços e atividades de lazer.

No que se refere às dinâmicas econômicas, de renda e trabalho, as análises foram prejudicadas pela inexistência de dados atualizados nos bancos da PMT e de suas secretarias. Durante toda a investigação, esses dados foram solicitados, mas não tivemos êxito. Consequentemente, buscamos outros dados para compor, minimamente, esse tópico tão importante para a compreensão do processo de fragmentação socioespacial, cientes de que a falta de informações atualizadas prejudicou o resultado final. No entanto, esse tipo de barreira faz parte de toda pesquisa; a tarefa investigativa não se dá de forma linear e envolve questões que fogem ao controle do pesquisador.

Ainda assim, dentro das limitações, conseguimos desenvolver um quadro acerca dessas dinâmicas, no qual Teresina se insere como o município de maior participação no PIB do Piauí. Embora, nos últimos anos, venha perdendo espaço para outros municípios que têm investido no agronegócio, a capital continua com bom percentual, advindo do setor de comércio e serviços. Também foi possível constatar a diminuição do trabalho formal na cidade e, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, verificar que as maiores rendas médias estavam nas zonas leste e norte. Entretanto, nesse cenário, muitos bairros que antes pertenciam à zona norte atualmente pertencem à zona central, o que dificulta comparações, mas evidencia a ascensão dos bairros da zona leste em relação aos demais.

Ao analisarmos os parques e praças selecionados, pudemos observar que os parques de Teresina possuem diferentes mobiliários e estruturas urbanas. No que diz respeito à diversidade de atividades, o Bioparque Zoobotânico sobressai, principalmente após as reformas, e atrai grande público aos finais de semana, sobretudo nas manhãs de domingo, gerando filas imensas na Avenida Presidente Kennedy. Contudo, é o parque menos acessível economicamente, pois exige pagamento para entrada e participação em determinadas atividades.

O Parque Encontro dos Rios se apresenta como o único não acessível por transporte público, sem linhas de ônibus em suas proximidades, sendo necessário deslocamento por transporte particular ou por aplicativos. Além disso, conta com poucos mobiliários e estruturas para atividades diversificadas.

Para usuários de transporte público e para a população de baixa renda, a opção de lazer mais acessível é o Parque da Cidadania, que não cobra taxa de entrada e uso dos seus espaços e equipamentos. Esse local tem se consolidado na cidade por suas diversas possibilidades de utilização, como trilhas para caminhadas, pistas de skate, quadras, academia popular, área para piquenique, espaço arborizado. De certa forma, o parque é completo, gratuito e acessível para quem usa ônibus, transporte próprio ou outros modais.

Efetivamente, notamos que ainda há centralização dos parques, ocasionando fragmentação. A população de baixa renda está limitada àqueles gratuitos e acessíveis por transporte público. À vista disso, somente o Parque da Cidadania atende a tal parâmetro. Localizado no centro, pode ser acessado por apenas uma linha de ônibus, que abrange todas as zonas.

As praças estão presentes em quase toda a cidade, mas em diferentes arranjos. Em nossa pesquisa, notamos que aquelas localizadas em bairros de menor quantitativo populacional possuem poucos mobiliários, áreas reduzidas, condições precárias de limpeza e, em alguns casos, encontram-se em completo abandono. Já as situadas em bairros mais populosos têm áreas mais amplas, maior vegetação e arborização, mais mobiliários, estruturas e infraestrutura.

Também foi interessante analisar as praças a partir da questão populacional, pois, com a seleção primária dos bairros, não sabíamos se todos possuíam esse tipo de espaço de lazer. Durante as visitas, constatamos a inexistência de praças em dois bairros com características semelhantes, de menor quantitativo populacional em suas zonas: Zoobotânico (zona leste) e São Raimundo (zona sudeste). Contudo, enquanto o Zoobotânico abriga o maior bioparque do Nordeste como opção de lazer, o São Raimundo oferece apenas um campo improvisado e uma pequena academia popular.

Ao longo da pesquisa, foi possível detectar o processo de fragmentação dos espaços públicos de lazer em Teresina, uma vez que, mesmo com o atual quantitativo de praças e parques na cidade, não existe a garantia de uso e acesso. Isso posto, para além da implantação de espaços de lazer, é necessário pensar na acessibilidade desses espaços à população, oportunizando, a partir de mais linhas de ônibus, a chegada de pessoas que têm no

transporte coletivo o único meio de deslocamento. A fragmentação não se dá unicamente pela falta de espaços públicos de lazer na cidade, mas pela falta de acesso e uso desses ambientes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Natália Guedes Alcoforado *et al.* Parques Urbanos em Teresina/PI: o ócio criativo como função urbana. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 6353-6373, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/6740. Acesso em: 11 set. 2025.

AKSOY, F.; ARLI, N. B. Evaluation of sustainable happiness with Sustainable Development Goals: Structural equation model approach. **Sustainable Development**, Bangkok, v. 28, p. 385-392, 2019. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/wly/sustdv/v28y2020i1p385-392.html. Acesso em: 10 set. 2025.

ALENCAR, Anna Karina Borges de; ROCHA, Arthur Pedrosa; ARAUJO, Carla Ohana de Castro. Zona norte de Teresina/PI: uma análise a partir do planejamento urbano. **Projectare**: Revista de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, n. 12, p. 217-235, dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21570. Acesso em: 9 set. 2025.

ALMEIDA, Antonio Rafael Barbosa de. Parques urbanos na dinâmica do lazer e do turismo: entre contradições e possibilidades. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 13, n. 2, p. 22-35, 2023. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/16561/11144. Acesso em: 10 set. 2025.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Entre normas e burlas: o viver em Teresina na segunda metade do século XIX. **Contraponto**: Revista do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em história do Brasil da UFPI, Teresina, v. 5, n. 1, p. 15-27, jan./jun. 2016.

ANDRADE, Bruna Rafaela Guerra de; LUZ, Marcel Silva; LUZ, Maria Adelice da Silva. O Parque Zoobotânico Arruda Câmara e a Alfabetização Ecológica do Cidadão-Turista. **Revista Campo do Saber**, *[s. l.]*, v. 2, n. 2, p. 130-143, 2016. Disponível em: https://periodicos.iesp.edu.br/campodosaber/issue/view/4. Acesso em: 10 set. 2025.

ANDRADE, Luciana T.; JAYME, Juliana G.; ALMEIDA, Rachel C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, p. 131-153, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837805007.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

ANTONIO FILHO, F. D.; DEZAN, M. D. S. Metodologias de pesquisa e procedimentos técnicos: considerações para o uso em projetos de pesquisa em Geografia. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/3315/2773. Acesso em: 9 set. 2025.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. O cotidiano num ritmo de trabalho e lazer. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 10, n. 20, ago. 1995.

ARENDT, Hannah. **La Crise de la Culture**. Paris: Idées/Gallimard, 1972.

BOVO, Marcos Clair; HAHN, Fábio André; RÉ, Tatiane Monteiro. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. **Fronteiras:** Revista de História, Dourados, v. 18, n. 31, p. 43-456, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/5478/2822. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BUENO, José Luís de Carvalho; COSTA, Lúcia Maria de Sá Antunes. Teresina e os parques públicos urbanos: uma análise a partir dos planos urbanos. **Revista Equador**, *[s. l.]*, v. 10, n. 3, p. 26-44, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/issue/view/423/368. Acesso em: 10 set. 2025.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho; LIMA, Antônia Jesuíta de. (Re)estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 109, p. 96-118, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2015v16n109p96/pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.

CAMPOS, Letícia Ferro Gomes Madeira. **Da unha de gato ao florescer do caneleiro** – análise do processo de elaboração da agenda 21 local: Teresina agenda 2015 – plano de desenvolvimento sustentável. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Ítalo Brener; GOSLING, Marlusa de Sevilha. Parques verdes urbanos e transformação de comportamento: uma proposta de framework teórico entre a Transformative Service Research e a Service Dominant Logic. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1099-1114, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/qbvsfsHQ5j8pxtY3PWL8nmG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 set. 2025.

CARVALHO, Jeiel Emanuel Araújo *et al.* Parque Nova Potycabana: projetos e execuções uma análise ao longo dos anos. *In:* ENCONTRO LATINO-AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 5., 2023. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2023. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/issue/view/32. Acesso em: 10 set. 2025.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A cultura física e prática do futebol em Teresina no começo do século XX. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 10, n. 22, abr. 1996.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. As formas de lazer da cidade. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 8, n. 18, dez. 1994.

CHAVES, Sammya Vanessa Vieira *et al.* Vulnerabilidade Social da Cidade de Teresina, Piauí. **Revista de Geociências do Nordeste**, Natal, v. 8, n. 2, p. 13-27, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/27200. Acesso em: 10 set. 2025.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis. Resistir, Insistir, Existir e Insurgir: ecos da cidade abandonada. **Revista PIXO**, Pelotas, v. 7, n. 24, p. 312-333, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/26461/19609. Acesso em: 11 set. 2025.

CORBIN, Alain. **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. Encarnação B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

COSTA, Ana Angélica Fonseca; ALMEIDA, Antonio Rafael Barbosa de. O verde urbano de Teresina/PI. *In*: ALMEIDA, Antonio Rafael Barbosa de; COSTA, Ana Angélica Fonseca. **Livro-guia parques urbanos e áreas verdes de Teresina/PI**. Teresina: EDUESPI, 2022. p. 29-33.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidade e negação ao direito à cidade. *In*: PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Reforma urbana e direito à cidade**: Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 37-58.

DANTAS, Eustógio; PEREIRA, Alexandre Queiroz; SILVA, Regina Balbino da. Lazeres, turismo e o direito à vida na cidade de Fortaleza. *In*: PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Reforma urbana e direito à cidade**: Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 179-199.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. **A história da proteção**: paradoxos do passado e desafios do futuro. Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. UFPR; Fundação O Boticário, 2002.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta, 1993.

DAWES, Jonathan H. P. Are the Sustainable Development Goals self-consistent and mutually achievable? **Sustainable Development**, Bangkok, v. 28, p. 101-117, 2019. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/wly/sustdv/v28y2020i1p101-117.html. Acesso em: 10 set. 2025.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; CASTRO, Rosanda Miranda de; DE ANGELIS NETO, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil**, Minho, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2004. Disponível em: https://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2057-70.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

DIÓGENES, Beatriz Helena Bezerra Nogueira. **Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-03122012-131144/. Acesso em: 11 set. 2025.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EMBARQ Brasil. **DOTS cidades**: manual de desenvolvimento urbano orientado ao transporte sustentável. Porto Alegre: EMBARQ Brasil, 2015. Disponível em: https://diariodotransporte.com.br/wp-content/uploads/2017/05/dots-cidades-wri-brasil-cidades-sustentveis.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina**: agentes, processos e formas espaciais na cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina/PI. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 1, p. 77-97, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228682/23104. Acesso em: 9 set. 2025.

FERREIRA, Ronyere. Diversões populares e controle cultural em Teresina: segunda metade do século XIX. **Contraponto:** Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 10, n. 2, p. 277-296, jul./dez. 2021.

FONSECA, Anderson José da Silva; SILVA, Helena Paula de Barros; ALBUQUERQUE, Rosany Carvalho Lócio de. Reflexões sobre a criação das unidades de conservação no brasil e o sistema nacional de unidades de conservação. **Revista de Geografia**, Recife, v. 36, n. 3, p. 97-111, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/239824/34074. Acesso em: 9 set. 2025.

FREITAS, Julia Storti. **Planejamento urbano**: a relação dos espaços públicos de lazer com a qualidade de vida na cidade de Rio Claro/SP. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Bacharelado/Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2024. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/200c362d-7f27-4afe-8115-6cdfd2773d07/content. Acesso em: 9 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 7. ed. 2022.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/jRjDjF4pBgZ4BVZNprVDRLy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 set. 2025.

GONÇALVES, Cleber Augusto; MELO, Victor Andrade de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-271, jul./set. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/4557/5588. Acesso em: 9 set. 2025.

GUZMÁN RAMÍREZ, Alejandro; HERNÁNDEZ SAINZ, Kitziah M. La fragmentación urbana y la segregación social. Una aproximación conceptual. **Revista Legado de Arquitectura y Diseño**, Toluca, n. 14, p. 41-55, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4779/477947373004.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INOSTROZA, Luis; BAUR, Rolf; CSAPLOVICS, Elmar. Urban sprawl and fragmentation in Latin America: A dynamic quantification and characterization of spatial patterns. **Journal of Environmental Management**, *[s. l.]*, v. 115, p. 87-97, 2013. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23246769/. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: 10 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 10 set. 2025.

ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al*. O esporte como alternativa de lazer: análise de experiências brasileiras. *In*: MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli (org.). **Legados do esporte brasileiro**. Florianópolis: UDESC, 2014. p. 303-330.

KALLAS, Luna Miranda Esper. Parques urbanos de Teresina: diagnóstico e recomendações. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 18, n. 37, ago. 2005.

LATUS. **Revisão e atualização do plano diretor de Teresina**: leitura da realidade municipal. Teresina: LATUS, 2017. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/07/Lei-n%C2%BA-5.481-2019-29-06-2020.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55499/31706. Acesso em: 8 set. 2025.

LIMA, Antonia Jesuita de. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. 2 ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, Antonia Jesuita de. Gestão urbana e os planos diretores participativos: o que apontam os dados? *In*: CONGRESSO LUSSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011. **Anais** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 7-10.

LIMA, Iracilde M. de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Revista Scientia et Spes**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

LIMA, Silvia Maria Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, *[s. l.]*, v. 11, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/55dJtxNQzWQggjYmJSbKf5F/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2025.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Revista Gaia Scientia**, *[s. l.]*, v. 11, p. 31-51, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/34864/18748. Acesso em: 9 set. 2025.

LOPES, Isabela. Parque da Cidadania é o espaço cultural mais frequentado pelos teresinenses. **Portal O Dia**, Teresina, 28 de maio de 2025. Disponível em: https://portalodia.com/noticias/geral/parque-da-cidadania-e-o-espaco-cultural-mais-frequentado-pelos-teresinenses-437978.html. Acesso em: 1 jun. 2025.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LOUGHRAN, Kevin. Urban parks and urban problems: An historical perspective on green space development as a cultural fix. **Urban Studies**, *[s. l.]*, v. 77, n. 11, p. 2321-2338, maio 2018. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/sae/urbstu/v57y2020i11p2321-2338.html. Acesso em: 10 set. 2025.

MACHADO, Nívea Veras; SILVA, Wanderson Luís Sousa e; MATOS, Karenina. Parque Potycabana: da piscina de ondas à notório espaço de convergência social. *In:* COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL, 9., 2016. **Anais** [...]. Salvador: Bahia, 2016. Disponível em: http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/PARQUE-POTYCABANA-DA-PISCINA-DE-ONDAS-À-NOTÓRIO-ESPAÇO-DE.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político**: tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Christiane Chagas. **Um jardim para além do paraíso**: Geografia Cultural e Arqueologia da Paisagem no Passeio Público do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/18752#preview-link0. Acesso em: 10 set. 2025.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELO, A. *et al*. **Teresina Agenda 2015**: a cidade que queremos. Diagnósticos e cenários – Revitalização do Centro. Teresina: *[s. n.]*, 2002.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. Lazer, esporte e cultura urbana na transição dos séculos XIX e XX: conexões entre Paris e Rio de Janeiro. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 75-92, 2005. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/15302/11588. Acesso em: 8 set. 2025.

MELO, Victor Andrade. "Projetos Sociais" de Esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Revista Quaderns d'Animació i Educació Social**, *[s. l.]*, v. 1, n. 7, 2008. Disponível em: https://www.quadernsanimacio.net/ANTERIORES/siete/VICTOR%20ANDRADE.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

MELO, Victor Andrade; FORTES, R. História do Esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/1180/724. Acesso em: 8 set. 2025.

MENDES, Marcela Carvalho. **Mobilidade urbana e desenvolvimento local**: uma análise sobre o sistema Inthegra da cidade de Teresina/PI. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/bitstream/handle/123456789/3357/DISSERTAÇÃO%20FINALIZADA.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 set. 2025.

MENDONÇA, Eneida Maria Sousa. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n2/v7n2a13.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

MENESES, Ana Raquel Santos de. **Desafios da gestão dos parques urbanos de Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33408/1/DISSERTAÇÃO%20Ana%20Raquel%20Santos%20de%20Menezes.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

MONTE, Regianny Lima. (Res)significando a cidade: o projeto de revitalização do centro de Teresina (1990-2010). *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 8, 2016. **Anais** [...]. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2016. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565141051_ARQUIVO_Textocompleto-SimposioAnpuh-2019.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

MONTEIRO, Rayane Portela, *et al*. Planejamento urbano: uma análise de Teresina sob a ótica dos planos diretores. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2019. p. 1-21. Disponível em: https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1147. Acesso em: 10 set. 2025.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, 2006. Disponível em: https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/58/61. Acesso em: 10 set. 2025.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20022, 2021. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20022. Acesso em: 10 set. 2025.

NASCIMENTO, Débora Pontes do; SALDANHA, Renato Machado; FIDALGO, Marco. Lazer e Urbanização na Contemporaneidade: Entre o Direito e a Mercadorização. **LICERE:** Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 656-679, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16284. Acesso em: 9 set. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

OBSERVATÓRIO DO CADASTRO ÚNICO. **Painel.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025. Disponível em: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html. Acesso em: 9 set. 2025.

OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, 2007. Disponível em: https://rebep.org.br/revista/article/view/190/pdf_181. Acesso em: 10 set. 2025.

OJIMA, Ricardo. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de UrbanSprawl e os desafios para o Planejamento Regional e Ambiental. **GEOgraphia**, Niterói, v. 10, n.19, p. 46-59, 2008. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13552/8752. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Estudos, Espaços & Debates**: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, n. 6, set. 1982.

OLIVEIRA, Livânia Norberta de; SILVA, Carlos Ernando da. Qualidade da água do rio Poti e suas implicações para atividade de lazer em Teresina-PI. **Revista Equador UFPI**, v. 3, n. 1, p. 128-147, jan./jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nosso futuro comum.** 2. ed. São Paulo: FGV, 1991. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

PEREIRA, Alexandre Queiroz *et al*. Outra cidade é possível? *In*: PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Reforma urbana e direito à cidade**: Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 225-244.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; NOGUEIRA, Samuel Soares Campos. Cidade e identidade: uma análise do projeto de revitalização do centro de Teresina. **Revista Equador**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 84-99, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/issue/view/440/385. Acesso em: 10 set. 2025.

PIAUÍ. **Instrução Normativa n. 5/2023-TCE/PI.** Dispõe sobre regras gerais quanto aos prazos, a organização, o conteúdo e a forma de apresentação das prestações de contas das Unidades Prestadoras de Contas sob jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências. Teresina: TCE/PI, 2023. Disponível em: https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2023/12/instrucao-normativa-n-05-2023-dispoe-sobre-regras-gerais-quantoaos-prazos-das-prestacoes-de-contas-alterado-pela-in-04-24.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

PIAUÍ. **Portaria n. 125/2024.** Define as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) e as Unidades Apresentadoras de Prestação de Contas (UAPCs), conforme arts. 8º §1º e 9º §1º, da Instrução Normativa n. 05/2023, de 18/12/2023 para o exercício de 2024 e dá outras providências.. Teresina: TCE/PI, 2024. Disponível em: https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2023/12/Portaria-Presidencia-125-2024-apos-3a-alteracao-Portaria-415-2024-Definicao-UAPC-2024-e-itens-da-PC-completo.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

PIAUÍ. **Produto Interno Bruto (PIB) Municípios 2020.** Teresina: SEPLAN, 2022. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/pib.php. Acesso em: 10 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: PNUD, 2021. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/d2b759d4cd785cb56fe02b71ef766fb10d0c1bc8fa58fc61444ac68ab6b7db84.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

RAIMUNDO, Sidnei. **Em busca da sustentabilidade perdida**: lazer e turismo diante das desigualdades socioambientais. Curitiba: Appris, 2019.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. Parques urbanos e o seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2791/2063. Acesso em: 10 set. 2025.

REBELO, Emília Maria de C. Gonçalves. A urbanização do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2000.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta. Grandes Projetos Urbanísticos e Governança Urbana: análise do Programa Lagoas do Norte (PLN), em Teresina/PI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 197-213, 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/28296. Acesso em: 9 set. 2025.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável - Dos conflitos de classes para o conflito de gerações. *In*: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Anablume, 2006. p. 101-114.

RODRIGUES, Luís Carlos Batista; FAÇANHA, Antonio Cardoso. A dinâmica do setor de saúde em Teresina/PI: considerações sobre a produção do espaço urbano. **InterEspaço:** Revista de Geografia e Interdisciplinares, Grajaú, v. 2, n. 5, p. 221-237, 2016. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/5274/3206. Acesso em: 9 set. 2025.

RODRIGUES, Rodrigo da Silva; VELOSO FILHO, Francisco de Assis. Planejamento Urbano em Teresina/PI. **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, p. 340-359, 2016. Disponível em: http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/6620b94bfc12c3248f541ed95a09a7ba13f88528.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **EURE**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 5-19, 2002. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400001. Acesso em: 9 set. 2025.

SALGUEIRO, Teresa. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: APL/EDUFPI, 2017.

SANTOS, Ângela Penalva. Planejamento Urbano: Para Além do Ordenamento do Solo. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 20-33, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/69180/43499. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, Laudenides Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina/PI.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c50df305-513a-41dc-811d-4c60e446040b. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, Laudenides Pontes dos; CHAVES, Sammya Vanessa Vieira; VIEIRA, Valdira de Caldas Brito. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: uma análise do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina (PDOT). **Equador:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI, Teresina , v. 10, n. 3, p. 103-123, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/issue/view/423/368. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, Laudenides Pontes dos; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. Os espaços públicos de lazer em Teresina: ontem e hoje. **Equador:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI, Teresina, v. 5, n. 3, ed. esp. 2, p. 299-319, 2016.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Ed. USP, 2018.

SECCHI, Bernardo. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres**. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP:** Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123865/120044. Acesso em: 9 set. 2025.

SETO, Karen C. *et al*. A Meta-Analysis of Global Urban Land Expansion. **PLoS ONE**, *[s. l.]*, v. 6, n. 8, e23777, 2011. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0023777. Acesso em: 9 set. 2025.

SILVA, Adjhones de Souza; ASSIS NETO, Antonio de; OLIVEIRA, Livânia Noberta de. O estudo de verticalização da zona leste de Teresina /PI. **Revista Equador**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 173-188, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/issue/view/440/385. Acesso em: 9 set. 2025.

SILVA, Simone Rodrigues da; COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. O transporte público na produção do espaço urbano em Teresina. **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, p. 278-298, 2016.

SIQUEIRA, Luzia Maria Trigo. **O centro da cidade de Teresina**: lugar de lembranças de velhos moradores e moradoras. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

SOUSA, Gilson Barbosa de. **Planejamento urbano do município de Teresina**: análise da participação no processo de construção do PPA 2018-2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2021.

SPERANDELLI, Daniel Iozzi; DUPAS, Francisco Antônio; PONS, Nívea Adriana Dias. Dynamics of Urban Sprawl, Vacant Land, and Green Spaces on the Metropolitan Fringe of São Paulo, Brazil. **Journal of Urban Planning and Development**, *[s. l.]*, v. 139, n. 4, 2013. Disponível em: https://ascelibrary.org/doi/10.1061/%28ASCE%29UP.1943-5444.0000154. Acesso em: 11 set. 2025.

SPOSITO, Elizeu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19015, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/55sLWtgZ6DSb5h8B7Vymwkv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/motriz/a/qddGzmtWbJmz7Yj6Y6gWZCv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 set. 2025.

STURMER, Rafaela; CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Caracterização do atendimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) nos documentos norteadores (2003-2015). **Revista brasileira Ciência e Movimento**, *[s. l.]*, v. 28, n. 4, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/9053. Acesso em: 9 set. 2025.

TEIXEIRA, Carla Fernanda Barbosa; SANTOS, Isabela Pereira. Diferentes apropriações dos espaços públicos em bairros populares. *In*: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO, PAISAGEM URBANA E SUSTENTABILIDADE, 2., 2019. **Anais** [...]. Goiania: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 354-371. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ANAIS_SEPPAS_2019_vf_09_03_2020.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves; CORREIA, Telma de Barros. Teresina (PI): a capital planejada e sua indústria (1850-1920). **Labor e Engenho**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 359-377, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8652841/18620 Acesso em: 11 set. 2025.

TERESINA. I Plano Estrutural de Teresina (I PET). Teresina: PMT, 1977.

TERESINA. II Plano Estrutural de Teresina (II PET). Teresina: PMT, 1988.

TERESINA. **Lei Complementar n. 5.481**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Teresina denominado “Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)”, e dá outras providencias. Teresina: Diário Oficial do Município de Teresina, 2019. Disponível em: https://legis.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/anexo-LC_5481_2019-OK.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

TERESINA. **Lei n. 4.423, de 16 de julho de 2013.** Fixa as denominações e delimita os perímetros dos bairros de Teresina e dá outras providências. Teresina: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2016/02/Lei-4423-de-2013-Lei-dos-Bairros.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

TERESINA. **Plano de Ação Climática (PAC):** Teresina rumo ao carbono neutro. Produto 4: Plano de ação climática da cidade de Teresina. Teresina: SEMPLAN, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JOB0lWtCWjpDIEhCbEfOdd4IdCsL1uIC/view. Acesso em: 10 set. 2025.

TERESINA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Teresina: PMT, 1969.

TERESINA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Teresina: PMT, 1983.

TERESINA. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana Sustentável (PDMUS)**: Relatório do Diagnóstico Produto P-K. Teresina: STRANS, 2021. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2017/03/PLANO-DIRETOR-DE-TRANSPORTE-E-MOBILIDADE-URBANA-DE-TERESINA.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

TERESINA. **Teresina**: panorama municipal/junho 2020. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2020.

TERESINA. **Teresina Agenda 2015**: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Teresina: PMT, 2006.

TERESINA. **Teresina Agenda 2030**: a cidade desejada. Teresina: PMT, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15HQwuLyPNkTa7hcLYswHTuxUwzZLgVS7/view. Acesso em: 11 set. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Descentralização das políticas de esporte e lazer: estratégias adotadas por municípios no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade (2013-2017). *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Luciano Pereira da (org.). **A Constituição Brasileira e as políticas públicas de esporte e lazer:** produções em Programas de Pós-Graduação. Campinas: Autores Associados, 2019. p. 217-242.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VIANA, Albert Isaac Gomes. **Análise geoambiental dos parques urbanos de Teresina, Piauí**. Folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/handle/123456789/2563. Acesso em: 9 set. 2025.

VIANA, Bartira Araujo da Silva. O sentido da cidade: entre a evolução urbana e o processo de verticalização. **Carta CEPRO**, *[s. l.]*, v. 23, n. 1, p. 66-75, 2005. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO04_7f55491295.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

VIANA, Nildo. A Mercantilização do Lazer. **Revista Espaço Livre**, *[s. l.]*, v. 9, n. 18, p. 56-68, 2014. Disponível em: https://redelp.net/index.php/rel/article/view/567. Acesso em: 9 set. 2025.

VILARINHO, Marco. Teresina: costumes e manias. **Jornal O Dia**, Teresina, Caderno Especial, p. 3-5, jul. 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES (ADAPTADO)

Nome do espaço público: _____

Localização: _____

Dimensões/Área: _____

Data da visita: _____

Equipamentos/Estruturas	Sim	Não	Quantidade
Bancos			
Iluminação			
Sanitários			
Lixeiras			
Internet e Wi-Fi públicos			
Bebedouros			
Caminhos			
Palco/Coreto			
Obra de arte			
Espelho d'água/Chafariz			
Estacionamento			
Ponto de ônibus			
Ponto de táxi			
Quadra esportiva			
Academia			
Para terceira idade			
Parque infantil			
Banca de revistas			
Quiosques de alimentação			
Ponto de vendas de produtos/artesanato			
Placa de identificação			
Edificação institucional			
Espaço para *pets*			
Templo religioso			
Pista para caminhada			
Pista para ciclismo			
Espaço para prática de *skate*			

APÊNDICE B – AVALIAÇÃO QUALITATIVA (ADAPTADA)

Estruturas avaliadas	Nota	Ausência	Observações
Bancos			
Iluminação			
Lixeiras			
Sanitários			
Conexão Wi-Fi/Internet			
Bebedouros			
Caminhos			
Palco/Coreto			
Monumento			
Espelho d'água/Chafariz			
Estacionamento			
Ponto de ônibus			
Ponto de táxi			
Quadra esportiva			
Equipamentos para exercícios físicos			
Estrutura para a terceira idade			
Parque infantil			
Banca de revista			
Quiosque para alimentação			
Vegetação			
Paisagismo			
Localização			
Conservação/Limpeza			
Segurança			
Conforto ambiental			